

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**Percepções dos Recursos Ambientais (Terra, Água, Plantas e Animais) no
Assentamento Santa Helena - São Carlos/SP**

MURILO OTÁVIO CASSIMIRO

SÃO CARLOS - SP

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**Percepções dos Recursos Ambientais (Terra, Água, Plantas e Animais) no
Assentamento Santa Helena - São Carlos/SP**

Murilo Otávio Cassimiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Costa Gonçalves.

SÃO CARLOS – SP

2018

Cassimiro, Murilo Otávio

Percepções dos Recursos Ambientais (Terra, Água, Plantas e Animais) no Assentamento Santa Helena - São Carlos/SP / Murilo Otávio Cassimiro. -- 2018.

175 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Juliano Costa Gonçalves

Banca examinadora: Juliano Costa Gonçalves, Rafael Alves Orsi, Rodrigo Constante Martins

Bibliografia

1. Recursos Ambientais. 2. Assentamento. 3. Terra. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325

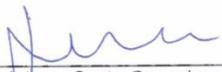


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

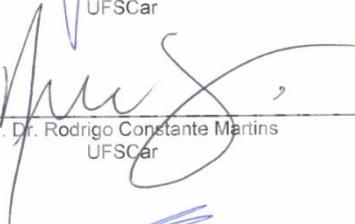
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Murilo Otávio Cassimiro, realizada em 14/06/2018:



Prof. Dr. Juliano Costa Gonçalves
UFSCar



Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
UFSCar



Prof. Dr. Rafael Alves Orsi
UNESP

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao professor Juliano pela orientação, pela paciência, disposição e muita sabedoria. Me ajudou muito nesse momento, desde o início da dissertação, até as saídas de campo e conversas na salinha, meu muito obrigado.

Agradecimento especial para meu pai e minha mãe, que sempre me apoiaram em minhas decisões e sempre me deram força para continuar.

A todos os professores do Departamento de Ciências Ambientais, que estiveram presentes desde minha graduação, ajudando sempre que possível e servindo de inspiração para o futuro.

Aos moradores do Assentamento Santa Helena que me receberam de braços abertos, me acolheram como alguém da família, e que espero poder retribuir todo o carinho e ensinamento que me passaram, obrigado pelas conversas e pelo apoio.

A todos os funcionários ali presentes, um obrigado pelas conversas e auxílios sempre que necessário e um agradecimento especial ao secretário do programa, Vinícius José e Oliveira Freitas, pelos avisos sobre prazos, auxílio nessa caminhada e pelas conversas sobre futebol.

Aos professores Henrique Carmona Duval, Rafael Alves Orsi e Rodrigo Constante Martins pelas valiosas contribuições e sugestões na qualificação do trabalho escrito.

A todo o pessoal da turma da Pós-Graduação de 2016, uma turma sensacional que tenho certeza que levarei para o resto da vida, obrigado pelas conversas, distrações e conselhos.

Aos amigos de república e amigos da graduação, em especial ao Vinícius Dictoro, obrigado por tudo.

Aos amigos da salinha do café, especialmente à Camila e o Raul, obrigado pelo café, pelas conversas, pela distração e risadas durante esse período.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES pelo apoio financeiro e bolsa de estudos durante a realização dessa pesquisa

RESUMO

Os seres humanos sempre se relacionaram com os recursos ambientais, na busca por progredir e desenvolver o local em que vivia, visando também garantir um futuro aos descendentes. Essa relação foi sendo transformada ao passar dos anos, com o desenvolvimento industrial, agrícola e tecnológico, elas passaram a ser mais frias. No ambiente do campo, as pessoas que dali vivem e se desenvolvem, costumam ter uma maior afetividade para com os recursos, a presença constante entre eles fortalece essas relações, desse modo, os Assentamentos Agrários são locais onde há uma maior conexão dos seres e do ambiente. Saber como essas pessoas construíram suas relações com os recursos e o que o ambiente atual significa para elas é importante ao se pensar em políticas de fomento para o desenvolvimento do Assentamento, essas particularidades servem como informações essenciais para se levar em conta ao debater e buscar melhorias, elucidar as reflexões subjetivas visam uma aproximação entre órgãos públicos e assentados. Dessa forma, o objetivo geral a pesquisa foi o de descrever e analisar as relações entre os assentados do Assentamento Santa Helena, em São Carlos/SP, e os recursos ambientais terra, água, plantas e animais. A pesquisa apresenta duas etapas metodológicas, a primeira, um levantamento bibliográfico sobre os assuntos essenciais na dissertação e a segunda baseada na pesquisa qualitativa e no estudo de caso, desenvolvido com os assentados o Assentamento Santa Helena, por meio de entrevistas semiestruturadas. A partir disso, extraiu-se as relações centrais de cada recurso presente nas falas dos assentados e utilizou-se como análise de dados uma parte da teoria do estruturalismo de Lévi-Strauss, os pares binários, uma concepção de oposição e correlação, fornecendo desse modo os principais pontos dessa relação. Chegou-se então às conclusões de que o presente trabalho conseguiu responder as perguntas e objetivos descritos, bem como elucidar a importância da identidade, do saber ambiental e das questões subjetivas de cada pessoa, além de um enfoque crítico as políticas de reforma agrária e Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Observa-se uma valorização dos recursos ambientais por parte dos assentados, além do orgulho de uma produção saudável. Deixando assim, diversas questões e perspectivas para futuros trabalhos, que busquem englobar as percepções dos recursos, essas distintas comunidades e a dinâmica do trabalho envolvida.

Palavras Chave: Recursos Ambientais, Assentamento, Terra, Água, Plantas e Animais.

ABSTRACT

Humans have always been related to the environmental resources, in the search to progress and to develop the place where they lived, also aiming to ensure a future to the descendants. This relation was transformed over the years, with industrial, agricultural and technological development, they became cooler. In the rural environment, the people who live and develop there tend to have a greater affectivity towards resources, the constant presence between them strengthens these relationships, thus, Agrarian settlements are places where there is a greater connection of beings and environment. Knowing how these people have built their relationships with resources and what the current environment means to them, is important when thinking about development policies for Settlement development, these particularities serve as an essential information to take in mind when discussing and seeking improvements, elucidating the subjective reflections direct at an approximation between public organs and settlements. Thus, the general objective of the research was to describe and analyze the relationships between the settlers of the Santa Helena Settlement, in São Carlos/SP, and the environmental resources earth, water, plants and animals. The research presents two methodological steps, the first one, a bibliographical survey on the essential subjects in the dissertation and the second one based on the qualitative research and the case study, developed with the settlers in the Santa Helena Settlement, through semi structured interviews. From this, the central relations of each resource present in the settlers' speeches were extracted and a part of Lévi-Strauss's theory of structuralism, the binary pairs, a conception of opposition and correlation was used as data analysis. The main points of this relationship. It was then concluded that the present work has been able to answer the questions and objectives described, as well as elucidate the importance of identity, environmental knowledge and subjective issues of each person, in addition to a critical approach to agrarian reform policies and Sustainable Development Projects. It is observed a valuation of the environmental resources by the settlers, besides the pride of a healthy production. Leaving thus, several questions and perspectives for future work that seek to encompass the perceptions of resources, these distinct communities and the dynamics of the work involved.

Key Words: Environmental Resources, Settlement, Earth, Water, Plants and Animals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma sobre a metodologia e análise dos dados.....	23
Figura 2 - Área do Assentamento Santa Helena.....	47
Figura 3 - Exemplo de irrigação por gotejamento em um lote do Assentamento Santa Helena.....	78
Figura 4 - Exemplo de irrigação por gotejamento em um lote do Assentamento Santa Helena.....	78
Figura 5 - Jardim Flutuante e Cisterna no Assentamento Santa Helena.....	86
Figura 6 - Jardim Flutuante no Assentamento Santa Helena.....	86
Figura 7 - Caminho percorrido diariamente pelo assentado.....	108
Figura 8 - Feira livre na Praça XV de novembro, Centro.....	105
Figura 9 - Feira livre na Praça Brasil, Vila Nery.....	105
Figura 10 - Plantação de um lote do Assentamento Santa Helena.....	106
Figura 11 - Plantação de um lote do Assentamento Santa Helena.....	106
Figura 12 - Diversidade na produção.....	108
Figura 13 - Diversidade na produção.	108
Figura 14 - Diversidade na produção.	108
Figura 15 - A importância dos alimentos bonitos, como visto na fala anterior.....	110
Figura 16 - Pés de almeirão da plantação no Assentamento Santa Helena.....	113
Figura 17 - Boi no lote do Assentamento.....	128
Figura 18 - Cachorro e gato de uma propriedade, convivência em harmonia.....	130
Figura 19 - Animal doméstico (gato) presente na horta, companhia para o trabalho.....	133
Figura 20 - Gato brincando pela propriedade.....	137
Figura 21 - Gato brincando pela propriedade.....	137
Figura 22 - Animal doméstico (gato) participando do trabalho no campo, relações vão sendo moldadas.....	139
Figura 23 - Gata comendo restos do almoço enquanto amamenta seus filhotes.....	140
Figura 24 – Trabalho, Recursos Ambientais e suas Relações.....	148
Figura 25 – Conjunto de Relação 1.....	150
Figura 26 – Conjunto de Relação 2.....	150
Figura 27 – Conjunto de Relação 3.....	151
Figura 28 - Conjunto de Relação 4.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relações Centrais da Terra e suas aparições nas conversas com os assentados.....	53
Tabela 2 - Relações Centrais da Água e suas aparições nas conversas com os assentados.....	77
Tabela 3 - Relações Centrais das Plantas e suas aparições nas conversas com os assentados.....	96
Tabela 4 - Relações Centrais dos Animais e suas aparições nas conversas com os assentados.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos Assentados Entrevistados no Assentamento Santa Helena, São Carlos..	20
Quadro 2 - Dimensões da Sustentabilidade.....	31
Quadro 3 – Aspectos de diferenciação entre as modalidades de projetos de reforma agrária no âmbito do INCRA.....	43
Quadro 4 - Pares de oposição do Capítulo Terra.....	73
Quadro 5 - Pares de oposição do Capítulo Água.....	93
Quadro 6 - Variedades de culturas produzidas nas propriedades.....	109
Quadro 7 - Pares de oposição do Capítulo Plantas.....	118
Quadro 8 - Pares de oposição do Capítulo Animais.....	142
Quadro 9 – Pares de oposição presentes na dissertação.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CSA - Agricultura Sustentada pela Comunidade

DAP -Declaração de Aptidão

DS - Desenvolvimento Sustentável

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OCS - Organização de Controle Social

PA - Projeto de Assentamento

PAC - Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

RU - Restaurante Universitário

SAF - Sistemas Agroflorestais

SIPRA -Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SNGRH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

TD - Título de Domínio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
I.1. Objetivo Geral.....	18
I.2. Metodologia da Pesquisa.....	18
I.3. Análise dos Dados.....	21
CAPÍTULO 1 – Aspectos Teóricos e Históricos.....	25
1.1. Aspectos Teóricos.....	25
1.1.1. Percepção Ambiental.....	25
1.1.2. Território.....	27
1.2. Aspectos Históricos.....	33
1.2.1. Mercado de Terras.....	33
1.2.2. Desenvolvimento da Agricultura e Revolução Verde.....	34
1.2.3. Reforma Agrária e a Função Social da Terra.....	36
1.2.4. Modalidade de Assentamento: Projeto de Desenvolvimento Sustentável.....	42
1.3. Área de Estudo.....	45
1.4. Considerações Finais.....	48
CAPÍTULO 2 – Relação Ser Humano e Terra.....	51
2.1. Relações de Identidade e Fruição.....	53
2.2. Ação de Subordinação à Terra.....	59
2.3. Relação de Uso.....	63
2.4. Gestão e Manejo da Terra.....	67
2.5. Reflexões Finais.....	71
CAPÍTULO 3 – Relação Ser Humano e Água.....	75
3.1. Relação de Uso.....	77
3.2. Relação com a Chuva.....	83
3.3. Relação de Gestão.....	87
3.4. Relação de Vida.....	89
3.5. Reflexões Finais.....	92
CAPÍTULO 4 - Relações Ser Humano e Plantas.....	95
4.1. Relação de Uso.....	97
4.2. Relação de Fruição.....	112
4.3. Reflexões Finais.....	115

CAPÍTULO 5 - Relações Ser Humano e Animais.....	121
5.1. Relação de Criação.....	122
5.2. Relação de Afeto.....	126
5.3. Relação de Perigo e Prejuízo.....	131
5.4. Relação de Uso e Proximidade.....	136
5.5. Reflexões Finais.....	139
CAPÍTULO 6 – Interações entre os Recursos e suas Relações.....	145
6.1. Relações Centrais e Pares de Oposição dos Recursos Ambientais Terra, Água, Plantas e Animais.....	145
6.2. Hierarquização do Trabalho na Relação com os Recursos.....	147
6.3. Conjunto com os Recursos Ambientais e Pares de Oposição.....	149
6.4. Reflexões Finais.....	152
CONCLUSÃO.....	153
REFERÊNCIAS.....	157
ANEXOS.....	169
APÊNDICES.....	172

INTRODUÇÃO

A relação do ser humano e da sociedade com a natureza, se dá de maneiras distintas em diferentes espaços e tempos. É possível destacar três momentos desta relação da espécie humana com a natureza: o ser humano amoldando-se a ela, o que pode-se chamar de adaptação; confrontando-se à ela, ou seja, uma posição de ataque (contra a natureza); e, a restituição dos ambientes degradados pelo ser humano, e, de certa forma, com a preservação do que ainda resta (a favor da natureza) (CORTEZ, 2011).

Segundo Dulley (2004), há diferentes noções sobre os conceitos de natureza, ambiente, recursos ambientais e naturais. A natureza é considerada algo que existe independente da espécie humana, englobando não só o que o ser humano conhece, mas também o que não conhece, enquanto o termo ambiente seria a natureza conhecida pelo sistema social humano, composto pelo meio ambiente humano e o meio ambiente das demais espécies conhecidas. Já o conceito de recursos naturais remete mais às formas econômicas e racionais de uso, recursos renováveis ou não, sendo um conceito que não é mais utilizado na legislação. Já recursos ambientais, apresenta uma visão mais ampla da natureza, ou seja, não engloba só as relações socioeconômicas do ser humano, sendo este um termo mais abrangente.

Essas relações do ser humano com o ambiente, podem ocasionar conflitos, tensões e problemas socioambientais. Em geral, este tipo de relação conflituosa está pautado no distanciamento das relações humanas subjetivas com a natureza e o ambiente (SAUVÉ, 2005) e diretamente relacionada com a forma de apropriação dos recursos ambientais.

Neste sentido, "apropriação da natureza implica numa manipulação da mesma, subordinada aos fins propostos por seu dominador, que, em primeira instância, é o ser humano" (ALMEIDA, 1988, p.13). É na natureza que se encontram os elementos necessários para a vida como um todo, sendo, portanto, a fonte de subsistência seguidamente requisitada. Como o próprio Almeida (1998) enfatiza, a atividade que define e determina essa apropriação está ligada de forma direta à forma em que se define sua produção e organização econômica e social, sendo, nesse caso, o capitalismo, que é um dos sistemas mais dilapidadores da natureza, em sua forma e processos. Nesse sistema, não há uma grande preocupação com a renovação ao se extrair riquezas minerais, animais e vegetais, os recursos e elementos da natureza vão sendo consumidos e destruídos ao mesmo tempo em que aumenta a necessidade e dependência do ser humano com tais recursos. Marx (1985, p.51) enfatiza a relação ser humano/natureza quando afirma: "o fato da vida física e espiritual do ser humano estar vinculada a natureza, não tem

nenhum outro sentido a não ser que está vinculada consigo mesma, pois é uma parte da natureza".

Seguindo essa questão do ser humano estar vinculado à natureza, a investigação de sua percepção sobre o ambiente é essencial para o entendimento das inter-relações entre ser humano e meio ambiente e, conseqüentemente, das ações humanas sobre o ambiente inserido (WHYTE, 1977). Assim, segundo Del Rio (1996), entende-se a percepção como um processo mental de interação do indivíduo com a natureza, através de mecanismos perceptivos captados através dos cinco sentidos. Já Castello (1999), destaca a importância que o termo percepção ambiental vem trazendo nas análises ambientais, em seus esforços de compreender as relações comportamento-ambientes. O tema vem suscitando maior atenção, e a percepção, como área científica, tem assumido papel cada vez mais importante nas atividades que envolvem análise e projeções ambientais.

A partir da noção do pertencimento e da percepção, encontram-se diversas problemáticas ambientais, que têm acompanhado historicamente diferentes sociedades, impulsionando deste modo, a realização de pesquisas e estudos que abordam, busca compreender e analisar, as diferentes percepções ambientais e os interesses e efeitos das ações humanas sobre o ambiente natural e sociocultural (HOEFFEL, 2007).

Outro tema importante que traz conhecimento e tenta trazer uma maior clareza para o combate de problemas ambientais é a sociologia ambiental, que de acordo com Buttel (1996), pode ser sintetizada em três momentos distintos: o momento de formação, a partir da combinação e contribuição de outras sociologias específicas; a fase de constituição de um núcleo teórico próprio e de perfil mais consensual; e um momento de diversificação e maior incorporação no campo teórico da sociologia em geral. Esse tema busca pensar em soluções viáveis para os problemas ambientais, partindo do conhecimento prévio da sociedade na qual se vive, analisando, também, as divergências e conflitos sobre a natureza, as causas e a extensão dos problemas ambientais (HANNIGAN, 1995, BUTTEL, 1987). Aqueles cujos trabalhos ou vidas os colocaram em contato próximo com a natureza diariamente (produtores rurais), tornando-os também parte dessa natureza, percebem mais cedo os sinais ambientais de aviso dos problemas que podem estar ocorrendo nas áreas próximas. A sociologia ambiental, nesse contexto, também está presente no campo social dos conflitos ambientais, investigando as questões da percepção e da identidade, para estudar os conflitos socioambientais em determinado território.

Esse contato com a natureza e com diferentes pessoas, caracterizam uma nova classificação, que são, segundo Lévi-Strauss (1976, 1986), “boas para se pensar”: ou seja, pensar como um grupo estabelece sua relação com o meio, sua construção do espaço e do território. Esse criterioso conhecimento do ambiente elaborado por algumas sociedades demonstra profundo controle de aspectos da natureza e os acordos e negociações coletivos internos ao grupo social, que organizam quem pode usar e quais podem ser os usos dos recursos. Lévi-Strauss revela que populações conhecem e organizam seu conhecimento ambiental não somente em função da necessidade ou das “queixas de seus estômagos”; interessam-se também pelas plantas que não têm utilidades aparentes. Conclui o autor: “(...) as espécies animais e vegetais não são conhecidas na medida em que sejam úteis; elas são classificadas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.28-29).

Pensando desse modo, o conhecimento prático sobre a natureza tem, na maioria das vezes, origem na experiência do cotidiano do povo local, através dos hábitos e da vida desses povos tradicionais (HANNIGAN, 1995). Os visitantes e os nativos focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente, suas visões do meio ambiente podem ser muito divergentes, o que mostra a importância de se conhecer o local e as especificidades do povo nativo antes da tomada de decisões. Em geral a percepção dos nativos apresenta uma complexa compreensão de seu meio ambiente, enquanto que muitas pessoas não possuem e não dão valor ao local em que vivem. (TUAN, 1980).

Essas diferentes visões e conhecimentos são pautadas nos conceitos de natureza/natural e de ser humano/sociedade, que tiveram várias mudanças no transcorrer da história da humanidade e possuem variações localizadas de sentido. Esses conceitos foram criados pelo ser humano, enquanto sociedade, transformando o espaço vivido, o natural e a natureza através do trabalho. Segundo Santos (1996, p. 87),

o trabalho é a aplicação, sobre a natureza, da energia do homem, diretamente ou como prolongamento do seu corpo através de dispositivos mecânicos, no propósito de reproduzir a sua vida e a do grupo... pois, o homem é o único que reflete sobre a realização de seu trabalho. Antes de se lançar ao processo produtivo, ele pensa, raciocina e, de alguma maneira, prevê o resultado que terá o seu esforço.

Esse trabalho teve a capacidade de transformar a natureza em diferentes paisagens ao longo do tempo. Configurando-se os modos pelos quais as diferentes culturas, nas diferentes épocas, se relacionaram com o natural, ou seja, a exploração dos recursos ambientais, “a natureza vai registrando, incorporando a ação do ser humano, dele adquirindo diferentes feições do respectivo momento histórico” (SANTOS, 1996, p. 87).

Essa adaptação das culturas humanas aos seus ambientes e a transformação da natureza é originada pelas mudanças culturais. De acordo com Viertler (1988, p.20) "o processo de adaptação das culturas humanas do século XX aos seus respectivos ambientes não significa que a convivência e a sobrevivência sejam "melhores" ou mais "vantajosas" para os indivíduos". De acordo com a autora, essa adaptação significa em muitos casos, buscar a sobrevivência por meio de trocas, que as vezes trazem altos custos físicos e morais. Portanto, a adaptação pode ter o significado de sobrevivência, e não destruir a cultura humana, e se isso representa um progresso, ele acaba por ser sempre relativo, tendo vários tipos de manifestações, como perda cultural ou involuções. No geral, a adaptação pode ser entendida como uma relação entre culturas humanas e seus ambientes e não melhoria nas condições voltadas a sobrevivência.

Esse progresso e adaptação, ocasionaram grandes mudanças nos ecossistemas numa escala global, tornando-se cada vez mais aparente, que a sobrevivência humana exija por repensar sobre alguns modos e atitudes. Como parte desse repensar, governos e cientistas estão cada vez mais envolvidos com a análise cultural de comunidades que conectam as pessoas com o ambiente em que vivem (WEIR, 2009). Pois, de acordo com Sauv  (2005), o meio em que se vive   o primeiro local do desenvolvimento de uma responsabilidade ambiental, onde aprende-se a tornar-se um guardião, utilizador e construtor responsável desse local, sendo esta uma área importante para se trabalhar e viver.

Isso mostra a importância desses temas nos assuntos atuais relacionados ao meio ambiente, também fica evidenciada a preocupa o com os recursos ambientais, que hoje se encontram cada vez mais escassos e muitas vezes degradados, necessitando-se, assim, de um maior aprofundamento sobre a rela o e percep o do ser humano com os recursos ambientais para compreender como a percep o sobre o ambiente mudou no decorrer do tempo. Bem como a necessidade de se trabalhar com a questão cultural de diferentes comunidades, buscando assim uma nova fonte de saber e informa es.   preciso ouvir os relatos das pessoas que estão sempre em contato com esse meio para a partir disso buscar solu es e melhorias, entender as aspira es, as questões subjetivas   primordial para tornar o local melhor. Para isso, a compreensão dos recursos ambientais terra, água, plantas e animais se tornam importantes para compreender o ambiente como um todo, suas conexões, diferenças e similaridades.

  a partir dessas preocupa es com o meio ambiente que vão surgindo novos e sendo retomados anteriores tipos de produ o, visando a harmonia entre seres e ambiente, buscando resgatar a produtividade da terra e oferecer oportunidades às pessoas para al  se fixarem e produzir para subsistência. Pensando assim, a Reforma Agrária   importante ao tratar

dessa questão da distribuição de terras, ao realocar terras improdutivas para famílias que tem interesse em produzir. Esta política fomenta a fixação das famílias no local e a retomada das relações diversas entre os seres e a natureza, a subjetividade do local, a identidade construída e as percepções de maior sensibilidade ao ambiente. Os assentamentos agrários são uma conquista, via Reforma Agrária, realocando pessoas em situações difíceis para locais em que podem produzir e garantir um futuro, porém, apresentando diversos aspectos que precisam ser melhorados (infraestrutura, captação e distribuição de água e questões relacionadas à venda de produtos).

Desse modo, neste trabalho, vamos olhar para o Assentamento Santa Helena localizado no município de São Carlos/SP, local antes destinado a monocultura de tomate, num primeiro momento, e depois cana, e que hoje se encontra como um local de produção diversificada, com a presença de pessoas de vários locais e com trajetórias distintas, mas com um passado comum, de luta pela terra, luta pela água, luta por um futuro para seus filhos. O Assentamento hoje, é produtor de diversos alimentos, participando de feiras e aderindo a políticas públicas de auxílio para distribuição e venda, a diversidade ali presente é essencial e especial para se estudar e conhecer as inter-relações dessas pessoas com os recursos aqui estudados, além de compreender as mudanças do território, a percepção ambiental e a identidade.

Sabendo dessas particularidades do Assentamento, da história de vida de cada assentado ali presente, nas trajetórias parecidas e nas perspectivas para o futuro, a presente pesquisa se justifica como forma de investigar as questões subjetivas e complexas da relação entre homem, sociedade e ambiente, ao buscar compreender como essas diferentes pessoas compartilham suas ideias e suas relações com os recursos ambientais, como a experiência de vida foi importante nessas relações e como compreender a subjetividade dessas relações, as pequenas particularidades do local, o trabalho ali exercido. Tudo isto, é essencial para a compreensão mais integradora da relação humana com os recursos ambientais.

Nesta discussão, algumas questões foram essenciais para a elaboração da pesquisa, a questão central levantada foi: qual a relação dos assentados de determinado local com os recursos ambientais (terra, água, plantas e animais)? A partir disso, outra questão levantada foi: como essas relações e conhecimentos sobre os recursos foram construídos e moldados pela população estudada?

Para nortear a resposta às questões de pesquisa, o objetivo do trabalho foi formulado.

I.1. Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é descrever e analisar as relações entre os assentados do Assentamento Santa Helena, em São Carlos/SP, e os recursos ambientais terra, água, plantas e animais.

I.2. Metodologia da Pesquisa

Para realização dessa pesquisa, foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, com o intuito de respeitar os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos, sob a ótica do indivíduo ou da coletividade. O projeto obteve parecer favorável para sua execução (Parecer N° 2.134.510/UFSCar), conforme apresentado no Anexo A – Parecer do Comitê de Ética.

A presente pesquisa emprega o conjunto de duas etapas com procedimentos sistemáticos para a obtenção de dados e resultados a partir das análises das relações do ser humano com os recursos ambientais terra, água, plantas e animais.

A primeira parte do trabalho seguiu o método de pesquisa bibliográfica. Nesta etapa foi realizado o levantamento bibliográfico de documentos, artigos científicos, relatórios, livros e teses que abordam o tema da relação ser humano – recursos ambientais, sociologia ambiental, topofilia, percepção ambiental, identidade dos sujeitos e o trabalho no campo, bem como questões sobre a reforma agrária, o desenvolvimento da agricultura, território e projetos de assentamento.

A segunda parte deste trabalho utilizou o método de pesquisa qualitativa que, segundo Gonsalves (2007), preocupa-se com a compreensão e com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que a sociedade investigada dá às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica. A principal diferenciação entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa é que a primeira mantém atenção especial ao processo da investigação e busca retratar a perspectiva dos participantes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Para a realização dessa segunda parte, a pesquisa se utilizou do método do estudo de caso, tendo como local de estudo, o Assentamento Santa Helena, no município de São Carlos/SP, buscando assim, expor o processo investigado e os resultados decorrentes da análise do problema, utilizando como forma de obter esses resultados, o método de entrevista semi-estruturada.

Para Triviños (1987) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador, ainda conforme o autor a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). É necessário perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Já o estudo de caso, segundo definição de Yin (2001), tem um caráter empírico e investiga um fenômeno atual dentro do contexto da vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e contexto onde este está inserido não são muito claras. Segundo Chizzotti (1995), o estudo de caso se desenvolve em 3 etapas:

- a) A seleção e delimitação do caso, que são decisivas para a análise da situação estudada. A delimitação deve precisar os aspectos e os limites do trabalho a fim de reunir informações sobre um campo específico e fazer análises sobre objetos definidos a partir dos quais se possa compreender uma determinada situação.
- b) O trabalho de campo, que visa reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações. As informações são documentadas, abrangendo qualquer tipo de informação disponível, escrita, oral, gravada que sirva para fundamentar o relatório do caso que será, por sua vez, objeto da análise crítica pelos informantes ou por qualquer interessado.
- c) A organização e redação do relatório. A posse de um volume substantivo de documentos, rascunhos, notas de observação, transcrições, estatísticas e etc., coligidos em campo, devem ser reduzidos ou indexados segundo critérios predefinidos a fim de que se constituam em dados que comprovem as descrições e as análises do caso. O objetivo do relatório é apresentar os múltiplos aspectos que envolvem um problema, mostrar sua relevância, situá-lo no contexto em que acontece e indicar as possibilidades de ação para modificá-lo.

O estudo de caso foi feito a partir de entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A - Roteiro de entrevista aplicado aos moradores do Assentamento Santa Helena – São Carlos/SP)

sendo elas registradas por meio de um gravador digital mediante autorização dos interlocutores (Apêndice B – Termo de Consentimento Livre), sendo feito posteriormente as transcrições dessas entrevistas. Nessas entrevistas, foi utilizado a história oral como forma de condução, de modo a extrair os pontos principais dessa reflexão, buscando não uma saturação, ou grandes volumes de informação, mas sim, como definem Fusch e Ness (2015, p. 1411);

o caminho mais fácil para diferenciar volume e riqueza de dados é pensar em volume como quantidade e riqueza como qualidade. Volume é uma quantidade de dados; riqueza significa camadas intrincadas, detalhadas, nuançadas e mais. Podemos ter um grande volume sem ter grande riqueza; ao contrário, podemos ter uma grande riqueza retirada de poucos dados. O segredo é ter ambos.

Há ainda uma outra definição, onde Delgado (2010, p. 15) traz o seguinte:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história de vida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.

Desse modo, essas construções de fontes são captadas pela narrativa das pessoas, sendo que a narrativa é sempre a narrativa de um fragmento, a experiência nunca cabe por inteiro em uma narrativa, ela se encontra na dinâmica da organização da experiência, mas não poderá totalizá-la. A análise das histórias individuais permite a reconstrução das relações sociais e de acontecimentos e tudo isso advém da subjetividade presente nesse método e na memória, sendo algo indissociável dos seres humanos (NOGUEIRA, 2013).

A partir disso, foram feitas um total de 8 (oito) entrevistas com os moradores do Assentamento, tendo o propósito de dar corpo a pesquisa, preocupando-se com o aprofundamento das questões e objetivos, sua abrangência e toda a diversidade presente no processo de compreensão e significação de cada ator. O perfil dos assentados é apresentado no **Quadro 1 abaixo**, contendo informações de gênero e a idade de cada um.

Quadro 1: Perfil dos Assentados entrevistados no Assentamento Santa Helena, São Carlos.

Assentado	Gênero	Idade
1	Feminino	42
2	Masculino	52
3	Masculino	78
4	Feminino	68
5	Feminino	55
6	Feminino	57
7	Feminino	55
8	Masculino	70

O quadro acima mostra uma certa homogeneização vinda da idade desses assentados, grande parte já passou dos 50 anos, tendo mais contato na vivência de lutas pela terra e pelos recursos. A escolha dos entrevistados se deu a partir de um contato inicial com uma assentada, a partir dela, ela foi sugerindo outras pessoas que poderiam auxiliar na pesquisa e participar da entrevista.

Segundo Minayo (1993), a entrevista é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais e para comparabilidade de diversos casos. Ainda de acordo com Minayo (2017), a construção dessas pesquisas não se pautam em quantos indivíduos serão ouvidos, mas sim sobre a abrangência dos atores sociais, pois isso interfere na qualidade da investigação, os oito indivíduos selecionados para entrevista estiveram sempre em contato com a zona rural e lutaram pela conquista da terra e dos recursos, sendo eles detentores de grande sabedoria e de uma vida inteira de relações com esses recursos, suas mudanças e crescimento, bem como a dinâmica do campo e do trabalho.

I.3. Análise dos dados

A análise dos resultados, de acordo com Minayo (1993), pode apontar três finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-os ao contexto cultural da qual fazem parte.

A análise dos dados da presente pesquisa é baseada na codificação e na categorização, que podem ser aplicadas a todos os tipos de dados e não se concentram em um método específico de coleta. Essa é uma maneira muito utilizada quando os dados resultam de entrevistas. As principais atividades são buscar partes relevantes dos dados e analisá-los, comparando com outros dados e lhes dando nomes e classificação. Através desse processo desenvolve-se uma estrutura nos dados, como um passo em direção a uma visão abrangente do tema (FLICK, 2009).

Essa técnica procura reduzir o volume amplo de informações contidas em uma comunicação a algumas características particulares ou categorias conceituais que permitam

passar dos elementos descritivos à interpretação ou investigar a compreensão dos atores sociais no contexto cultural, em que produzem a informação e verificando a influência desse contexto no estilo, forma e conteúdo da comunicação (CHIZZOTTI, 1995).

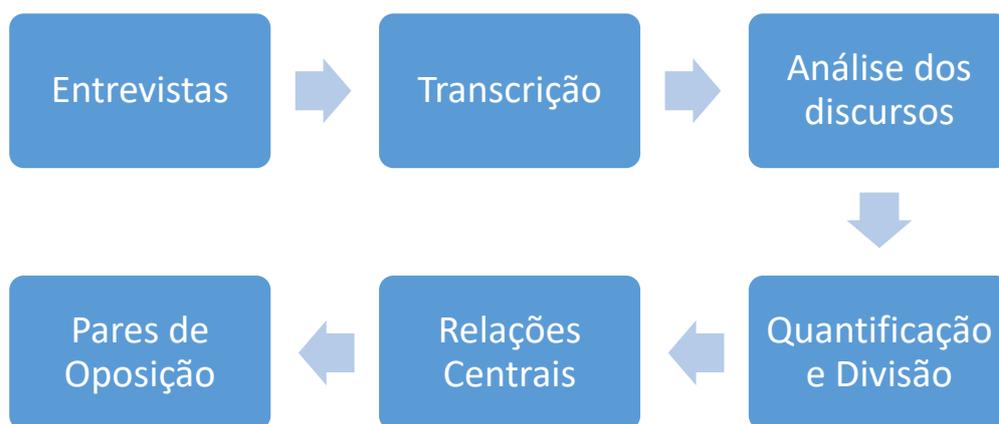
Desse modo, feita as transcrições de todas as entrevistas, o próximo passo foi analisá-las e buscar relatos que trouxessem o significado de determinada relação com o recurso estudado, buscando assim não um discurso comum para todos, mas sim, todas as falas que expressassem o entendimento do assentado a partir da história contada e de suas experiências pessoais. Assim, ao início de cada capítulo de análise do recurso, foi montada uma tabela contendo as relações centrais de cada um e o número de vezes que falas relacionadas a determinada relação apareceu ao longo das entrevistas, buscando quantificar os dados, mas sem perder informações. Sabendo também da densidade dessas informações, uma fala pode abranger vários recursos, sendo algo muito subjetivo e pessoal, a quantificação auxilia nesse entendimento. E dentro dessas relações, a maneira de analisá-las pautou-se no conceito de pares binários ou pares de oposição, muito utilizado e difundido por Lévi-Strauss. Importante salientar que a presente pesquisa não se pauta na teoria estruturalista de Lévi-Strauss, mas apenas utiliza uma parte dessa teoria para analisar os dados. Isso se dá, pois, segundo Lévi-Strauss (1962/1975), a capacidade classificatória básica de opor elementos, os pares binários, seria o mais rudimentar, mas também o mais elementar dos procedimentos da linguagem e até do próprio pensamento (LÉVI-STRAUSS, 1962/1975). Esse raciocínio por pares contrários é como um traço universal do pensamento humano. Esse traço nos permite deduzir que essa faculdade seria identificável à função simbólica inconsciente, ele defende que a lógica das oposições nos conduz às leis da linguagem e mesmo do pensamento (LÉVI-STRAUSS, 1962/1975).

A lógica de pares binários está atrelada a concepção de oposição e relação, definidas a partir da noção de fonema. “As noções de oposição e correlação, a de par de oposições, tem uma longa história; mas é a linguística estrutural que as reabilitou no vocabulário das ciências humanas” (LÉVI-STRAUSS, 1962/1975, p.94). A partir dessa fala, podemos observar que esta teoria dos pares binários, na concepção levistraussiana, possui um respaldo, que não pode ser alicerçado fundamentalmente no registro do natural. Não foi por acaso que a linguística moderna reabilitou tal vocabulário nas ciências sociais: a lógica dos pares binários deve ser reencontrada no intelecto, no pensamento simbólico ele próprio – do qual a linguagem é um produto (DESCOLA, 2012). E trazendo essa lógica na presente pesquisa sobre a relação com os recursos e a natureza, Lévi-Strauss (1985, p. 173), discorre o seguinte:

a natureza não fornece aos seres apenas sua subsistência, os animais, vegetais, etc, têm sido também, desde o começo, a fonte de suas emoções estéticas mais intensas e, na ordem intelectual, das suas primeiras e já profundas especulações.

A figura 1, apresentada a seguir, exhibe o organograma sobre a metodologia e análise dos dados:

Figura 1: Organograma sobre a metodologia e análise dos dados



Fonte: Elaboração própria.

Optou-se por fazer uma análise separada por se trabalhar com 4 recursos de grande densidade e complexidade interpretativa, de modo a obter reflexões mais profundas acerca de determinado recurso, mas tendo em mente que as representações sociais sobre o ambiente são multidimensionais e ligadas umas às outras. Cada capítulo se debruça sobre uma, e no final, um capítulo focado nas inter-relações entre todas, a pesquisa busca decompor a realidade, para depois recompô-la, focando nas particularidades de cada recurso e as relações com os assentados, perpassando pelas características pessoais e experiências de vida, compreendendo a realidade e produzindo conhecimento sobre as questões propostas.

Como estratégia de apresentação, a dissertação foi dividida em cinco capítulos que apresentam os resultados da pesquisa, para além desta introdução e de uma conclusão.

O primeiro capítulo é dedicado a apresentação dos aspectos teóricos e históricos dos termos estudado. Nele, trago alguns conceitos que serão discutidos e servirão como embasamento dos resultados ao longo da dissertação, conceitos como percepção ambiental, a identidade, o meio inserido e também aspectos históricos que influenciaram na dinâmica do local, como a questão do mercado de terras, o desenvolvimento da agricultura, os diferentes tipos de Assentamentos e por fim, trago a área de estudo escolhida, o Assentamento Santa Helena, São Carlos/SP.

Os próximos capítulos (2, 3, 4 e 5) são dedicados ao estudo proposto em si, compreender a dinâmica dos assentados para com os recursos ambientais terra, água, plantas e animais, e como elas foram sendo construídas e moldadas ao longo da vida de cada um. Para cada recurso, há diferentes relações centrais que exprimem as ideias principais acerca daquele recurso, perpassando pela história de vida de cada um, dos conceitos teóricos e históricos levantados e pelo trabalho exercido ao longo da vida e no local atual. Ao fim de cada capítulo, há uma breve reflexão acerca de cada recurso, buscando fixar as ideias expostas.

No sexto capítulo, buscou-se juntar todas essas relações discutidas e trabalhar suas inter-relações. Sabendo que cada capítulo trabalha um recurso diferente e vendo que ao longo de cada discussão as interações com outros recursos estava presente, esse capítulo se destaca como uma teia de conexões, a partir dele, é possível compreender melhor como se deu a construção das relações e percepções com os recursos e a importância do trabalho nessa questão, bem como dos pares de oposição tratando de formas distintas as decisões e anseios.

A dissertação é encerrada com uma conclusão geral, apresentando os objetivos alcançados e pensando em melhorias que podem ser tomadas a partir das análises das falas os assentados e da percepção ali vista.

CAPÍTULO 1 - Aspectos Teóricos e Históricos

O objetivo deste capítulo é apresentar o arcabouço conceitual trabalhado ao longo da dissertação, uma breve introdução e reflexão da questão histórica da terra, bem como os elementos ambientais água, plantas e animais no Brasil, contextualizando com a modernização da agricultura e os assentamentos rurais. Por fim, a área de estudo pesquisada é também apresentada.

O arcabouço teórico, fundamental para a construção dos capítulos subsequentes e das conclusões desta dissertação, será abordado na próxima seção. A segunda parte deste capítulo realiza uma contextualização histórica. A terceira parte tratará da área de estudo, contando um pouco de seu processo de formação até os dias atuais.

1.1. Aspectos Teóricos

Os aspectos teóricos apresentados nesta seção serão: percepção ambiental e território.

1.1.1. Percepção Ambiental

Na relação do ser humano com os recursos ambientais, um primeiro ponto a se considerar é a própria definição de percepção e como ela foi construída e utilizada em análises e pesquisas. Vários autores afirmaram que é essencial investigar a percepção do ser humano sobre o ambiente, de modo a entender as inter-relações entre eles e as ações em si (WHYTE, 1977; BONNES e SECCHIAROLLI, 1995; DEL RIO e OLIVEIRA, 1996).

Segundo Tuan (1980) e Del Rio (1996), a percepção é algo único em cada indivíduo, que responde aos estímulos do ambiente à sua maneira. Por ser único, esse processo varia de acordo com as motivações de determinado indivíduo, seu humor, suas necessidades (físicas, emocionais e sociais, por exemplo), conhecimentos prévios, valores, expectativas e julgamentos (DEL RIO, 1996). A percepção sofre grande influência da questão cultural de cada comunidade/população (TUAN, 1980). Por isso, o trabalho com comunidades locais de diferentes grupos sociais, que conseguiram, ao longo do tempo, manter as formas de reprodução de seu sistema social e cultural é essencial para se conhecer essas diferentes práticas e percepções do ambiente como um todo (CASTRO, 2000).

Os estudos de percepção, de acordo com Marin (2008), têm levantado reflexões em várias abordagens de conhecimento, que se desdobram em diversas propostas de investigação, propostas essas que são centradas na topofilia – conceito de Tuan (1980) definido como o laço afetivo entre os seres humanos, o ambiente e o entorno -, no resgate histórico das mudanças de paisagens e nas histórias de vida que trazem as formas da relação do ser humano com o meio ambiente.

Através de categorias como a percepção, a atitude, valores e visões, Tuan (1980) indaga sobre a percepção do meio ambiente, a formação de valores e as experiências do meio. A percepção baseia-se em concepções pessoais, relacionadas com as características dos indivíduos. Lima e Rosa (2013) corroboram esta ideia ao destacarem que, ao passar tanto tempo em algum lugar e criar raízes, os sujeitos sentem-se pertencentes a esse lugar. Isso está relacionado a capacidade de percepção resultante da experiência singular de cada um, gerando uma visão única da paisagem e do meio, bem como nos sentimentos associados. Tuan atribui ao lugar o foco para a estruturação da identidade das comunidades e das populações, resultado esse que é contruído individualmente e coletivamente.

Tim Ingold (2004, p.220), também considera a percepção como uma “nova forma de pensamento sobre seres humanos e seu lugar no mundo, centrado nos processos de desenvolvimento e nas propriedades dinâmicas de campos relacionais”.

Para Ingold, um outro processo importante nessas relações é a socialidade, que traz o engajamento do ser no mundo. De acordo com Ingold (2003, p. 127-128):

dentro do movimento da vida social, nos contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros, e com os seus ambientes não humanos, é que formas institucionais são geradas – inclusive aquelas formas que usam o nome de sociedade

São, então, formadas diferentes relações com as pessoas e com o ambiente. Sabendo dessas diferentes visões, que cada sociedade e população vai ter acerca de seus recursos e suas identidades, é que as pesquisas em percepção ambiental se tornam importantes e é o que causa as maiores dificuldades relacionadas a proteção ambiental, devido a pluralidade de idéias e formas de se trabalhar e manejar um determinado recurso, advindos dessas diferentes visões e história de cada um (GONÇALVES, 2014).

Ter conhecimento dessas diferentes visões é o que faz com que os estudos de percepção tenham se tornado uma boa ferramenta de entendimento sobre as ações humanas e sobre a tomada de consciência para com o meio ambiente, visando sua proteção e valorização

(DICTORO, 2016). De Paula (2014), também traz essa visão da percepção ambiental, na compreensão, identificação e levantamento de sugestões acerca da utilização de recursos ambientais, bem como as expectativas e anseios da sociedade sobre tais recursos, que, inseridas em um contexto socioambiental, auxiliam a compreensão coletiva e individual dos sujeitos sobre o meio em que estão inseridos (GONÇALVES, 2014; FERREIRA, 2005). Seres humanos e ambiente se relacionam de forma integrada, assim, a compreensão de aspectos ambientais, está ligada às percepções estudadas (FELIPPE, 2010).

Sabendo disso, é preciso que, ao realizar atividades no ambiente, a população discuta e traga suas expectativas, necessidades, limitações e possibilidades como um todo, e os estudos de percepção ambiental, atuem como essa ponte (DE PAULA, 2014). Deste modo, é importante a ampliação dos estudos das percepções do ambiente em que se vive e atua (SILVA, 2014).

Por se tratar da relação ser humano e natureza, é necessário, associado à percepção, um saber ambiental, que emerge de uma razão crítica, dos conflitos socioambientais, e configura-se em contextos ecológicos, culturais e sociais específicos, buscando a interação interdisciplinar entre os saberes, algo essencial para se trabalhar com a percepção do ambiente e da natureza (LEFF, 2002). Outro aspecto essencial na discussão, é que o saber ambiental também reconhece as identidades dos povos, os saberes tradicionais e culturais, como forma de compreender as complexas relações dos seres para com os recursos ambientais. A subjetividade da vida se faz presente, emergindo então diversos campos de análises, que se auxiliam e complementam na busca pela percepção e pelas tomadas de decisões, de modo coletivo e único de determinado local (LEFF, 2002).

A partir dessas concepções sobre a percepção ambiental, e sabendo da importância do local em que se vive, que se cria laços, a noção de território é também fundamental para análise realizada neste trabalho, levando em conta o meio rural, que é o cerne da pesquisa.

1.1.2. Território

O território é concebido, nas mais diversas análises e abordagens, como um espaço delimitado pelo uso de fronteiras – não necessariamente visíveis – e que se consolida a partir de uma expressão e imposição de poder, podendo possuir vários níveis, variando desde o

local até o global. Além disso, ele pode se expressar através de relações naturais ou biológicas, culturais, políticas, sociais, econômicas, tendo então, sua dimensão funcional e simbólica.

Segundo Haesbaert (2009) o território em sua dimensão espacial, apresenta processos de dominação mais concretos, seja pela produção material, quanto em termos jurídicos e políticos. É também um espaço que apresenta termos imateriais, como na produção de identidade, subjetividade e simbolismos de determinado lugar. Assumindo também um viés multidimensional, ou seja, abrangendo o político-jurídico, econômico e cultural. Além disso, ele apresenta uma funcionalidade enquanto recurso, devido sua relação com os recursos ambientais e matérias primas, variando de acordo com a importância dada de determinada sociedade.

O território, atualmente, é uma noção utilizada nos processos de desenvolvimento rural. Com essa noção de território sendo mais difundida e entendida, foi se criando uma nova visão do local, de respeitar suas particularidades e de buscar novas formas de desenvolvimento, que englobassem as diferentes histórias ali presentes, isso porque há ali a territorialidade, um conceito que advém do território e apresenta um sentido mais “íntimo”, pois além de incorporar uma dimensão mais política, tem também um sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço (HAESBAERT, 2009). Está também ligada ao modo de como as pessoas se organizam no espaço, utilizam a terra e dão significado ao lugar (SACK, 1986). As ideias de desenvolvimento local são associadas à agricultura alternativa, por este modo de agricultura ter uma visão diferente e se opor à especialização da produção, à concentração fundiária, mas mecanizar a produção e privilegiar o desenvolvimento endógeno, de sistemas agrários ou com a diversificação das atividades econômicas (LEITE, 2011). Porém, levando em consideração as disputas do território, os conflitos entre agronegócio e agricultura familiar, é preciso pensar em estratégias que se oponham à lógica atual de agricultura convencional, levando em conta as percepções ambientais da população, e a partir disso buscar o desenvolvimento desse território, mas sabendo dos conflitos.

Pensando nessas novas formas de desenvolvimento que foram sendo discutidas e elaboradas a mais difundida é o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS). De acordo com LENZI (2006, p. 106):

o conceito de DS do Relatório Brundtland pressupõe um conceito de sustentabilidade mínima e a existência de aspectos do meio ambiente sem os quais não poderemos satisfazer as necessidades humanas básicas. Se não mantivermos um padrão mínimo de qualidade da atmosfera, do solo, dos recursos hídricos, a possibilidade de satisfazer

as necessidades humanas básicas poderá ficar comprometida. Então garantir esses recursos ambientais não se coloca como uma questão puramente econômica, mas de justiça social.

Ele então considera as questões ecológicas e sociais, mais precisamente abordando os seguintes princípios: integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; manter a integridade ecológica, ou seja, uma nova ética de desenvolvimento (MONTIBELLER, 1999).

O Relatório Brundtland, de 1987, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, traz a seguinte definição (p. 9): “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.” É preciso então buscar a conservação dos ecossistemas e recursos ambientais, levar em conta os aspectos ambientais e culturais de determinado local e ter o conhecimento da capacidade de sustentação de cada ambiente, para desse modo conseguir garantir esse desenvolvimento.

O relatório supracitado apresenta uma lista a ser tomada em nível nacional e internacional. As de nível nacional são:

- Limitação o crescimento populacional;
- Garantia de alimentação à longo prazo;
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e novas tecnologias renováveis;
- Aumento de produção industrial nos países não-industrializados com tecnologias ecologicamente adaptadas;
- Controle da urbanização;
- Satisfação das necessidades básicas.

Já ao nível internacional, ele traz as seguintes diretrizes:

- Organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável;
- Comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais (Antártica, oceanos e espaço);
- Guerras devem ser banidas;
- ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

É importante também ter conhecimento acerca das críticas direcionadas ao relatório e ao conceito de DS, para em cima disso, se trabalhar de forma mais coesa com essa questão. Brüseke (1994) elenca alguns pontos, como a diminuição da crítica à sociedade industrial, uma pequena descrição do nível de consumo mínimo partindo das necessidades básicas, omissão de uma discussão mais detalhada sobre o nível máximo de consumo e uso de energia, a busca por crescimento tanto nos países não-industrializados quanto nos industrializados e, também, a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul sendo dependente do crescimento contínuo nos países industrializados. Leff (2000) traz a crítica relacionado a separação da conservação de questões sociais e políticas, encobrindo conflitos socioambientais contemporâneos, diz ele, na página 265:

nesse processo, a noção de sustentabilidade foi-se divulgando e vulgarizando, até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum. Contudo, para além do mimetismo discursivo que gerou a retórica do crescimento sustentável ou duradouro, não se conseguiu um sentido conceitual e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade. Neste sentido, surgem os desacordos e contradições do discurso da sustentabilidade, bem como, os diferentes sentidos que adota em relação aos interesses antagônicos pela apropriação da Natureza.

Já Diegues (1992), fez críticas à forma como DS, enquanto conceito, ignora as relações de forças internacionais, ou seja, os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso à tecnologia aos países subdesenvolvidos, bem como as contradições internas dos países em desenvolvimento, que não são levadas em conta. Além disso, o autor faz críticas a forma como os problemas ambientais são vistos, como meras externalidades nos projetos de desenvolvimento.

Levando em consideração os aspectos positivos e negativos do conceito e do relatório e suas diferentes dimensões, Ignacy Sachs (1993), elaborou as cinco dimensões da sustentabilidade, que podem ser definidas como:

- Sustentabilidade Social: O processo deve se dar de maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais;
- Sustentabilidade Econômica: A eficiência econômica deve ser medida sobretudo em termos de critérios macrossociais;

- Sustentabilidade Ecológica: Permite que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Preservar as fontes de recursos energéticos e naturais;
- Sustentabilidade Espacial/Geográfica: Evitar a excessiva concentração geográfica de populações, de atividades e do poder. Busca uma relação mais equilibrada cidade-campo;
- Sustentabilidade Cultural: Trabalhar com a pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

A partir desses conceitos de DS e das dimensões da sustentabilidade apresentados por Sachs (1993), o quadro a seguir é uma síntese com os principais componentes (objetivos; estratégias) desse desenvolvimento mais abrangente e suas várias dimensões (quadro 2).

Quadro 2: Dimensões da Sustentabilidade

DIMENSÃO	COMPONENTES PRINCIPAIS	OBJETIVOS
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (à melhor condição de vida; à maior qualificação profissional). - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	Redução das Desigualdades sociais
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo). - Manejo eficiente dos recursos. - Absorção, pela empresa, dos custos ambientais. - Endogeneização: contar com suas próprias forças. 	Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. - Prudência no uso de recursos naturais não-renováveis. - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. 	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações

	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. 	
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL/GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial (de atividades; de população). - Desconcentração/democratização do poder local e regional. - Relação cidade-campo equilibrada (benefícios centrípetos) 	Evitar excesso de Aglomerações
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos Culturais com Potencial regressivo

Fonte principal: Ignacy Sachs; Elaboração: Montibeller F (1999).

O DS, ao integrar a conservação da natureza e o desenvolvimento, atua como um potencial de desenvolvimento local, de modo que seja necessário, além de entender todo o contexto do local, levar em conta também a sabedoria da população em questão, o saber ambiental a história de vida de cada um e suas expectativas, pois, o saber popular também está inserido na cultura científica, e, de acordo com Marilena Chaui (1996, p. 24), “(...) Cultura Popular como uma outra cultura ao lado (ou no fundo) da cultura dominante, mas como algo que se efetua por dentro dessa mesma cultura, ainda que para resistir a ela”.

A sabedoria popular, não era levada a sério pelos cientistas, pois, para eles, o sentido simbólico dado pelos populares às coisas da natureza fundamentava-se na “antiga convicção de que o homem e a natureza estavam encerrados em um só mundo” (THOMAS, 1996, p. 93). Mas, mais do que isso, como já dito anteriormente, é preciso entender como se deram essas construções, buscar uma visão mais qualitativa das coisas e buscar compreender as distintas relações envolvidas. Como diz Morin (2000, p. 28):

vejam os princípios do conhecimento desenvolvidos pela ciência até o final da primeira metade do nosso século. Era um princípio de separação homem-natureza. A idéia era a de que, para o conhecimento do homem, deveríamos eliminar tudo o que fosse natural, como se nós, o nosso corpo e organismo fossem artificiais, ou seja, a separação total. A separação do sujeito e objeto, significando que nós temos o conhecimento objetivo porque eliminamos a subjetividade. Sem pensar que no conhecimento objetivo há, também, a projeção de estruturas mentais dos sujeitos humanos e, ainda, sob condições históricas, sociológicas, culturais precisas... o

desenvolvimento da ciência também esteve intimamente atado à quantificação. O que não pudesse ser quantificado estava eliminado do conhecimento, não existia. Entretanto, a existência não pode ser quantificada. Não há como se quantificar o sujeito humano. Dor e amor não podem ser quantificados.

Desse modo, não podemos separar o conhecimento objetivo do subjetivo, o quantitativo do qualitativo, essas diferentes formas de se compreender um todo, andam juntas nas relações entre ser humano, recursos ambientais e meio ambiente. É necessário compreender o ambiente como um fenômeno complexo e multidimensional, que perpassa por todos os caminhos da percepção, do território, da identidade.

1.2. Aspectos Históricos

Nessa parte, será abordado brevemente o contexto histórico dos fenômenos investigados na dissertação. Ao se trabalhar com assentamentos de reforma agrária, é necessário compreender os passos que levaram à criação dos assentamentos, bem como as questões envolvidas na reforma agrária, mas também é importante saber como os mecanismos de distribuição de terras funcionam no país. Se faz necessário, para isso, entender o mercado de terras, para ter uma visão mais ampla dos acontecimentos relacionados à terra e sua apropriação.

1.2.1. Mercado de Terras

A questão de apropriação de terra no Brasil tem dois lados a se entender, um ligado à fins especulativos do solo, restringindo o acesso à terra, e outro, conduzido por movimentos sociais (terra para trabalho e para moradia), o que é legítimo, mas acaba esbarrando na escassez da terra (GONÇALVES, 2010).

Com relação à especulação, é importante entender que, segundo Kandir (1984, p. 109), “especular é estocar algo na esperança de realizar uma transação vantajosa no futuro, quando, então, seu preço estaria superior ao preço atual”. Ou seja, a especulação acaba sendo uma espécie de estratégia de valorização. Reydon (1992) lembra que a terra é um duplo ativo, sendo tanto um ativo de capital (que permite produção) quanto um ativo de reserva de valor (usado para especulação imobiliária).

O mercado de terras comercializa títulos de propriedade privada da terra. Os agentes econômicos transacionam tais títulos em busca de ganhos monetários (REYDON,

1992). A escassez de terras eleva os preços da terra e induz o uso especulativo, contribuindo para a concentração fundiária. A questão social é essencial para a especulação, pois é a partir da interação entre as diferentes classes sociais, que o mercado, socialmente construído, adquire o caráter especulativo, que se manifesta no preço da terra (GONÇALVES, 2010). O uso especulativo da terra dificulta ou impede o acesso de classes sociais mais baixas à terra. E como forma de ter acesso à terra, contornando a concentração deste recurso, os movimentos sociais vão em busca da reforma agrária.

1.2.2. Desenvolvimento da Agricultura e Revolução Verde

Arelado a esse contexto do mercado concentrado e especulativo, o desenvolvimento da tecnologia agrícola esteve presente nas transformações socioambientais (que modificaram a composição de fauna e flora dos territórios, influenciaram o aumento de preço da terra, modificaram as relações com o trabalhador rural, dentre outros), principalmente a partir da segunda revolução agrícola ao longo do século XX. Esse desenvolvimento tecnológico se apoiou na motorização (tratores mais potentes), mecanização (máquinas complexas e eficientes), na quimificação (adubos minerais e produtos de tratamento) e também na seleção de variedades de plantas e raças de animais domésticos adaptados a esses novos meios de produção (MAZOYER, M, 2010).

Ainda segundo Mazoyer (2010), essa nova agricultura também se caracterizou por se libertar da necessidade de auto fornecer bens de consumo variados e bens de produção essenciais (força de tração, forragens, adubos, sementes, animais reprodutores, utensílios etc.), ou seja, os estabelecimentos agrícolas se especializaram. Elas abandonaram a multiprodução vegetal e animal para se dedicar quase que exclusivamente a algumas produções destinadas à venda, mudando a dinâmica até então mais natural.

A partir então da Segunda Revolução Industrial, em meados dos anos 70, foram sendo criadas as condições para que as descobertas científicas e tecnológicas, que até então se concentravam no setor industrial, atingissem a agricultura (HESPANHOL, 2008). A industrialização da agricultura representou grandes mudanças, não somente na relação do ser humano com a natureza e as formas de produção, mas também com as relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias primas, etc). Ela implicou a passagem de um sistema de produção artesanal a um

sistema de base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

No Brasil, no final da década de 1960 e início da década de 1970, houve grandes transformações na agricultura e agronomia, advindas do avanço do setor industrial agrícola e de pesquisas nas áreas de química, mecânica e genética, sendo posteriormente chamada de Revolução Verde, que se caracteriza por buscar melhorar os índices de produtividade agrícola, substituindo os moldes da produção local ou tradicional, por um conjunto mais homogêneo de práticas tecnológicas, tendo um maior enfoque na produtividade sem levar em conta os custos sociais e ambientais (EHLERS, 1999).

Como ocorreu essa evolução dos produtos destinados a exportação e substituição nos moldes de produção, viu-se uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e de tradição nacional, com a colaboração do crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos (SANTOS E SILVEIRA, 2008). A terra passou a ser utilizada para o cultivo de produtos exportáveis.

Este modelo, que se tornou o mais difundido e chamado de agricultura convencional, criava maneiras de acelerar os processos naturais, visando maneiras de ampliar o tempo de trabalho na produção, a partir de empregos sazonais e de baixa remuneração. (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Primavessi (1997, p. 159) escreve que “arrancou-se a agricultura do seu contexto biológico inserindo-a no capitalismo. Era a última atividade econômica que não estava ainda encaixada no sistema técnico-científico”. Causando uma mudança nessa relação ser humano e solo, focou-se muito na produção, nos químicos, mas a vida no solo não era levada em conta.

E devido a todos os problemas encontrados e causados pela agricultura convencional, surgiram, no Brasil e no mundo, movimentos de agricultura alternativos ao convencional, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos. Para esses movimentos a solução não estava em alternativas parciais, mas no rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção de forma a minimizar a necessidade de insumos externos à propriedade. Desse modo, buscou-se o reconhecimento de produções agrícolas que trabalhassem levando em conta todas as dinâmicas e inter-relações presentes no meio rural. (ASSIS, 2006).

Surgindo assim novas correntes e modelos que eram empregados em diferentes condições ambientais e apresentavam resultados satisfatórias, indo na contramão dessas “inovações” na agricultura. Esses modelos de manejo propunham uma relação mais harmoniosa

entre o homem e o meio ambiente, ficando conhecida como agricultura sustentável. A agricultura sustentável busca garantir condições mínimas para as gerações atuais e futuras, trabalhando com os recursos de maneira mais eficiente e visando a conservação. Ou seja, esse tipo de desenvolvimento auxilia na conservação do solo, da água, das plantas e dos animais, não degradando o ambiente, levando em conta as especificidades de cada região e sendo economicamente viável e socialmente aceitável (EHLERS, 1999). De certo modo, esse tipo de agricultura propiciou que se pensasse em locais e propriedades focadas nesse tipo de produção, onde as pessoas poderiam usar seus conhecimentos tradicionais para produzir, sendo um conceito importante na luta pela reforma agrária.

1.2.3. Reforma Agrária e a Função Social da Terra

Pensando num caráter mais social, a especulação da terra impede o acesso de quem pouco dinheiro tem, e potencializa os ganhos de quem possui o recurso terra ou tem dinheiro para obtê-lo. Desse modo, é necessário que a terra, mais do que fornecer dinheiro pela via especulativa ao proprietário, também tivesse uma função social, que servisse como um elemento de produção e criação, beneficiando quem a usasse desse modo, ou seja, a busca por essas novas formas de se produzir visam também garantir a função social da terra, ou seja, obter um local para morada e extrair alimentos para sobrevivência (BRASIL, 1964).

A terra pode ser entendida como um meio de produção que está à disposição dos seres humanos, de modo a satisfazer suas necessidades e das gerações futuras, contando também com o uso adequado dela. Sendo assim, a terra cumpre com sua função social a partir do momento em que se obtém dela um local para morada e se extrai alimentos, frutos do trabalho, para a manutenção da subsistência pessoal e de sua família. Essa função social da terra é uma interpretação que se opõe ao uso especulativo da terra.

Para obter essa função social, a Reforma Agrária é um instrumento que viabiliza e potencializa isso, pois, de acordo com o Estatuto da Terra (1964 – parágrafo 1º); ela é um conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. A reforma agrária atualmente desenvolvida no país é a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. E de acordo com os dados do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, existem hoje no país 1.346.798 famílias assentadas desde o

início do Programa Nacional de Reforma Agrária, 973.610 famílias vivem, atualmente em assentamentos e áreas reformadas, 9.369 assentamentos criados e 88.444.692 hectares de área reformada.

Ao se falar de reforma agrária e assentamentos rurais, é importante lembrar do início dessa construção, pois, embora o Estatuto da Terra de 1964 indicasse “áreas prioritárias de reforma agrária”, isso nunca foi realidade na lógica de intervenção do Estado. Durante o período militar, se levava em conta a lógica produtivista, não a social, de modo que, daí pra frente o que se viu foram desapropriações não planejadas, que ocorriam junto à conflitos e mobilizações sociais, prejudicando assim a forma correta da política (LEITE, 2004). Assim, era através da pressão de movimentos sociais que as medidas que resultaram nos assentamentos, do período democrático, foram sendo criadas, não focando em áreas contíguas, que poderiam trazer mais benefício, mas sim onde esses movimentos atuavam.

Outro ponto é que ao se criar o assentamento, o Estado assume responsabilidade de viabilizá-lo, assim, o Estado assegura o acesso à terra, mas cobra uma produção dentro dos parâmetros que ele determina, escolhendo produtos que haja mercado, uso de sementes pré-selecionadas, agrotóxicos, fertilizantes, entre outras coisas. Assegurando ao assentado as condições básicas de produção (LEITE, 2004). Ou seja, por mais que haja esforço para realocar essas famílias e garantir acesso a terra, essas políticas não contribuíam para retirar a lógica convencional das estratégias de desenvolvimento das famílias assentadas que buscavam ali trabalhar.

Sob a perspectiva agrarista a propriedade da terra está intrinsecamente ligada a quem nela trabalha. Diz-se então que a terra é pertencente àquele que nela produz, caracterizando-se como territorialidade, estabelecendo uma jurisdição que pertence ao Estado ou pessoa física, servindo como um campo delimitador de ações. Nessa perspectiva a terra garante ao produtor rural o direito de permanecer nesta enquanto produz alimentos para a própria subsistência.

A Constituição Federal de 1988, elencou nos direitos fundamentais, o direito a propriedade, veja-se:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:	XXII - é garantido o direito de propriedade;
	XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Uma lei anterior à constituição, mas que também contribui com esse pensamento, é o Estatuto da Terra (1964), que reforça a ligação entre a terra e cumprimento de sua função social, o estatuto traz:

Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.

A Constituição Federal de 1988 manifesta em mais este artigo sobre o assunto:

Art. 170 - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:	II - propriedade privada;
	III - função social da propriedade;

Relacionado ao direito de propriedade e suas atribuições a Constituição traz:

Art. 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Desse modo, fica claro que é necessário que se produza na propriedade, cumprindo sua função social, sendo passível de transferência caso quem nela esteja, não cumpra com essas funções delimitadas na constituição. O cumprimento da função social da terra, é esclarecido melhor no artigo seguinte:

Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:	I - aproveitamento racional e adequado;
	II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
	III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
	IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Pensando na função social da terra (Art 184 e 186 da Constituição), e tendo em vista a especulação de terras, o Estatuto da Terra traz em seus primeiros artigos a questão da

Reforma Agrária, política necessária para atingir os objetivos da constituição e do próprio estatuto, realocando terras improdutivas para populações que necessitam de moradia e meio de produção. O Estatuto, elenca em seu corpo o seguinte:

<p>Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.</p>	<p>§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.</p> <p>§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.</p>
<p>Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.</p>	<p>§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. <p>§ 2º É dever do Poder Público:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferencia nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente

	<p>ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;</p> <p>b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.</p>
--	--

Esses dois artigos trazem o que se considera como Reforma Agrária e sua função social, bem como as atribuições do poder público para fazer valer dessas indicações e a propriedade consiga atingir os objetivos, bem como melhorar a vida do produtor e da terra como um todo.

Importante ter noção, no meio de todas essas leis, que envolvem pessoas e movimentos, a importância política que ela traz, pois a Reforma Agrária é um ato político, é a luta pela terra, a luta pelo alimento e a luta pela dignidade, é a luta de alguns movimentos sociais que se amparam nessas legislações na luta pela terra. Fernandes (2000 p. 7) afirma ser necessário distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária: “primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições”. Afirma, ainda, que a luta pela terra antecede à luta pela reforma agrária, mas ambas perfilam lado a lado. “A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária”.

Foi com a luta pela terra que se deu o desenvolvimento dos assentamentos, junto a conflitos e ocupações. Ao aglutinar pessoas, expor as possibilidades e dinâmicas, a luta pela terra foi gerando as políticas de Estado ou de governo de acesso à terra, e os movimentos sociais de luta pela terra foram adquirindo experiências, pacificando conflitos e gerando outros, mas sobretudo, essa luta possibilitou a alteração da geografia agrária do país, dando visibilidade à um setor social que tem sua própria identidade e voz (LEITE, 2004).

Como dito anteriormente, a reforma agrária busca redistribuir as terras que não cumprem seu papel social, alterando assim a estrutura fundiária brasileira. Mas, mesmo com a presença dos movimentos sociais, batalhando por esse direito, ainda prevalece, segundo Wanderley (2001, p.36), uma estrutura fundiária que tem o poder de inibir o acesso à terra, impedindo que a meta de redistribuição equitativa seja alcançada.

Mais do que a distribuição de terras que a Reforma Agrária possibilita, é preciso que o governo (federal e estadual), crie e implemente políticas que dêem suporte aos assentados, proporcionando uma qualidade de vida razoável. A importância dessas políticas é que elas fornecem condições para o início da produção e comercialização da produção dos assentados, estimulando o desenvolvimento dos assentamentos e, com isso, garantindo sua sobrevivência e sustentabilidade (LIMA et al, 2011).

Desse modo, visando garantir a sobrevivência e sustentabilidade dos assentamentos, houve o suporte governamental objetivando o desenvolvimento da agricultura familiar. Tal suporte se revela, nos seguintes aspectos, que são:

- O crédito instalação;
- Crédito para infraestrutura;
- PAC - Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária;
- PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária;
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Essas políticas foram sendo criadas ao longo dos anos, em períodos e momentos diferentes, visando o auxílio e sobrevivência dessa agricultura. Importante ressaltar que, nem sempre essas políticas atingem seu público alvo: a população carente da zona rural. Vendo por esse lado, percebemos que a reforma agrária no Brasil apresenta uma dupla face: uma oficial, representando os interesses do governo, e outra, popular, representando as aspirações do povo e movimentos sociais (CASALDÁLIGA, 1997, p.392). Mantendo assim a concentração fundiária elevada, de modo que os assentamentos não conseguiram resolver a questão da redistribuição da propriedade.

Ao se trabalhar com essas políticas, é necessário também que ocorra uma adequada assistência técnica, que assegure esses créditos e auxilie os assentados. Porém, essa função não é bem posta em prática, pois, até meados dos anos 90, houve descontinuidade da prestação desse serviço por parte dos órgãos públicos. O que se via eram departamentos ou secretarias de governos estaduais fazendo essa função, ou as vezes ficava a cargo da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), instituição que tinha como foco a modernização da agricultura, ou seja, práticas convencionais. E em outros projetos, a assessoria era do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que não possuía cargo técnico-administrativo capaz de atender à crescente procura (LEITE, 2004).

Nos dias atuais, os assentamentos são apoiados por uma política de crédito própria (crédito instalação e crédito infraestrutura), através do INCRA, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia e manutenção da família no primeiro ano, disponibilizando também crédito para investimento. Mas o que se vê na atual realidade da agricultura familiar, é que essas políticas, como dito anteriormente, não modificam a estrutura fundiária do país, porém, a construção de um assentamento passa por esses órgãos e pelas famílias que serão assentadas, sendo necessária então levar em consideração aspectos técnicos, pessoais e microsociais, não podendo tratar esses três lados de forma excludente ou negligente. A partir disso, vê-se então que esses assentamentos surgem mais com o objetivo de atenuar conflitos, do que a busca pelo desenvolvimento rural e mudanças na configuração rural. O real objetivo da política de reforma agrária, como explica Carvalho (2004, p.116), seria:

a luta popular no campo pelo acesso a terra insere-se, ainda que de maneira limitada, na dinâmica da luta de classes pela apropriação do espaço e do território rural. Há, sim, luta popular pelo acesso à terra e propostas de reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais sem terra. Mas, de parte do governo o que se constata é o exercício de uma política compensatória e populista de assentamentos rurais e, portanto, uma negação explícita de qualquer tipo de reforma agrária que altere a estrutura fundiária do país.

1.2.4. Modalidade de Assentamento: Projeto de Desenvolvimento Sustentável

Pensando na criação de assentamentos rurais, de acordo com a realidade do país, como atenuantes de conflitos, o II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2005), implantado em 2003, elenca as principais modalidades de Reforma Agrária (Quadro 3), prioritariamente, implementadas pelo INCRA. Em áreas obtidas por desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, há um enfoque maior dado ao PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável -, pois é a modalidade que será discutida e trabalhada na dissertação.

Quadro 3 – Aspectos de diferenciação entre as modalidades de projetos de reforma agrária no âmbito do INCRA

Passos de consolidação	Iniciativa de criação	Cadastramento e seleção das famílias	Público Alvo	Titulação
Projeto de Assentamento – PA	INCRA, ou pleito dos movimentos sociais, ou pleito dos governos	Seleção SIPRA	Agricultor Tradicional	Individual, em moradia
Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE	Pleito de entidade organizada da área, com ata anexa	Seleção SIPRA, e ser população tradicional, reconhecida/autorizada pela entidade requerente	População tradicional ribeirinha, pescador, balateiro, castanheiro, seringueiro, etc	Coletiva
Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS	INCRA, movimentos sociais, órgãos ambientais. Obs: devendo nos três casos haver um compromisso de gestão compartilhada entre estes três tipos de entidades	Seleção SIPRA, e compromisso de trabalho com técnicas ecologicamente corretas	Agricultor tradicional que queira trabalhar com área de interesse ecológico, utilizando práticas ecologicamente corretas	Coletiva, preferencialmente
Projeto de Assentamento Florestal - PAF	O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicará áreas próprias para implantação dos PAF's	Seleção SIPRA e concordância em se dedicar às atividades florestais e à organização comunitária florestal	Interessados devem também ser titular ou descendente de populações tradicionais, que mantêm conhecimento do extrativismo, ou ainda possuem experiência com alguma atividade	O domínio das áreas dos PAF's será concedido coletivamente e às organizações associativas formais dos produtores assentados

			ligado ao setor florestal	
--	--	--	---------------------------	--

Fonte: retirado de Filho, J. P.A, 2012.

O PDS surge na contramão dos assentamentos que estavam sendo organizados desde meados da década 1980, no qual tinham como proposta a modernização da agricultura convencional (Revolução Verde), mas, por apresentarem diversos problemas relacionados à agrotóxicos, dificuldade de mecanizar e atingir uma escala de produção vantajosa e dívidas crescentes com o alto custo deste modelo de produção (NOBRE et al, 2012), o INCRA, buscando solucionar esses problemas e atender aos anseios de governos, movimentos sociais e populações sem terra, cria, com a Portaria n°477/99, sofrendo alterações com a Portaria n°1040/02 a modalidade de projeto de reforma agrária de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que em seu Art. 3º traz à seguinte função para sua criação (BRASIL, 2002):

Art. 3º Os projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos, para as populações que já exercem ou venham a exercer atividades extrativistas ou de agricultura familiar em áreas de preservação ambiental, com supervisão e orientação o INCRA, IBAMA, órgão estadual ou municipal do meio ambiente ou organização não governamental – ONG previamente habilitada.

Buscando desse modo, a conciliação para com o assentamento humano de populações sem terra, focando em áreas de interesse ambiental e com a promoção do desenvolvimento sustentável.

A modalidade PDS promove o uso sustentável dos recursos florestais. Segundo a portaria do INCRA, essa modalidade de assentamento é definida como projetos de assentamentos de interesse sócio-econômico-ambiental, destinando-se às populações que já tenham experiência ou estão dispostos a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, levando em conta a aptidão da área. Essa mesma portaria traz que essa modalidade terá a sustentabilidade como base, visando assim a promoção da qualidade de vida como aspecto essencial. Ela deve atender as especificidades regionais, o interesse ecológico e social, a valorização da organização social, do trabalho e da gestão comunitária. A aptidão da área é combinada com a vocação das famílias assentadas e o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área, de acordo com a legislação ambiental. De acordo com Nobre et al (2012), o PDS contempla, simultaneamente, o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental.

É também necessário levantar alguns aspectos negativos e algumas dificuldades da implantação dessa modalidade. O PDS tem como característica a recuperação e preservação do ambiente, sendo necessário para isso, parcerias em seu planejamento com instituições regionais ou locais, e isso é algo que nem sempre ocorre, deixando os assentados desamparados. O INCRA não pode exercer a função da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e prestar assistência técnica, é preciso um órgão especializado, mas isso acaba ficando dependente de mudanças conjunturais além de toda influência política do local (BARONE; FERRANTE, 2012).

Outro ponto é com relação a insuficiência de recursos relacionados à infraestrutura dos assentamentos, questões básicas como estradas, pavimentação, moradia, água e luz, acabam por minar o desenvolvimento do local, bem como seguir as diretrizes do PDS, a dificuldade em recuperar o solo, desgastado pelo uso intensivo de cana, juntamente com a falta de técnicos, acaba deixando os recentes assentados preocupados e desacreditados, essas questões básicas são essenciais para dar garantia ao assentado de que ele vai conseguir se manter ali no local e alcançar a produção necessária (MELO, 2016).

Ao fim desta sessão, somou-se aos conceitos teóricos, o histórico de pontos primordiais na pesquisa, desse modo, e cumprindo com o que foi proposto, a próxima sessão apresentará a área de estudo, um assentamento no modelo PDS localizado na cidade de São Carlos/SP.

1.3. Área de Estudo

Antes de adentrar com mais informações sobre a área de estudo, é necessário trazer algumas informações sobre os ciclos agrícolas do município de São Carlos. O primeiro ciclo ocorre com as fazendas de café, que eram o principal produto para exportação e fez com que houvesse alto número de imigrantes para o município, estabelecendo um contexto de apropriação de terras, baseado na grande propriedade de monocultura, que se manteria. Importante salientar também um aumento significativo na demanda por escravos, mesmo que aproximadamente nesse período, começa a aparecer a possibilidade de um fim definitivo para o escravismo (PALMA, 2014). E é com a crise cafeeira de 1929, houve o declínio deste cultivo em prol de outras culturas e o desenvolvimento da pecuária leiteira. A partir dos anos 70 do século XX, as agroindústrias passaram a ser destaques na cidade, destaque para a citricultura de laranja, até os dias atuais em que a agroindústria sucroalcooleira, se destaca.

A área onde foi feito o estudo é o Assentamento Santa Helena, sendo ele um PDS, e, como descrito acima, é um projeto de assentamento baseado e construído visando a produção sustentável, não utilização de agrotóxicos e fertilizantes.

São 14 famílias assentadas atualmente, sendo o assentamento oficializado em 2005 (portaria INCRA nº 71 de 27 de dezembro de 2005). Naquela época, os representantes do INCRA/SP, de acordo com (JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2004, p. 152-153) argumentavam o seguinte:

embora seja inegável a relevância da proteção ambiental não se pode relegar o ser humano, o trabalhador ou mesmo os assentamentos da reforma agrária a um plano secundário. Há necessidade de se harmonizar os aspectos humanos, sociais, produtivos e ambientais, de maneira que a propriedade rural cumpra sua função social, nos termos do artigo 186 da Constituição da República, atendendo os requisitos ali descritos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Cada família possui uma área produtiva de 5,4 hectares, sendo o total de área, 102,5 hectares, e esse total inclui as áreas comunitárias (centro/escola), uma parcela de reserva legal (6,56 ha) e área de preservação (4,28) permanente (Figuras 2 e 3). O assentamento possui 540 m de altitude média, o solo é Latossolo Vermelho-Amarelado (arenoso), clima caracterizado por ser tropical de altitude, temperatura média mínima de 15,3 °C e máxima 27,0 °C e precipitação de 1512 mm. O terreno estava sob litígio judicial, até a União transferir para o INCRA – Superintendência Regional de São Paulo (LOPES, 2014).

“a gente soube dessa proposta daqui essa propriedade que já tava nas mãos da União, já tava destinado pra reforma agrária, aí no final de outubro a gente ocupou. Aí tivemos que esperar aqui numa chácara, ficamos 1 ano e 2 meses. Ai em dezembro de 2005, veio a ordem que o juiz já tinha liberado. Ai lá pra 23 de dezembro já veio fazer o cadastro tudo certinho e virou o Assentamento. Ai depois já veio as documentações, as medidas da terra, aí já ficamos tranquilo. (Assentada, 55 anos)”

Mesmo essa área sendo desapropriada para reforma agrária, não foi uma desapropriação tranquila, houve resistência por parte das autoridades, principalmente do Ministério Público, para dar o aval e estabelecer o assentamento. (ALVES FILHO, 2012). A fala a seguir de um morador, traz um pouco dessa dificuldade, e de como eles eram vistos por algumas pessoas:

“Pesquisador: Quando vocês chegaram aqui, foi muito difícil? Como foi essa mudança e começar do zero, teve apoio?”

Assentado: teve apoio do sindicato de Araraquara. Aqui de São Carlos até condenavam a gente, pra eles a gente era tudo ladrão (Assentado, 52 anos)”

Assim, foi preciso que os assentados mostrassem que estavam dispostos a trabalhar a terra e mudar essa visão. E, o que facilitou o estabelecimento do assentamento, foi o PDS, pois, ao se comprometerem a seguir essa modalidade, a implantação ocorreu, principalmente por a área ser de grande interesse e importância ambiental para a região, estando inserida na recarga do Aquífero Guarani. Buscando alcançar os objetivos desta modalidade, há uma associação dentro do assentamento – Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena – criada em 2011, para fortalecer as atividades coletivas e obter recursos externos para a melhoria da infraestrutura para produção e moradia (LOPES, 2016).

1.4. Considerações Finais

Os Projetos de Assentamento foram criados com o intuito de mudar o território onde se inserem de forma mais harmônica com o ambiente, buscando alcançar um desenvolvimento mais sustentável e que propicie as condições necessárias para as famílias ali vivendo se desenvolverem e garantir o futuro para as gerações seguintes. Nesse ponto, a Reforma Agrária, como visto, vem como uma política de luta pela terra, potencializar a sabedoria popular para a produção de alimentos, técnicas e vivências sustentáveis e orgânicas,

esses quatro pontos, projetos de assentamento, território, desenvolvimento sustentável e reforma agrária, conseguem juntos transformar as relações entre seres e recursos, readaptar e readequar formas de produção e manejo, respeitando as especificidades do local e dos moradores.

De acordo Ramos Filho (2013) colocar em práticas as diretrizes do PDS, seu modo de produção é uma rememoração por parte do assentados, mostrando a força das famílias, suas experiências e práticas, porém, como visto acima, isso depende da resolução dos pontos negativos dessa modalidade, da presença de técnicos qualificados, infraestrutura adequada e garantias de produção, é passando pelas incongruências desse modo de realizar a política de reforma agrária que será possível superar esses desafios.

Por apresentar características da modalidade projeto de desenvolvimento sustentável e uma relação diferente com o meio em que se está inserido, considerou-se como um local propício a se realizar esta pesquisa, seus moradores, os assentados, pela reforma agrária, compartilham uma trajetória de vida de muito trabalho e batalha pela terra, a busca por se inserir nela e nela produzir, bem como a vivência no meio rural sendo parte importante de suas vidas. Suas relações com os recursos ambientais (terra, água, plantas e animais), foram construídas e moldadas desde à infância até os dias atuais, portanto, o estudo das relações dessas pessoas com os recursos ambientais e sua posterior análise, é um passo importante para se compreender, as particularidades do local e como os seres humanos veem o mundo e buscar estudar como esses recursos são trabalhados e entendidos por pessoas que tem um contato e vivência diária com eles, intercalando diversas formas de uso e aprendizagem.

CAPÍTULO 2 - Relação Ser Humano e Terra

Ao se iniciar este capítulo é necessário compreender os conceitos e significados sociais que englobam o recurso terra bem como o porquê de o ser humano querer terra. A terra está ligada ao trabalho que por sua vez, se liga a renda, desse modo, a concentração de renda é um ponto importante de se destacar. O índice de GINI revela a desigualdade da distribuição de terras. E segundo dados divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas nações unidas, o Brasil é o décimo país mais desigual do mundo. (HDR, 2016).

Essa desigualdade impacta profundamente nas relações dos seres com os recursos. Há uma parcela pequena da população que detém grande parte dos recursos, entre eles, a terra. Essa transformação desse recurso tão valioso para grande parte da população em uma propriedade privada, algo que não é recente, a exaltação e prazer pelos recursos, em detrimento das pessoas. O documento que é considerado como a certidão de nascimento do Brasil, a carta de Pero Vaz de Caminha, traz essa visão, segundo Coutinho (1976, p. 79), de “*exaltação dos recursos da terra prometida*”.

Então, no contexto brasileiro, a terra sempre foi vista como algo valioso e gerador de riquezas, riquezas essas que ficaram e ficam na mão de poucos. O uso da terra para ter trabalho, renda, prosperar na vida e, ao ter a terra, estabelecer novas relações com os outros recursos ambientais (água, animais e plantas, por exemplo) vai se dinamizando. O uso da terra para produção significa necessidade de ter água, trabalhar a gestão dela, seu uso e manejo, o cultivo de plantas, manejo e colheita, e terá uma relação com os animais, silvestres e domésticos, ou seja, o ser humano busca a terra de modo objetivo como melhoria de vida, e de modo subjetivo como a construção e ressignificação de valores e princípios.

No contexto histórico, há vários processos sociais que se entrelaçam e são importantes para o entendimento da temática, são eles:

- Reforma Agrária: promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Começa a ser executada após a redemocratização do país no final da década de 80 e também auxilia ao cumprimento da função social da terra, tendo como base o Estatuto da Terra.
- Desigualdade Social: marcado principalmente pela desigualdade econômica, ou seja, quando a renda é distribuída heterogeneamente na sociedade. Entre os

fatores que proporcionam a desigualdade social está a má distribuição de renda e a falta de investimentos em políticas sociais. A desigualdade social se configura pela falta de educação básica de qualidade; poucas oportunidades de emprego; ausência de estímulos para o consumo de bens culturais, como ir ao cinema, teatro e museus. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda, divulgou em 2009 que a do Brasil caiu de 0,58 para 0,52, ou seja, ao chegar mais próximo de 0, chegou-se mais perto da igualdade, de modo que mais próximo de 1, é desigualdade.

- Concentração Fundiária: a posse não democrática da maior parte das terras no espaço rural do país. Em razão da intensiva concentração de renda, do estabelecimento de monoculturas voltadas para a exportação, além de uma série de fatores históricos, o campo brasileiro é altamente concentrado nas mãos de poucos proprietários. 42,5% de estratos de área – encontra-se concentrada em 0,8% de imóveis, que apresentam uma área média de 6.185 hectares. Por outro lado, 33% dos imóveis apresentam uma área equivalente a 1,4% dos estratos de área ocupados, grandes quantidades de terra sob posse de um número pequeno de pessoas.

E também os aspectos culturais, discutidos acima com relação ao que é a terra? Por que as pessoas querem terra? Há uma valorização desse recurso, perpassando por esses três pontos históricos, o recurso terra está em uma dimensão especulativa e acaba por delinear os elementos que vão transformando a percepção. A terra apresenta então uma ambivalência, ela carrega o aspecto de um elemento natural, bem como se apresenta na ideia de posse/propriedade, sendo importante compreender ambos os sentidos e suas distinções.

Como a metodologia utilizada, da entrevista semi-estruturada, extrai uma grande quantidade de informações será feita uma divisão em subtópicos, em que as relações são analiticamente separadas pela densidade das informações, Mas é importante levar em consideração que os relatos estão todos ligados, bem como os recursos (terra, água, plantas e animais), o que mostra a complexidade da ligação entre ambiente e o ser humano.

Sendo assim, é importante refletir sobre as práticas sociais que embasam as formas de uso/apropriação da terra. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar a relação dos assentados com o recurso ambiental terra. Para tanto, este capítulo está dividido em diferentes seções que abordam as relações encontradas a partir da análise dos relatos obtidos no trabalho de campo.

A partir dessa discussão e revisão sobre o recurso terra e sua relação com os moradores do Assentamento, a presente dissertação trabalhou com 5 relações centrais relacionadas à terra em sua entrevista (Tabela 1), e a partir das falas e lembranças dos assentados, pode-se elaborar as seções a seguir, trabalhando esses resultados e mostrando os principais pontos dessa relação.

Tabela 1: Relações Centrais da Terra e suas aparições nas falas dos entrevistados.

Relações Centrais	Quantidade de citações relacionadas às diferentes percepções do recurso terra
Fruição	23
Gestão e Manejo	15
Identidade	31
Ação e Subordinação	11
Uso	19

Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria.

No próximo item, será discutida a relação central de identidade e fruição dos assentados com o recurso ambiental terra.

2.1. Relações de Identidade e Fruição

Segundo Marés (2003), a terra se liga ao ser humano como parte essencial de sua cultura, espiritualidade e mística. A terra fornece sustento, alegria, vestimentas, arte, fornece minerais, germina os grãos para futura alimentação, entre outras coisas, satisfazendo as necessidades humanas. Olhando pra essa situação, toda transformação de riqueza natural em objetos facilitadores da vida humana tem na terra a grande fonte que a acompanha. A fala a seguir traz um pouca dessa mística com a terra e sua ligação com o ser.

“Eu vivi isso, nasci nisso. A minha mãe, tem 8 anos que faleceu, meu pai 26. Ela contava, ela veio da roça também (...) se ela demorasse, que eu nascia embaixo de um pé de café. Aí sentiu dor, foi embora e foi chamar a parteira. Por causa de meia hora eu não nasci dentro da terra, o sangue é esse, não adianta querer mudar. Isso aqui foi Deus que deu pra gente (Assentada, 68 anos)”

É interessante observar essa história contada por uma assentada ligando o nascimento dela à terra, ao pé de café. O relato mostra todo o aspecto simbólico construído por ela desde seu nascimento até os dias de hoje para com a terra, mas que conta uma história na

qual a terra é uma personagem de extrema importância para a vida e felicidade das pessoas. A terra, neste relato, é apresentada como uma ligação sanguínea, é a origem e o lugar da existência social da assentada. A terra é vista com a concepção de pertencimento, dela na terra e da terra nela. Estar na terra é estar satisfeito, pleno de sentido para sua reprodução social.

Pensando nessa questão da satisfação e do pertencimento, duas falas a seguir, trazidas por dois assentados, retratam essa questão da alegria em ter a terra e trabalhar com ela, conforme descrito por Marés.

“Pesquisador: Sempre teve vontade de ter seu pedacinho de terra, plantar suas coisas?
Assentado: Tive sim, as vezes ia passear na casa de alguém que tinha terra, e pensava, nossa que bom se eu pudesse morar assim também né...e hoje eu tenho (Assentada, 42 anos)”

“Pesquisador: Qual a visão que você tem da terra? O que ela significa pra você?
Assentado: Ela é muito importante, é muito legal essa terra. Sempre mexi com terra, morava na cidade, mas trabalhava na terra (Assentado, 52 anos)”

Essas falas retratam bem como foi e como é a relação desses moradores com a terra. Antes de serem assentados, já possuíam um ideário sobre como seria estar na situação de proprietário da terra, em visitas a amigos criavam expectativas e aspiravam conseguir isso para o futuro. O futuro permitiria o reencontro com a terra, lembrando e ressignificando o passado, em que mexer e trabalhar na terra era o objetivo aglutinador da vida.

O que podemos analisar a partir dessas falas, é a identidade com a terra, com o local de morada, identidade essa que é construída aos poucos e vai se potencializando a partir dos laços criados nos locais em que se vive. A propriedade da terra e a noção de pertencimento que ela gera, associada à identidade de trabalhador rural (como pequeno proprietário de terra) envolve outras dimensões vinculadas à valores sociais como a satisfação e o orgulho do trabalho realizado, como no depoimento abaixo.

“É bacana você conseguir as tuas coisas, com seu esforço, com seu suor, porque aí você dá valor, sabe que foi você que conseguiu (Assentada, 68 anos)”

Ao ser assentado e conseguir produzir, a pessoa se torna trabalhadora, um proprietário, tendo ascensão social e permitindo a distribuição de renda

“Adoro mexer com a terra, se quiser ver eu feliz, me solta pro campo, que aí dou notícia de tudo que encontrei, adoro estar mexendo com a terra, tenho sapato, tenho bota. Gosto mesmo do pé no chão, de sentir a terra. Meu negócio é o pé no chão (Assentada, 68 anos)”

Sentir a terra com os pés faz parte dessa identidade, bem como de uma fruição com o recurso, há felicidade e alegria em momentos simples, mas que postos na trajetória de vida, tem um significado muito mais amplo.

“Agora aqui é pra sempre né, eu e meu marido, pra sempre. A gente sai as vezes, mas sempre volta, aqui é o local destinado, a gente já morou aonde tinha que morar e aqui terminou a jornada. É aqui que a gente precisa estar, os filhos, os netos, aprendem que é aqui, resolve o que tem na cidade, mas volta (Assentada, 55 anos)”

“Ai estamos buscando melhorar né, para os filhos darem continuidade, os netos (Assentada, 55 anos)”

Vê-se novamente a questão da fruição e da identidade presentes nessa fala, fica presente também a caminhada que foi feita até chegar à moradia atual, as dificuldades e felicidade por hoje, ter esse pedaço de terra. Como tratado por Lima e Rosa (2013) no *Capítulo 1*, as pessoas criam raízes no local e adquirem a sensação de pertencimento, de pertencerem ali, e isso se ensina para as futuras gerações também. Os assentados que tiveram uma caminhada de muita luta e dificuldade, hoje tendo seu pedaço de terra, sonham que filhos, netos e bisnetos deem continuidade e sigam ali. A socialidade do sujeito se engajar nesse mundo (INGOLD, 2003).

Essa busca por garantir uma vida boa há futuras gerações está ligado a questão do legado, da herança por parte desses assentados, ao obter a terra e conseguirem renda, eles obtiveram significados para existência, significados esses que envolvem a produção de alimentos, a moradia, e futuro para os descendentes. Ter esse recurso, essa terra, significa ser importante, marcando a existência.

Outro ponto importante retratado é a questão de uma vida com mais saúde, mais disposição, como podemos ver a seguir:

“O meu pensamento sempre foi o campo, sempre fui criado no campo, então a gente vê que do campo é tudo coisa sadia né (Assentado, 78 anos).”

“Ó, eu tava la em Campinas, tinha pressão alta, hoje, fazendo exame de rotina, médico da até parabéns, fala que a pressão é de jovem. É onde a gente vive, não tomo remédio pra nada, meu remédio é aquela enchadinha ali (Assentada, 68 anos).”

“Tem sempre trabalho, não da pra ficar entediado, não da pra ter doenças, depressão, nem frio, só trabalhar que esquenta. Não tem mais preocupação com a água, só melhorar na distribuição. Na cidade tem muita doença, aqui a gente não vê nada disso não (Assentada, 55 anos).”

Nessas três falas, podemos notar aspectos semelhantes relacionados a saúde que o trabalho no campo proporciona. As pessoas sabem de onde vem o alimento, como foi produzido, recuperando essas relações com a terra e com o próprio alimento (GONÇALVES, 2014). Até os animais, (recurso que será discutido com mais detalhes no *Capítulo 5*), que se alimentam de restos orgânicos, o que possibilita um melhor crescimento. Na segunda fala, a assentada relembra quando vivia na cidade de Campinas e tinha muitos problemas relacionados com a saúde, já hoje, vivendo no campo, o trabalho manual é um remédio para ela, poder produzir e se alimentar disso é aspecto fundamental e essencial na vida dessas pessoas. E por fim, a questão de sempre ter trabalho, de modo que a mente não para, garantindo além da saúde física, uma boa saúde mental. Todos esses pontos são importantes para entender o contexto geral da saúde. De modo geral, ficar desempregado, estagnado e sem a alimentação do campo, levam ao adoecimento. Viver no campo e aproveitar dos benefícios dele é o fator primordial para a felicidade e saúde destas pessoas.

Nas discussões e análises acima, ficou claro alguns aspectos que se distanciam e trazem ideias diferentes, mas que ao final se ligam e constroem as relações, podendo enquadrá-los como pares de oposição. O primeiro seria em relação à ser (pequeno) proprietário da terra, retomando as discussões de distribuição de renda e propriedade privada e do outro lado, os sem terra, que buscam a terra para poder produzir e prosperar na escala social. Outro par de oposição é relacionado ao trabalhador, que tem a terra e nela produz, tira seu sustento e prospera e do outro lado o desempregado, que na busca por esse recurso não consegue trabalhar com ele. Por fim o ultimo par de oposição visto até aqui é da ascensão social, que se liga com a propriedade de terra e com o trabalhador e do outro lado a estagnação social, que se vincula aos sem terra, enquanto buscam sua terra, eles não conseguem prosperar, e nem trabalhar, como visto nas dificuldades acima destacadas.

Segundo Gonçalves (2014), as pessoas possuem uma percepção não somente impulsionada por suas sensações, mas acompanhada de um contexto histórico, cultural e de padrões determinados socialmente. Estes contextos socioculturais que levam à concentração de renda e à desigualdade no país, assim, ao conseguir participar de projetos de Reforma Agrária, essas pessoas, antes desempregadas, agora são trabalhadores rurais, ao terem a propriedade da terra (mesmo com restrições, como as dificuldades pela falta de infraestrutura adequada, os problemas relacionados a água e o que plantar, devido as diretrizes do PDS) são proprietários. As próximas falas exploram mais essa percepção e o pertencimento desenvolvido no contexto histórico e cultural de cada um.

“Pesquisador: Hoje você tem já uma relação aqui com esse lugar, você sairia?”

Assentado: De jeito nenhum, de todo lugar que a gente já andou, tem 17 anos de caminhada. O lugar que eu mais gostei e me dei bem foi São Carlos (Assentada, 57 anos).”

“Aqui pra mim ta muito bom, gosto muito de trabalhar na terra, fui criado na terra, eu adoro trabalhar na terra. Se eu não conquisto esse pedacinho de terra eu ficava doído, porque na cidade nao dá (Assentado, 70).”

“Dou muito valor de ter esse pedaço, porque eu nasci em cima da terra né, agradeço muito a Deus por conseguir conquistar esse pedacinho, que é pra que eu morra em cima dela, porque pra sair é difícil, demorei, mas conquistei, não vendo também não. Aqui tem minhas galinhas, porquinhos pra comer, leitinho, carneirinho, e vou tocando assim (Assentado, 70 anos).”

O tempo e o esforço que estas pessoas dedicaram em busca do recurso é algo que tem muito valor, não só em questões econômicas, mas nas dificuldades encontradas no caminho. Isto é definido pelos assentados como luta pela terra. Neste processo de luta, reconhecido neste grupo como um valor social, novas sociabilidades e experiências são construídas que se agregam na construção de uma identidade que envolve a terra, a forma como ela foi obtida e as experiências anteriores dos assentados. A busca pela terra envolve a necessidade de trabalhar, a luta para ser proprietário (e conseguir fazer o trabalho para si e ter orgulho de seu esforço) e a construção de um legado (enquanto herança, física e social, para seus descendentes).

Nessas falas, aparece outro par de oposição, que seria o campo e a cidade. O campo está relacionado como algo bom, tranquilo e agradável, mas para se trabalhar no campo

precisa gostar, ou seja, tem que possuir alguma relação anterior com a vida no campo. A cidade, na concepção deles, está relacionada a algo ruim, caótico e bagunçado, a vida na cidade é a experiência da rotina. A cidade é caracterizada pelo desemprego, porém, campo e cidade são dependentes um do outro, o assentado precisa da cidade para vender seus produtos e do campo para produzir, são oposições que se complementam.

Os assentados dão valor ao pedaço de terra que conseguiram. Este valor passa pela concepção de ser proprietário, ou seja, para o assentado, ao conseguir o recurso terra, eles têm autonomia e liberdade para se trabalhar no local, plantar o que gostam, produzir o que desejam. Ser proprietário significa ascender na hierarquia social, garantindo uma vida ‘mais digna’.

A felicidade de se trabalhar com a terra é algo recorrente em todas as falas. Há uma sensação de vitória por parte deles, a construção de um legado, ao conseguir o recurso terra, eles se sentem bem, retomam a alegria e a esperança de que a luta durante a vida valeu a pena. Os discursos, de modo geral, são sempre pautados em histórias de vida difíceis, de muita luta, lembranças do passado e sempre de muita alegria com a terra, com o que tiram dela. Para essas pessoas, a terra é algo natural, algo que a natureza nos proporcionou e devemos tratá-la bem, de modo que ela retribua isso com coisas boas. É uma relação harmoniosa com o recurso. E pra compreender essa relação, um assentado traz uma frase curta e simples, mas que resume bem o sentimento deles

“Pra ficar na terra, tem que gostar da terra; aqui é meu paraíso, é gostoso (Assentado, 70 anos).”

Além de toda questão do trabalho exercido para cuidar da terra, o que observamos como o essencial é o gosto por isso, gosto esse que foi se criando desde a infância, no contato junto aos pais e na busca por conseguir recriar isso na vida adulta, a construção do gosto de cada um está relacionado ao seu repertório pessoal, mas perpassando pelos elementos sociais, pelas dificuldades e aprendizados, ou seja, pelo saber ambiental de cada um. Os assentados gostam da terra, eles sentem prazer em trabalhar e se desenvolverem ali, é o paraíso como dito acima, o local destinado, é uma visão de alegria do recurso, as pessoas ali encontraram seu lugar no mundo. Por isso a privação que eles passaram, até chegarem a este ponto é algo complicado e desgastante.

Martins, trazendo algumas reflexões ao se trabalhar com camponeses e o trabalho deles diz: “a terra é um instrumento de trabalho, sem o trabalho, ela não oferecerá os seus frutos” (MARTINS, 1981, p. 138). Ou seja, ainda de acordo com o autor “a terra é legado dos frutos do trabalho nela contidos, legado do manejo da terra, do seu ‘amansamento’ (...). É o trabalho que cria esse direito. O direito à terra só se realiza e se confirma quando se estende a mais de uma geração da mesma família” (MARTINS, 2003, p. 99).

Entender a percepção ambiental, a partir disso, é como De Paula (2014) descreve, elencar as expectativas e pensar nas possibilidades. E é necessário também entender tudo o que envolve as questões da terra como pública e privada, o mercado de terras, especulação e a questão dos assentamentos.

2.2. Ação e Subordinação à terra

Na busca por entender a ligação entre o recurso terra e os assentados, há um processo que envolve a subordinação aos processos burocráticos vinculados à reforma agrária e a implantação do Assentamento. O processo de implantação de um assentamento envolve algumas etapas, que são:

- Definição do tipo de Projeto de Assentamento a ser realizado, como por exemplo os assentamentos estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigidos para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.);
- Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;
- Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF) de responsabilidade do Governo Federal;
- Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;
- Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União.

A formação do Assentamento não se trata de um conjunto de forças neutras, há de um lado os sem terra, em busca desse recurso, e do outro, o INCRA/Governo/União que pretendem viabilizar esse recurso e auxiliar com créditos e coisas básicas como água, energia e

estrada. Importante destacar nesta dinâmica é que o primeiro momento é uma oposição, entre os futuros assentados e estes órgãos, em um segundo momento, com as coisas regularizadas, há uma aproximação entre eles, o assentado passa a depender desses órgãos para auxílio e/ou apoio infra estrutural, técnico e financeiro. Pode não haver total confiança por parte das pessoas envolvidas, mas é um processo onde cada parte depende da outra.

Vê-se então, novamente nessas falas é que a ação dos assentados sobre constrangimentos e tem que se subordinar ao processo institucional burocrático dos órgãos responsáveis pelas ações de Reforma Agrária, bem como a falta de apoio técnico. O ponto aqui é elencar essas dificuldades enfrentadas e entender a relação com a terra a partir disso. Nesses processos burocráticos, a pessoa física, o assentado, não tem muito o que fazer, sua relação com a terra fica dependente das decisões e auxílios tomados por parte de órgãos com diferentes tempos e procedimentos que são exógenos à ação dos assentados.

Sociabilidade que traz pessoas com passados distintos, mas com experiências de trabalho parecidas, muitos desses assentados, antes de terem sua terra, trabalharam com terra, mas sempre para alguém

“Sempre tive contato com os movimentos, mas não assim, entendeu? Pra fazer a ocupação igual fizemos aqui. Eu sempre trabalhei em terra para os outros, mas eu entrei nisso mesmo foi de 2000 pra cá (Assentado, 52 anos).”

“Porque eu mesmo nunca tive um pedaço de terra, trabalhei muito em terra, mas para os outros, sempre para outros, entendeu? (Assentado, 52 anos).”

A participação em movimentos sociais com diferentes pessoas e a vontade de adquirir sua terra e poder trabalhar nela de maneira adequada, moveram essas pessoas até o Assentamento Santa Helena, conectando diferentes histórias de vida, mas que se ligam em expectativas e vivências similares. O trabalho nessas falas é visto como algo emancipatório, ao passar a vida trabalhando para os outros, ter sua terra é uma forma de sair da subordinação social, de ascender socialmente, o trabalho serve como fator de mudança. Na visão dos assentados, eles são proprietários da terra, não podendo vender nem arrendar seu lote. Mas de acordo com o INCRA, os assentados estão com o Contrato de Concessão de Uso (CCU), que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar. O próximo passo seria a obtenção do Título

de Domínio (TD), que é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e que o assentado tenha condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais. Há ainda um caminho a percorrer para que essas pessoas tenham esse imóvel rural definitivo, caminho que está sendo percorrido com muita disposição, esperança e alegria.

Mesmo adquirindo seu espaço, seu terreno, eles ainda ficaram subordinados aos processos burocráticos de desapropriação e implantação do assentamento. Seguindo essa mesma linha, os assentados relatam a seguir, algumas dificuldades encontradas no período até o começo do assentamento.

“Demorou até pra gente conseguir mexer nela, ficou mais de um ano sem poder mexer, ficamos um ano morando nos cantinhos aqui pra não ocupar espaço na cana, ai nesse tempo, depois sem a água, depois sem projeto de mercado, trabalhava sem futuro, sem certeza de nada, trabalhador voluntário, ai que começou mesmo assim certinho faz uns dois, três anos, é recente (Assentada, 55 anos).”

“Mais a gente ainda não podia produzir, a fazenda era nossa, mas o que tava em cima não pertencia a nós, que era a cana. Já tinham tirado um corte, aí entramos, ficamos e esperamos tirar mais um corte, mais uma safra, pra começar a usar (Assentada, 55 anos).”

“Era uma época que a gente não tinha casa, não tinha luz, não tinha água, tinha nada. Buscava água de carroça, de carriola, lavava roupa na represa (Assentada, 57 anos).”

Este processo de ação subordinada ao INCRA surge como elemento essencial para recuperar a fertilidade do solo, exaurido pela monocultura canavieira. Como afirma duas assentadas:

“Por que logo que a gente chegou aqui essa terra era muito ruim, era só cana, tudo que plantava não saia. Teve que usar muito calcário, depois esterco e outras coisas (Assentada, 57 anos).”

“Aqui antes era só cana, até hoje a terra é judiada, demora pra recuperar, e já tem 11 anos que estamos aqui, agora que a terra ta começando. Tudo isso era só cana, até recuperar o solo foi um tempo, já jogamos bastante calcário. Ai no começo tivemos apoio, máquina do INCRA para tombar a terra, fazer curva de nível (Assentada, 42 anos).”

Vimos com essa fala que antes do assentamento, o grande enfoque da região era, (como visto no *Capítulo 1, item 1.3 Área de Estudo*) a grande propriedade (latifúndio) com monoculturas de cana-de-açúcar (e antes ciclos de monocultura de café e depois de monocultura de laranja). O ASH cria uma oposição ao latifúndio monocultor com sua estrutura fundiária de pequenos lotes e com diversidade de produção se traduzindo em um minifúndio policultor.

Na monocultura de cana, o uso de agrotóxicos é comum. O esgotamento da fertilidade do solo na monocultura é estudado na literatura científica e traz a necessidade de um bom manejo para manter a qualidade do solo, como rotação e culturas, na grande maioria das plantações de cana, isso não ocorre, além da queima dos restos, ocasionando mais problemas ao solo e ao ar.

Por outro lado, há também o desgaste por passar por determinadas situações, como a relatada a seguir:

“Aí saiu aqui essa terra e o pessoal convidou pra vir pra cá, o mesmo pessoal que tava em Itapuí (outro acampamento), aí a gente ficou acampado numa chácara aqui, esperando a fazenda sair, quase um ano, ficamos acampados ali. Na chácara no 29. Ai quando saiu a terra aqui, viemos pra cá (Assentada, 42 anos).”

E assim, a mesma assentada diz o seguinte:

“E hoje em dia, se fosse pra eu começar agora, não começaria mais não, e não aconselharia a alguém entrar nessa vida, não ta fácil conseguir um pedaço de terra (Assentada, 42 anos).”

A energia gasta no processo de luta e todo o processo de subordinação enfrentado, aliado à insegurança em saber se iam conseguir ou não, além das dificuldades após serem assentados, são aspectos importantes dessa relação voltada para a produção e moradia, para a manutenção de suas vidas. Retomando novamente o conceito de sociabilidade trabalhado por Tim Ingold, tudo isso, positivo ou negativo, fez e faz parte da experiência dessas pessoas e suas movimentações na vida social. A experiência vivida de cada pessoa faz com que ela tome as mais variadas decisões, por exemplo, uma boa relação com uma pessoa, faz com que ela reflita sobre as decisões e ações passadas, presentes e futuras à luz das informações atuais. Pelas dificuldades encontradas no caminho, o conselho é não seguir na luta pela terra.

Voltando a essa questão do trabalho na terra e suas dificuldades, John Locke (1994), tratava o cultivo da terra e o seu domínio como coisas idênticas, e considerava, em suas palavras, ser “ilegítimo, insensato e desonesto” dominar mais do que se pudesse trabalhar, assim, para ele, a propriedade da terra apresenta o trabalho nela exercido como fundamento básico.

2.3. Relação de Uso

Neste item, serão trabalhadas as relações de uso da terra, mostrando como esta relação foi sendo moldada/construída ao passar dos anos até os dias de hoje, no assentamento.

No *Capítulo 1*, discutiu-se como a terra pode ser entendida como um meio de produção que está à disposição dos seres humanos, de modo a satisfazer suas necessidades e das gerações futuras. Sendo assim, a terra cumpre com sua função social a partir do momento em que se obtém dela um local para morada e se extrai alimentos, fruto de seu trabalho, para a manutenção própria e de sua família.

Sob a perspectiva agrarista a propriedade da terra está intrinsecamente ligada a quem nela trabalha. Diz-se então que a terra é pertencente àquele que nela produz, assistindo ao produtor rural o direito de permanecer nesta enquanto produz alimentos para a própria subsistência. A partir disso, os diferentes usos da terra estão relacionados à sua função social, de garantir estabilidade e subsistência para quem ali se fixa. Como afirma um entrevistado:

“A terra é uma riqueza né, sem ela a gente não vive, precisa produzir o alimento (Assentada, 42 anos)”.

A função social da terra foi adotada para qualificação da propriedade pela primeira vez em 1964, a partir do Estatuto da Terra, Lei n. ° 4.504, de 30 de novembro. De acordo com tal lei, em seu artigo 2º parágrafo 1º, “a propriedade da terra desempenha integralmente sua função social quando: a) favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividades; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam”

No assentamento, há uma preocupação com a função social como mostram alguns relatos sobre os usos realizados a partir da propriedade da terra no assentamento:

“Mas nunca saiu do sangue essa vontade de estar plantando, colhendo, ter um frango um porco pra comer, ter um pé de horta, a gente nem pensava o recurso pra vender, era mais para ter mesmo, para o uso e consumo de casa (Assentada, 55 anos).”

Vemos com essas falas que os assentados conseguiram ao longo desses anos cumprir a função social da terra, que é a produção de alimentos e, associada a ela, a recuperação da fertilidade do solo, nas diretrizes do PDS. Esses alimentos (vegetais e animais) extraídos, serviam como alimento para as famílias e o excedente é vendido ou doado, à despeito da dificuldade de locomoção (devido à distância da área urbana e estado de conservação das estradas). É interessante notar também a diversidade da produção, como visto anteriormente, num local onde predominava a cana (antes o tomate), agora o que se vê é uma grande variedade de alimentos, como a fala a seguir relembra:

“Aí tinha porco, ocupa um espaço menor, e morava lá embaixo, na área coletiva. Aí tinha o lote inteirinho, sem nada. Ai a gente plantava eu e meu marido inteirinho de milho e no meio mandioca e na época de água, plantava feijão. Carpia tudo, hoje em dia não aguenta mais. E a gente não usa veneno, é tudo orgânico, então é tudo na enxada, cobertura morta (Assentada, 55 anos).”

Além da variedade, vemos que a mão-de-obra empregada é braçal, não há grandes maquinários, até pelo tamanho dos lotes. A família toda ajuda na plantação, nos cuidados e na colheita, o uso da terra envolve todos os membros, caracterizando essa agricultura familiar.

Outro ponto, são as técnicas de manejo vistas, como plantar milho em consórcio com a mandioca, potencializando o solo, e garantindo que seu uso não seja desperdiçado. Os assentados possuem um vasto conhecimento sobre suas plantações e diferentes técnicas empregadas. Conhecimentos que foram sendo construídos ao decorrer de suas vidas, suas trajetórias e vivências.

Pensando nesses conhecimentos e diferentes análises de um sistema complexo (terra), Fritjof Capra (1997) afirma que devemos recuperar a experiência de conexão com a teia da vida e suas inter-relações com a natureza, retomando nossa subjetividade e conhecimento acerca dessas relações. A fala da próxima assentada mostra a inter-relação com a natureza:

“Nasci no meio rural mesmo, meu pai, toda vida foi desse meio, quando sai para São Paulo, sai com 16 anos, fiquei um bom tempo lá, trabalhei numa tecelagem [perdeu

dedos na prensa], aí voltei no meio rural, fiquei uns anos no Paraná, aí voltei pra Campinas. Mas sempre quis voltar pra roça, sempre gostei, fomos criados né, toda vida, era roça. E olha, até os 16 anos nem sabia o que era óleo de soja, só com banha. Não precisava de nada. Tinha tudo ali. Minha mãe fazia o mijolo (socar farinha), aí meu pai colhia muito milho, minha mãe colocava de molho, aí descia pra socar, pra fazer a farinha. E a gente comia farinha de milho com leite toda manhã. O Pai matava os porcos e colocava a carne pra secar, e aí misturava tudo, e era a nossa comida. Tinha 9 filhos. Era um pão que minha mãe assava, era leite, queijo, aí fomos criados tudo nisso aí. E se você foi criado, não esquece, fica marcado (Assentada, 57 anos, grifos do autor).

Nessa fala vemos a assentada lembrando de momentos da infância, de como se conseguia tudo ali no local, não era necessário sair comprar coisas, o trabalho na terra provia todo o essencial. Os grifos mostram essa relação de identidade, discutida anteriormente e a retomada de nossa experiência com as teias da vida, discutido por Capra. Ser criado no meio rural gera uma identidade que faz parte da subjetividade da vida rural do pequeno produtor em sua inter-relação com a natureza, as alegrias ali lembradas da infância carregam uma grande carga emocional e repleta de felicidade.

Voltando à função social do solo, que carrega esse elemento do uso, as formas de plantio também revelam diferentes percepções:

“Tudo o que a gente tem aqui, não existia nada. Olha os pezinhos de café. Com esse esterco aqui eu já adubo a terra, a cenoura e várias outras coisas aqui. É comida sadia, e quando leva essas coisas na cidade, não tem o valor que deveria ter (Assentado, 78 anos).”

O primeiro ponto visto é relacionado à comida sadia, comida de qualidade, para os assentados, a comida cultivada no campo, tem o zelo e o cuidado como elementos centrais, é uma produção de pequena escala, baseada nos princípios da agricultura orgânica. Como ocorre grande envolvimento do assentado com o que é produzido e com a forma de produzir, para ele este valor deveria ser reconhecido nas cidades. As questões relacionadas a formas de manejo e a produção de alimentos orgânicos serão retomadas de maneira aprofundada no Capítulo 4 (Plantas).

Na fala a seguir, a assentada, traz novamente os benefícios do campo e a distinção presente entre o campo e a cidade, bem como a alimentação presente.

“Não tinha essa fartura que tem aqui, fartura de verdura. Frango, eu crio, porco, eu crio, tem leite, faço queijo compro só o essencial. Na cidade tem que compra tudo. E compra e não sabe de onde vem, sabe o que ta comendo (Assentada, 42 anos).”

A oposição campo e cidade aparece nessa fala também, com relação ao alimento, caindo no campo da subjetividade, perpassando pelos conhecimentos e o uso na plantação, é a questão de saber de onde o alimento vem. Os assentados que ali produzem e trabalham, sabem o que estão comendo, sabem como tudo ali foi plantado, cuidado e colhido, eles têm uma relação muito mais pessoal com os produtos. Já quando olhamos para a cidade, vemos um distanciamento dessas relações, sendo preciso retomar essa conexão, aproximar o consumidor das cidades, do produtor do meio rural. Essa mudança faz parte da questão cultural, como Tuan (1980) bem destaca em seus estudos. Nossa cultura de produção e consumo é grande causadora desse distanciamento. Cultura essa que está vinculada ao nosso modo de produção capitalista, onde a circulação da mercadoria é o ponto principal, há uma inversão das relações sociais, onde o produto é o agente principal e não o produtor, esse processo de alienação, é o que Marx chama de fetiche da mercadoria, o distanciamento, a perda de significados presentes nos recursos, em prol da simples produção desenfreada (FOSTER, 2005).

Entender essas diferentes visões, modos de produção e suas relações é essencial para se buscar a conservação ambiental. Os assentados, com seu modo de produzir e se relacionar com o recurso terra, agem como atores na conservação, ou seja, o modo de operacionalizar esses distintos conhecimentos, vindo de diferentes grupos sociais e culturais, que auxiliam na conservação ambiental (DIEGUES, 2004).

“Então, você vê, a situação aqui era só cana, pé de árvore que tinha era esse cedro, aquela matinha no outro lote. No outro tem um pé de anjico branco. Então era as árvores que tinha, no mais, era cana. Aí você vê né, quanta coisa que tem em 12 anos, no meu sitio tem aqui pra mais de 100 árvores plantadas, de frutíferas e nativas. Hoje é amora, é manga é goiaba, é abacate, tudo natural (Assentado, 78 anos).”

A transformação de um ambiente repleto de cana, para um com várias árvores nativas e frutíferas, grande variedade de vegetais e animais, ilustra a dinâmica das transformações sociais e ambientais que o espaço do assentamento desenvolveu. Adequando o uso da terra para as especificidades dos assentados e do PDS, em poucos anos viu-se um crescimento na produção, na qualidade de vida e a melhoria ambiental daquele local, mesmo

com a falta de apoio por parte dos órgãos responsáveis. A mudança de um uso de terra (grande propriedade de monocultura canavieira) para outro (minifúndio policultor) permite observação do processo de transformação da lógica de operação de produção e de devolução da subjetivação do trabalhador/assentado e dos recursos ambientais utilizados.

O uso da terra traz alguns elementos novos como a função social como uma centralidade na lógica de criação e operação dos assentamentos. Enquanto assentamento, a terra deixa de ser percebida como mercadoria de troca, voltada para uso especulativo com uma racionalidade econômica dominante. Agora, a terra apresenta racionalidades mais abrangentes, subjetivas, que estabelecem novas relações entre pessoas e também com as pessoas e os recursos ambientais.

2.4. Gestão e Manejo da Terra

Entender como se dá a relação da terra e sua gestão, passa também por tudo o que foi discutido até o momento, as questões de identidade e fruição, subordinação e uso. A relação com a gestão é mais voltada ao manejo que essa terra recebe, pensando nos acordos feitos com órgãos públicos, como prefeituras, saber o que e quando produzir e tratando isso com a retomada dos assentados com seu passado, as questões que eles passaram relacionados a gestão da terra, estando presente também as outras relações trabalhadas.

“Perguntou (um moço que veio visitar) se aqui não tem (quem queira vender a terra), e nem se quisesse poderia. Não dá pra vender a terra que não é sua (Assentamento) (Assentado, 52 anos).”

Na concepção do assentado, a terra não pode ser vendida, pois não é dele, ele tem a posse, mas não se considera o proprietário, ou seja, acaba tendo concessão dessa terra, sendo um concessionário, e isso se verifica na própria legislação de acordo com o INCRA, como visto anteriormente, eles estão com o Contrato de Concessão de Uso (CCU), mas ainda não obtiveram o Título de Domínio (TD), em que, ai sim, seriam proprietários da terra. Se tem esse conhecimento dentro do Assentamento, e uma visão diferenciada acerca do recurso terra, ela não é uma mercadoria, mas sim seu sustento, seu lugar de trabalho. A propriedade dela abrange outros pontos também, mas para se pensar na gestão da terra é preciso também pensar em como ela é vista como mercadoria (mercado de terra), ou seja, antes do uso individual, seu uso era determinante, tinha que usá-la para produzir bens consumíveis, ou seja, a mercadoria

(MARÉS, 2003). O conteúdo da propriedade é visto como mercadoria, provedor da vida humana e animal e um elemento importante na construção cultural das sociedades (MARÉS, 2003). Vê-se uma distinção entre dono e proprietário, ou como Woortmann (1990, p. 28) elenca: “É-se dono, não por ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado. É-se proprietário pela compra, e não pelo trabalho.”

Pensando nessas questões e trazendo para a realidade do assentamento, os moradores dali retratam como foi essa passagem, essa transformação da terra privada para terra trabalhada e como essa relação ainda ocorre hoje:

“Pesquisador: Questão da terra sempre foi complicada, desde que começou a dividir aqui no Brasil era assim.

Assentado: Muito complicado, não tem acordo. Só encrenca. Pra mim já tá de bom tamanho isso aqui, se desse conta de tudo, conseguisse plantar tudo isso aqui, tá certo que aqui tem pouca parte desocupada, resto tá tudo plantado (Assentado, 52 anos).”

“As vezes passo o dia inteiro aqui trabalhando, nem acaba uma coisa já tem outra, o tempo é diferente (Assentado, 52 anos).”

“Ainda mais com o INCRA (manter a produção) e por já ser um assentamento, a 12 anos já. E estamos produzindo, é importante mostrar isso, não pode ficar na terra sem fazer nada (Assentado, 52 anos).”

Importante relembrar a fala de um assentado (*Capítulo 1, 1.3*), em que traz as dificuldades que enfrentaram ao se assentarem ali, a falta de apoio por parte da prefeitura e uma má visão por parte da população. Então, ao falar do INCRA, e dizer que é importante eles produzirem, pra mostrar que não estão parados, reforça essa ideia de uma cogestão/parceria da área, bem como o compromisso com a função social e com as diretrizes do PDS. Por outro lado, ao falar apenas do INCRA, falta uma maior percepção nas questões que envolvem o Governo Federal e a União, que também deveriam dar suporte ao Assentamento, trazendo melhorias na infraestrutura e apoio na produção, essa dualidade, novamente aparece. Aqui aparece a relação de ação subordinada, onde os assentados ficam à espera desses órgãos e auxílios provenientes, atrasando e complicando na produção e com isso, prejudicando seu sustento.

Essa relação com a gestão da terra, também possibilitou aos assentados, após essa mudança na visão das pessoas da área urbana, mostrarem que estavam sim produzindo e melhorando as condições de vida ali na área, fechando assim acordos e parcerias, facilitando a

distribuição de suas produções. Na fala abaixo, um assentado relata sobre a produção e o auxílio do PRONAF na distribuição dos alimentos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de São Carlos.

“E lá é bastante (secretaria), mas ainda não pegamos muito, é primeiro ano de contrato, precisa ver como vai se desenvolver tudo né. As vezes planta alguma coisa, numa data sai bem, numa semana de diferença sai de outro jeito. Aí tem que ir aprendendo, ir conhecendo cada plantação, cada local do solo, eles têm uma diferença. Ai a gente faz uma linha de canteiro de 80 metros, jogamos insumo igualzinho, adubo verde. Aí plantamos, canteiro de almeirão, tem umas manchas que dá ótima e umas que não vai tão bem. Não da pra pegar muito de inicio né, tem que conhecer a produção, conhecer o programa direitinho, as pessoas. Caso de pra substituir as coisas, é bom conhecer (Assentada, 55 anos).”

O assentado já sabe das dificuldades de se produzir em grande escala, por isso esse conhecimento do solo, conhecimento dos locais propícios para se plantar, é de extrema importância. O conhecimento do local é valioso para quem vive dele, de acordo com Castro (2000), esse conhecimento leva a diferentes percepções do local em que se vive, e essa percepção é única (TUAN, 1980).

Como diz o assentado na fala a seguir:

“Produção não é fácil, tem que ter paciência, aprender com elas, saber o que a terra quer e não o que a gente quer produzir, o que ela pode produzir. Tem que levar em conta o clima, as estações do ano e tudo mais (Assentada, 55 anos).”

Paciência e conhecimento da terra são, para o assentado os dois pontos principais para que se faça uma boa gestão da terra em si, para compreender suas necessidades, potencialidades e limitações. No PDS Santa Helena, essa gestão é feita de forma natural, ou seja, respeitando a natureza e não utilizando agrotóxicos, como dito anteriormente, seguindo as diretrizes do PDS e garantindo uma ponte entre os assentados e a busca pelo desenvolvimento sustentável (DE PAULA, 2014.)

Trabalhar de forma natural é algo já presente na vida desses assentados:

“Sim, antes tudo o que precisava estava na fazenda, e era tudo natural, meu vô nem mexia com isso também, com veneno. E a gente fala pro pessoal aqui, lá na Bahia (de onde vim) a gente plantava e o esterco que usava era tudo de gado, nada de veneno. E

dava muita coisa lá, a terra era muito boa. Hoje aqui se não tem irrigação nas coisas não dá nada, é difícil. E aqui está recuperando ainda né, o tomate e a cana só na base do veneno (Assentada, 55 anos).”

Essa recordação do passado na Bahia, onde novamente, tudo o que precisavam pra sobreviver estava ali, é um conhecimento adquirido que foi sendo moldado ao passar dos anos, e agora no assentamento, há essa vontade de continuar com essa produção limpa, de recuperar a terra, de fazer uma boa gestão, um uso adequado.

Mas, há as dificuldades, como o terreno ter sido monocultivo de tomate e cana anteriormente, o que danificou o solo e ainda traz problemas para eles:

“Na minha horta aqui do lado, que fica na divisa aqui, eles plantavam laranja e feijão e tudo veneno, aí ficava vindo pra minha horta. E aí não dá né. A gente não usa, mas as vezes vêm, aí prejudica (Assentada, 55 anos).”

Há ao redor do assentamento, plantações que utilizam agrotóxico, e sabendo que o uso acaba sendo frequente, e muitas vezes incorreto, pode oferecer ameaça de contaminação tanto das águas superficiais e subterrâneas (SPADOTTO et al., 2010), quanto do solo ao redor, prejudicando os assentados que ali vivem. E isso acaba afetando não só aos assentados e seus familiares, mas também à população em geral que consome alimentos “envenenados”.

Ou seja, ele acaba contaminando a horta de alguns assentados, causando prejuízos financeiros e de saúde. O uso desenfreado disso teve um grande aumento com a Revolução Verde (discutida no *Capítulo 1*), desse modo, o assentamento vai contra essa corrente, produzindo tudo natural, orgânico e utilizando produtos caseiros para combater pragas e animais que ali invadem:

“Não tem nada de agrotóxico, é tudo orgânico. Nem posso usar isso. Inclusive, as vezes a gente perde muita planta por causa disso né (pragas), aí alguns ainda falam, “tem que usar um agrotóxico aí, senão não vai conseguir” aí eu falo, o que eu conseguir está bom né, a gente usa muito esses produtos caseiros, mas tem praga que isso não combate. Traquinose não adianta, já vem da terra, da raiz. Combate um pulgão, umas lagartas, deixa a planta mais bonita (Assentado, 52 anos).”

Os assentados sabem o que podem ou não podem usar no assentamento, há um consenso também em relação há aprender novas formas de combater essas pragas, mas

pregando sempre o uso racional e natural dos produtos. Mesmo com essas dificuldades e estando passível a possíveis perdas de produção, eles têm a percepção (TUAN, 1980; DEL RIO, 1996) de que é o certo a se fazer.

Por fim, retomando essas dificuldades, os assentados têm uma visão de liberdade com essa terra, a gestão da terra garantiu a eles conduzirem da maneira que entendem ser a melhor para produzir, colher e vender.

“Esse foi o primeiro pedaço de terra pra mim. Eu trabalho pra mim agora (Assentado, 52 anos).”

Agora eles têm autonomia, não há uma relação chefe-empregado, mas sim entre amigos, colegas e familiares, que claro, precisam seguir os ciclos da plantação e das necessidades a partir das parcerias fechadas, mas essa nova relação de trabalho emancipa os assentados. Essa mudança na relação está relacionada também ao jeito que eles veem a terra, como discutido nos subtópicos anteriormente, a terra não é apenas algo relacionado ao uso, ela tem história, tem simbologia, tem afetividades.

2.5. Reflexões Finais

Como visto no decorrer do capítulo, essas relações se conectam e se intercalam, formando a relação geral em torno da terra, as citações presentes aqui buscaram esclarecer cada uma delas de modo que, ao final, fosse possível compreender como é a dinâmica com esse recurso, as funções presentes, os pares de oposições e como o trabalho se insere nessas questões. Assim, para fechar o capítulo com as reflexões finais, buscarei elencar alguns pontos importantes discutidos até aqui, de modo a refletir e alcançar o objetivo de compreender essas relações tão dinâmicas e distintas com o recurso terra e como elas foram adquiridas e moldadas.

A percepção de um recurso é algo complexo, grandes cientistas e pesquisadores dedicaram muito tempo ao estudo da percepção, afim de esclarecer melhor como ela se envolve com os seres e a natureza ao redor (WHYTE, 1977; BONNES e SECCHIAROLLI, 1995; DEL RIO e OLIVEIRA, 1996). Os assentados do Santa Helena compartilham de histórias de vida distintas, mas que sempre envolveu a terra, a produção e o contato com o solo, chegando aos dias atuais vivendo nesse local.

Sendo assim, o recurso terra é essencial nessa compreensão. O que se viu, a partir das falas dos assentados, é que a terra envolveu e envolve várias sensações, algumas

relacionadas ao passado, como a dificuldade de se conseguir um pedaço de terra, as constantes mudanças com acampamentos, a dificuldade em se identificar e criar raízes em um local (LIMA e ROSA, 2013), pois não havia certeza de que ali seria o local destinado.

É interessante ressaltar novamente a questão da sociabilidade (INGOLD, 2003) construída ao longo desses anos de assentamento e que hoje servem como base para tomada de decisões e reflexões acerca da produção e venda. Hoje, a identidade com a terra se encontra plena e bem construída, viu-se as dificuldades para se chegar até isso, as lutas constantes, mas que no agora, colhe-se bons frutos.

Essa mesma identidade anda lado a lado com a fruição, a alegria de estar em contato com a terra, os assentados sempre procuraram deixar isso claro, para eles a terra é tudo, é sua identidade, é quem eles são, então, ao se analisar esse recurso, o que fica mais evidente é essa relação de alegria, por todo o passado percorrido até hoje, onde estão bem alocados e pensando no futuro de toda a família.

“É uma maravilha ter um espacinho assim. Quer trabalhar trabalha, quer descansar, descansa, ou vai pescar, é tranquilo (Assentado, 52 anos).”

Viu-se também como a questão da reforma agrária, do mercado de terra e da fruição está ligada a todo esse contexto também, a reforma agrária combateria o latifúndio, beneficiando a agricultura familiar. Já com relação a desapropriação por interesse social, ela se daria em busca de condicionar o uso da terra para com sua função social, permitindo também que se estabelecessem políticas públicas adequadas à exploração racional da terra, a recuperação social e econômica das regiões e evitasse degradação dos recursos ambientais. Desse modo, a função social da propriedade não estaria atrelada exclusivamente a reforma agrária, ou seja, além de fazer a terra produzir, era importante também adequar seu uso. A função social da terra é cumprida com o Assentamento, houve recuperação do solo, e variação na produção, mas é importante deixar claro que isso não foi algo simples, como visto, a reforma agrária ainda não atua de forma exemplar, a falta de técnicos qualificados e infraestrutura acabaram por dificultar a inserção dos assentados, bem como seu início no local.

Uma outra reflexão levantada, foi com relação à ação subordinada às instituições e órgãos responsáveis pela Reforma Agrária, trazida na lembrança dos assentados, pela falta da terra no passado, por ser subordinado ao INCRA/Governo/União. As relações das pessoas com

estes órgãos é tensa e complexa, mas é por via dela que o Assentamento vai conseguir potencializar sua produção e manter as diretrizes do PDS.

As relações de uso e gestão estão nas questões principais levantadas. O meio de produção como forma de cumprir a função social da terra, o Assentamento conseguindo alcançar isso, perpassando pelo trabalho de mão-de-obra familiar e das técnicas tradicionais, aprendidas ao longa da vida pela criação na roça. A importância dos resgates das inter-relações com a natureza se mostra algo primordial para mudar essa relação, distanciando do fetiche da mercadoria, não buscar apenas circular a mercadoria, mas saber de onde ela vem, quem a produz, a sua qualidade.

E como a análise de dados se baseia nos pares de oposição de Lévi Strauss, há alguns que permitem analisar as relações centrais encontradas e são importantes para se compreender o que foi trabalhado neste capítulo, o Quadro 4 a seguir traz essas relações:

Quadro 4 – Pares de oposição do Capítulo Terra.

Pares de Oposição	
Concessionário	Sem Terra
Trabalhador	Desempregado
Ascensão Social	Estagnação Social
Campo	Cidade

Fonte: Elaboração própria

Esses pares fornecem informações de como o trabalho, a conquista do território para o Assentamento e as necessidades de melhorias são essenciais para os assentados. O trabalho é emancipatório e é a partir da conquista da terra que ele ocorre, a terra é a vida no campo e a terra é a propriedade. O trabalho no campo faz o assentado passar de desempregado à trabalhador e isso, vinculado a conquista da terra, o transforma, em sua percepção, em proprietário (dono) daquela terra, mesmo sabendo que de acordo com a legislação isso não ocorre, o assentado tem concessão dessa terra, a propriedade é entendida em seus simbolismos sociais, o assentado é o concessionário dessa terra. A partir disso, tendo a possibilidade de produzir e lutar por melhorias, ele sai da estagnação social e pode garantir o futuro de seus filhos e netos. Há esperança em sua vida, de alcançar a ascensão social. O trabalho também perpassa na distinção entre campo e cidade, sair da cidade é também emancipatório nesse ponto, o campo fornece tudo o que eles precisam, a partir de suas vivências e conexões com esse meio, porém, aqui uma coisa não exclui a outra, sair da cidade é visto como algo positivo, mas os assentados ainda dependem da cidade, para vender seus produtos, estudo dos filhos, visitar

parentes, entre outras coisas, essas famílias circulam entre campo e cidade, a questão aqui é que eles enxergam o morar e o trabalhar no campo como algo positivo e emancipatório. De certo modo, os pares de oposição, juntamente com as relações centrais aqui discutidas, estão vinculados a esse aspecto do trabalho, é pelo trabalho que eles construíram essas relações.

Ao final, vimos que a percepção do recurso terra passa por todas essas relações mais detalhadas, buscou-se separá-las e analisá-las de forma singular, para agora enxergar a percepção como um todo e buscar essa compreensão. Por ser parte essencial da vida dos assentados, vê-se ambas as visões da terra, a negativa, das dificuldades e percalços e a positiva, das lembranças e satisfação atuais. Os pares de oposições servem para enxergar as distinções nas relações e facilitar as análises subjetivas e complexas. Sendo assim, é necessário que se leve em conta essas questões presentes nos sujeitos e nas suas relações, para que se possa analisar e entender as percepções e como elas influenciam na dinâmica do Assentamento, no trabalho ali exercido e na qualidade de vida de todos, para que, a partir disso, as decisões tomadas visando esses aspectos e uma esperança para o futuro, sejam tomadas levando em consideração essas particularidades e necessidades, unindo órgãos governamentais e sujeitos sociais na compreensão do sujeito e do ambiente em que ele atua.

CAPÍTULO 3 - Relações Ser Humano e Água

Segundo Pereira (2010), nossa relação com a natureza se dá em diversos aspectos, como respeito, gratidão, medo, cumplicidade e estranhamento. Essas diferentes relações, são causas diretas para se buscar um desenvolvimento sustentável nos locais em que as populações tradicionais habitam.

A água, é um recurso que abrange bem essas relações, principalmente ao levarmos em consideração que os organismos vivos são sustentados por ela, do oceano para a atmosfera, num grande ciclo de vida. A atividade humana envolve e depende da água, direta ou indiretamente (CABRAL, 2011).

A água, caracterizada como recurso hídrico tem um sentido utilitarista, ou seja, focada na produção e consumo, abrangendo a necessidade que temos pela água e sua importância para sobrevivência de nossa espécie. As sociedades antigas possuíam visões complementares para a água, dando outros sentidos a ela, ligado às divindades e como um bem natural disponível tanto para a existência humana e demais espécies, quanto para o equilíbrio e manutenção dos ecossistemas (GALIZONI, 2005). Para as civilizações do Egito, Mesopotâmia, e Hindus indianos, a disponibilidade de água esteve sempre ligada a questões de vida ou morte, desse modo, os rios e córregos carregam mais do que apenas esse recurso, mas uma diversidade de simbologias e diferentes ideologias (FINNERAN, 2009). Nas mitologias do Antigo Oriente, vê-se a água representada como um símbolo religioso, referindo-se à propagação da vida em culturas distintas como a babilônica e a egípcia (THROUP, 2011).

Entender essas diferentes simbologias faz parte da concepção das relações humanas com a água, conforme Queiroz (2006), a água é símbolo de pureza e fertilidade, purificação e regeneração. Fontes de água consideradas sagradas para alguns povos, são ligadas a milagres de curas e se tornam centros de peregrinação (FINNERAN, 2009). No Brasil, comunidades indígenas e ribeirinhas dependem desse recurso para sua produção, reprodução social e simbólica de seus modos de vida, atribuindo valores distintos o que se vê em sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2007).

A perspectiva histórica da relação humana com a água mostra que esse elemento, antes considerado referência em várias tradições e culturas, sofreu uma simplificação de sentidos, ou seja, antes a água tinha diversos sentidos e significados, mas na sociedade moderna, o sentido utilitarista/consumista tem se tornado dominante, subjugando outros sentidos. O sentido utilitarista/consumista é focado nos fatores econômicos, imbricado na racionalidade

econômica. Frente a este sentido dominante, os outros aspectos simbólicos e místicos da água são apagados, criando uma hierarquização de valores, que se reflete nas práticas sociais que geram lucro poluindo e degradando o ambiente. Esta maneira destrutiva como a sociedade se relaciona com os rios, nascentes e aquíferos é socialmente aceita e coloca o ambiente e a economia como antagonistas. Este resgate das dimensões culturais e simbólicas da água e a abertura para novos saberes representam um caminho necessário a ser seguido para a conservação ambiental (RIBEIRO, 2012).

Por estar presente em diversas funções e utilidades (sociais, ecológicas e econômicas), a água expressa um conjunto de valores para além do valor econômico, relacionados às interpretações dos seres humanos, como as relações indiretas, como as simbólicas, religiosas, culturais e emocionais, uma gama maior de interpretações e contextos (JACOBI, 2009).

Para compreender essas diversas relações, é preciso entender a situação atual da gestão da água no Brasil e como ela foi sendo desenvolvida e moldada, nos últimos cinquenta anos. Os programas rurais para desenvolvimento eram pautados na agricultura verde, que como discutido anteriormente, era uma monocultura com uso intensivo de adubos, maquinários, químicos e água. Há no mesmo espaço grandes latifúndios, com grandes projetos de irrigação e pequenos produtores que sofrem com a má distribuição e má qualidade da água. É neste espaço que há distinções na distribuição de água entre grandes empreendimentos e menores comunidades, causando conflitos e embates difíceis de serem resolvidos (GALIZONI, 2005).

Para buscar minimizar e aliviar essas diferenças, leis foram sendo criadas com foco na gestão dos recursos hídricos. Em 1997 a Lei das Águas (Lei Federal Nº 9.433 de 08/01/97) foi decretada, instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). Segundo Oliveira (2011) e Tundisi (2006), essas leis pontuaram uma gestão integrada dos recursos hídricos, possibilitando a participação de diferentes atores sociais, desde o poder público com as representações federais, estaduais e municipais, até a sociedade civil organizada, fazendo parte disso os assentados. A legislação nacional propõe uma política participativa e um processo decisório aberto aos diferentes atores sociais para a gestão dos recursos hídricos. (JACOBI, 2009)

O objetivo deste capítulo é analisar as relações dos assentados com o recurso ambiental água, focando nas quatro relações centrais analisadas (apresentadas na Tabela 2 abaixo), as histórias de vida dessas pessoas que se relacionam com a água e a partir disso, buscar

compreender, de maneira mais subjetiva, como foi construída essa relação. Ao longo desse capítulo, as relações vão ser divididas em subtópicos para serem analisadas separadamente, trazendo ao final, uma reflexão integradora, ou seja, a realidade será decomposta em categorias de análise e depois recomposta.

Tabela 2: Relações Centrais da Água e suas aparições nas falas dos entrevistados.

Relações Centrais	Quantidade de citações relacionadas às diferentes percepções do recurso água
Chuva	6
Uso	20
Gestão	9
Vida	8

Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria.

Sendo assim, existem vários serviços associados à água que não são expressos em termos de preços e mercado, desse modo, as formas convencionais de análise não conseguem lidar de forma adequada com sua degradação (SINISGALLI, 2005). Há também poucos estudos que relacionam a água e seu papel na cultura, identificação, uso e significações das sociedades, a água é parte das sociedades, forma identidades, culturas, visões e percepções (OESTIGAARD, 2009). É preciso levar em consideração essas novas relações, e como trabalhado no *Capítulo 2 (Terra)*, analisar estas distintas percepções.

3.1. Relação de Uso

A primeira relação a ser trabalhada, será o uso da água. Há várias formas de se pensar o uso, não apenas o utilitarista, que foca mais na produção em massa, mas também se trabalhar com o manejo adequado, outras formas de irrigação e armazenamento, dentre outras coisas. Pensando no meio rural, é importante contextualizar e caracterizar os diferentes usos da água e suas relações com os assentados. Relações estas que podem ser das mais variadas possíveis, como categorizado no trabalho de Dictoro (2016), que são: de bem-estar/admiração com a água; afetividade com a água e o lugar; religiosa/espiritual; mística; subsistência/dependência; inteligência e conhecimento tradicional; tradição cultural com a água; respeito e encantamento.

O espaço rural brasileiro, congrega os grandes consumidores de água no país, grande parte vindo de projetos de irrigação, mas há também os gastos com os pequenos consumidores, como na agricultura familiar. Por isso, há ainda um confronto nessa questão da

distribuição e a regulação da água por parte de grandes empreendimentos e agricultura familiar, pois a falta de acesso desse recurso é determinante para a produção dos assentados, sem água tal produção não se viabiliza. É necessário que haja toda a visão dos usos múltiplos desse recurso, pensando nas consequências ambientais, sociais e econômicas que isso possa ocasionar também. Como relatado a seguir pelo assentado:

“E aqui tem problema com água também, vem pouca água. Não dá pra fazer gotejamento nem irrigação, por que a água é fraca. Tem a caixa em cima da casa que vai para o tanque, chuveiro e pia (Assentada, 55 anos).”

Os assentados trazem essa dificuldade com relação ao uso da água e sua distribuição, as dificuldades em se conseguir produzir com a quantidade de água e dificuldade em desenvolver técnicas que priorizem o uso racional, como a irrigação por gotejamento (Figura 3 e 4). Na monocultura de tomate e cana que havia ali, anteriormente, a água era abundante para essa produção, a captação vinha da represa e não havia intenção de economizar água nos meios de irrigação. E pelo investimento monetário nessas monoculturas, as tecnologias para captação e distribuição eram melhores.



Figura 3: Exemplo de irrigação por gotejamento em um lote do Assentamento Santa Helena; Fonte: Autoria própria, 2018.



Figura 4: Exemplo de irrigação por gotejamento em um lote do Assentamento Santa Helena; Fonte: Autoria própria, 2018.

Fonte: Pesquisa de campo do autor, autoria própria.

Alguns assentados possuem uma dupla visão da água, sabem da importância utilitarista dele, da importância para criação, uso e plantação, como recurso hídrico por um lado

e por outro, também consideram o recurso como algo com outros significados, com uma dinâmica entre eles e a água complexa e subjetiva. Essas relações se articulam com o modo de produção capitalista, com a terra passando pelo mercado e a água presente na produção.

“Ah, antes a gente não tinha outro recurso, precisava trabalhar daquele jeito (não tinha distribuição de água), agora não. A água é essencial né para as verduras, pra gente que mexe com isso né, a água é muito boa. E se chegar a faltar algum dia aqui, prejuízo total. Prefiro ficar sem energia, mas sem água não. Estou esperando arrumar a bomba pra instalar essas caixas aqui pra jogar pra horta e melhorar a produção (Assentada, 42 anos).”

“Pesquisador: O que significa a água para você?”

Assentado: água é tudo, sem água a gente não vive. O sofrimento que a gente passava aqui sem água, buscar de carroça lá embaixo. Pra beber tinha que ir em uma chácara (Assentada, 57 anos).”

A água é um bem necessário para produção e sobrevivência, sendo assim, o começo do Assentamento não foi fácil, pois não houve distribuição de água nos lotes. Os assentados precisavam ir até o rio da represa que fica há uma distância considerável dos lotes próximos a entrada, carregando a água em galões e carroças. Em todos os momentos de suas vidas, os assentados tinham uma relação muito próxima e importante com a água. Nas recordações do passado, a água esteve sempre presente, junto à terra, as plantas e os animais, é uma relação intrínseca e complexa.

Aparecem também relatos de que há preferência em ficar sem energia do que sem água, isso decorre da falta de acesso de água ter efeito imediato na vida dos assentados, dado que sem água, a plantação não vai se manter nem crescer, se falta água em determinados momentos, perde-se tudo, a falta de energia ocasiona algumas complicações, mas que não afetam tão diretamente a sobrevivência dessas pessoas. Essa variação entre acesso e não acesso forma a oposição central deste capítulo e evidência as dificuldades, anteriores e atuais, no Assentamento.

O que se vê é uma relação de apropriação da natureza, pela vivência dos assentados, a água faz parte de sua cultura, assim, essa relação extrapola o sentido utilitarista, retomando os valores subjetivos, que permitem uma visão diferenciada dos recursos e novas maneiras e modos de se trabalhar e manejar esse bem natural (DICTORO, 2017). Assim, de acordo com Cabral (2011, p. 160), “a água nunca é somente água para os seres humanos, pois

estes sempre intitulam distintos significados à água, sendo uma fonte de estudo com uma gama de valores atrelados que atuam na percepção e na ação dos diferentes grupos sociais”.

“Se não é a água não tem nada feito sem ela. Quando não tinha água aqui, eu ia buscar de carroça, lá na chácara, com 2 ou 3 tambores pra encher e trazia, aí perdia tempo, em vez de estar fazendo outra coisa tava puxando água, tinha que puxar pra tudo. Agora ainda nos falta, mas temos. Sem água não dá pra viver, energia ainda dá pra dar um jeito, mas água não dá. Sem água acaba limitando tudo (Assentada, 57 anos).”

“A água aqui a gente usa pro consumo da casa, que vem do poço, agora pra regar eu uso lá de baixo, a gente tem uma lagoinha ali (Assentado, 52 anos).”

A vinculação da água com a terra começa a aparecer nessas falas, com a produção e o trabalho como elemento que permitiria a junção dos recursos ambientais no processo. Eles conseguiram a terra, mas não a água, ou seja, faltava o meio para produzir, levando a altos níveis de desconforto. A busca por ascender na pirâmide social e sobreviver dignamente, garantindo o futuro da família, acabava sendo obstaculizada pelo acesso à água. Ocorre então uma continuidade do processo de luta. Lutaram pela terra, agora lutam pela água, a luta constante faz parte da história de vida dessas pessoas.

Os assentados foram trabalhando juntos, de diversas formas, para resolver o acesso à água, como, por exemplo, a compra do mangueirão e, depois, da bomba para distribuir água aos lotes, a criação de acordos para a diminuição de uso em momentos de estiagem e, atualmente, com a busca por apoio para consertar a bomba (que está avariada) e a busca por projetos e parcerias para melhorar a distribuição de água no assentamento.

Os assentados organizaram sistemas de ajuda para lidar com a dificuldade do acesso da água, indo buscar água na chácara e auxiliando uns aos outros a obter a água essencial, sabendo da importância da água para a vida, para produção e para o futuro do assentamento. Vê-se essa organização do coletivo em torno da água, em que todos buscam o mesmo objetivo (água para todos poderem trabalhar e produzir). Os assentados se organizaram para essa distribuição da água e na discussão para solucionar esses conflitos (CALLEJO e BUSTAMANTE, 2004). Com o desenvolver do assentamento a distribuição foi sendo melhorada, ainda não está completamente eficiente em termos de oferta de água, mas está sendo melhorada com o passar dos anos e parcerias firmadas (será explorado com mais detalhes no item 3.2 Chuva).

Essa questão da melhoria da distribuição da água, está ligada à produção dos assentados, nas falas a seguir eles trazem essa situação:

“Ta precária, a gente sempre teve problema com água, não conseguimos plantar mais por causa de água. É um poço só pra 14 famílias. Se tivesse bastante água íamos produzir mais (Assentada, 42 anos).”

“Mas ta bom, a gente vai levando a vida assim, mas até pela pouca água eu produzo bem, mas se quisesse aumentar precisava de mais água (Assentada, 55 anos).”

A água é o recurso primordial para conseguir expandir as plantações e criações, os assentados sabem muito bem disso, a questão da falta de água e melhor distribuição aparece na fala de todos. Ou seja, para que eles consigam aumentar sua produção e conseguir fornecer alimentos para a sociedade, se inscreverem em editais para firmarem contratos com órgãos públicos é preciso um manejo adequado do uso da água, com tecnologias e incentivos que ampliem sua utilização, bem como apoio técnico de qualidade.

“Tem uma caixa aqui que leva pra todo mundo aqui perto. Mas já deu problema com água, no começo, aí agora ta tranquilo. Mas ainda falta água, o pessoal que mexe com horta acaba gastando muita água, a bomba já deu problema também, é muita água que sai, aí ela não para, não da conta (Assentado, 70 anos).”

Para se trabalhar com horta é necessário quantidade, qualidade e constância de água, então, novamente, essas reflexões acerca da água como um todo são necessárias.

Outro ponto importante de se entender, é a saúde relacionada a qualidade da água, pois como os assentados a usam para consumo próprio e de suas produções, a qualidade dela é de extrema importância, e, por anteriormente o local ser plantação de tomate e cana com utilização de agrotóxicos, há também preocupação com prejuízos que podem ter sido causados à terra e a água também.

Na fala a seguir, um assentado relembra de um momento onde eles tiveram que tomar água da represa.

“Uma época a gente tomou água da represa, aí começou a aparecer coisas no corpo das pessoas, criança ficando doente. Aí fomos no médico fazer exame, deu muito verme e alergia. Aí um pessoal ajudou e pediu análise da água. E era uma época que o dono das canas tinha um pasto na beira da represa com muita criação. Aí deu muita

coisa na água, e passava veneno do outro lado da cana, a água tava toda contaminada. O médico proibiu. Hoje a água é limpa, mas no começo a gente sofreu viu (Assentada, 57 anos).”

Segundo a Portaria Nº 518, de 25 de março de 2004, do Ministério da Saúde do Brasil, toda água produzida e distribuída para consumo humano deve ser controlada, sujeita à uma vigilância de qualidade, mas conhecendo a dimensão do Brasil, isso não ocorre. No Brasil, conforme dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2014, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - IBGE, 93,37% dos domicílios localizados em áreas urbanas estavam ligados à rede de distribuição de água, enquanto apenas 30,33% dos domicílios presentes em zonas rurais e entornos recebiam esse tipo de serviço, sendo que o restante da população rural ainda acessa água apenas por meio de poços, cacimbas, açudes e barreiros, acesso esse muitas vezes precário e com grande potencial para provocar doenças (BRASIL, 2016).

Na realidade dos assentamentos, Moscardi e Nobre (2012) discutem que nessas áreas falta infraestrutura adequada de saneamento e fornecimento de água, ou seja, o recurso fica vulnerável à contaminações expondo também a população residente a esses riscos também, essa falta de infraestrutura é novamente vinculado as dificuldades e pontos negativos da Reforma Agrária como um todo e suas políticas de firmamento para os Assentamentos.

O Assentamento Santa Helena não possui córregos em seu território, mas fica localizado próximo a uma represa e uma lagoa. Para realizar o abastecimento da água, os assentados contam com uma bomba d'água, um poço artesiano e uma caixa de água (lote 3). Quase todos os lotes recebem água do poço artesiano, o único que não recebe é o lote 8, pois é o mais próximo da represa, captando água diretamente dela. Os demais, consomem a água do poço e da caixa instalada, demonstrando uma gestão comunitária, explicada melhor abaixo, da água entre eles, exemplificadas nas falas a seguir.

“Tem uma caixa d'água que leva pra todo mundo aqui perto. Mas já deu problema com água, no começo, ai agora tá tranquilo. Mas ainda falta água, a bomba já deu problema também, é muita água que sai, ai ela não para, não da conta (Assentada, 55 anos).”

“Água do poço artesiano é pra tudo, o poço ali no alto. Mas é por enquanto, a bomba ali de baixo deu problema, a bomba que é pro uso da horta (Assentada, 42 anos).”

Essa gestão do recurso foi construída entre todos de maneira a fazer o melhor uso possível da água, não desperdiçando ou utilizando desnecessariamente, para isso, os assentados se reuniam e discutiam as melhores formas de se fazer essa distribuição, uma possível fiscalização com gastos excessivos, focando principalmente para a horta e orgânicos, pensando em técnicas e manejos que potencializassem isso, como explicitado a seguir.

“Não, ninguém esbanja água. Eu não gasto muito porque uso da lagoa. Minha irrigação é tudo da lagoa, ela sobe e desce. Tem a despesa ali de baixo, da energia, mas o importante é que tenho água (Assentado, 52 anos).”

Ao dizer que ninguém esbanja água, vê-se uma forma de gestão do recurso, elemento de racionalização, uma gestão comunitária, onde ocorre uma vigilância e fiscalização, mas que é feita pelos próprios assentados, onde um deles passa no hidrômetro dos lotes, verificando e anotando, de modo a não ocorrer uso excessivo, e no final, todos pagam suas contas. No recurso terra, a gestão era feita pela comunidade, INCRA, governo e União, já na água, a comunidade exerce grande parte, sendo basicamente uma auto-gestão dessa comunidade.

Então, ao se pensar a gestão da água, levamos em consideração a fala de Gerbandy e Hoogendam (1998), “se refere ao conjunto de atividades e aos meios necessários para se alcançar os objetivos formulados para distribuição e uso da água”.

Desse modo, é preciso disseminar conhecimentos, tradicionais e científicos, dar mais visibilidade para essa questão e desenvolver novas estratégias da água, levando sempre em conta as populações envolvidas e os conhecimentos que elas possuem de tal recurso, seu saber ambiental. Sendo o uso e a gestão desse recurso, pontos primordiais para se pensar nessas questões e relações. Mas, mais do que isso, o recurso água envolve relações mais subjetivas em sua análise e tomada de decisões, assim, passamos para o próximo subtópico, onde exploraremos uma dessas relações com o recurso.

3.2. Relação com a Chuva

Ao longo da fala dos assentados com relação ao recurso água, notou-se um grande apreço pela chuva, sendo ela lembrada no passado, mas focada principalmente nos dias atuais, e isso se dá por toda a questão da água trabalhada anteriormente, não se tem água em excesso, então, sempre que chove, é uma grande alegria para os assentados, que não precisam

gastar com energia para puxar água com a bomba e ainda desfrutam de uma bela chuva para plantar e colher, bem como satisfazer os animais e amenizar o clima. É uma relação essencial para ser explorada e melhor discutida.

Tendo em vista a relação da água, seu uso e sua gestão, a água da chuva traz uma concepção diferente da analisada anteriormente. Busca-se uma interpretação dessa diferente forma de relação com o recurso, recuperando o sentido de pertencer a natureza como um todo, suas diferentes visões e modos de vida, perde-se um pouco a visão utilitarista desse recurso, e retifica as dimensões simbólicas que transpassam o universo de oferta e demanda (MARTINS, 2007).

Essas novas visões são muito bem vistas com relação a chuva, a presença dessa água “não esperada” muda a dinâmica da vida no Assentamento e o modo de trabalho e manejo das plantações;

“Como a chuva ajuda na irrigação, melhora o solo, diminui o trabalho (Assentada, 55 anos).”

O primeiro ponto colocado é a questão da ajuda na irrigação e conseqüente melhoria do solo, ou seja, a relação com o trabalho é modificada, mas vista por um viés utilitarista, focado na produção. Com a chuva, os assentados não precisam irrigar toda a plantação, economizando no tempo e guardando forças e planejando os trabalhos futuros, além de melhorar o solo, recarregando com água e nutrientes, potencializando essa plantação.

“Ficamos contentes quando chove né, não precisa perder tempo pra molhar as plantas, não gasta água, aproveita a terra molhada pra plantar mais. Mas se chover muito acaba estragando. Perdemos aqui por geada, por muito sol, perdemos a produção. Fizemos uma estrutura pra alface, pra não perder no frio. São épocas que tem que acordar muito cedo pra tirar o gelo (Assentada, 42 anos).”

“Pesquisador: Como fica a situação aqui quando chove?”

Assentado: As vezes tá meio frio a turma fica em casa. Agora quando tem alguma coisa que tem que planta já aproveita e planta, ai não precisa molhar né. Agora quando chove muito pesado tem que ficar dentro de casa. Chuva muito pesada prejudica também, um dia choveu tanto que pensei que ia carrega tudo os canteiros ali. Se fosse, só por Deus né, ele sabe o que faz, se perdesse a gente planta de novo (Assentado, 52 anos).”

Nessas outras falas, os assentados trazem novamente a importância da chuva, a ajuda com a irrigação e aproveitamento da terra molhada para plantas, mas trazem um contraponto, que seria a questão de chuvas muito fortes e como elas podem prejudicar a plantação. Essa variação na visão da água da chuva mostra bem os diferentes aspectos da subjetividade da chuva: leve e tranquila, auxilia na produção, na melhoria do solo, no descanso do trabalho e nas plantações; já uma chuva mais forte, causa preocupações, danifica as plantações e pode prejudicar a casa dos assentados também, no final, tem-se uma tríade de oposição, chuva “normal”, que seria a boa; chuva de mais, que prejudica; e a chuva de menos, que também prejudica, dependendo, é claro, do tipo de plantação. O clima é um componente de extrema importância na vida destas pessoas. Saber lidar com suas mudanças é algo que não se aprende rapidamente, cada um deles passou por situações extremas em suas vidas, o que garantiu aprendizado e diferentes percepções da natureza como um todo. A chuva aqui é um elemento de esperança e medo, esperança pela amenização do clima, facilitação do trabalho e alegria de todos, e medo pelo fato de poder danificar a estrutura das casas e plantações. A esperança e o medo estão sempre presentes quando a chuva vem.

Sabendo da importância da chuva, os assentados buscam formas de armazenar a água para poder utilizá-la posteriormente. Para que isso seja alcançado, eles contaram com o apoio e participação em projetos, como o Iniciativa Verde, para serem contemplados com algumas tecnologias que poderiam auxiliá-los, nas falas seguintes, é resgatada essa questão;

“Tem a cisterna e a fossa também que ganhamos do projeto da Petrobras. Mas só enche quando chove né (Assentada, 55 anos).”

“Tem a cisterna aqui que ganhamos da Petrobras na Iniciativa Verde. Deu essa cisterna, captação de água de chuva e caixa pra fossa séptica e clorador que põe em cada casa (Assentada, 68 anos).”

Tendo noção da importância da água, eles buscaram essas iniciativas para auxílio no armazenamento do recurso. Dentro desse projeto da Iniciativa Verde, há o Plantando Águas e a estratégia central do projeto é instalar unidades demonstrativas de saneamento e Sistemas Agroflorestais considerando os benefícios ambientais, sociais, econômicos e o potencial das tecnologias propostas. Desse modo, o projeto, em parceria com os assentados, insere nas propriedades o seguinte: clorador (protege a água da residência), cisternas (armazena água da chuva), fossas sépticas (trata o esgoto com biodigestão a partir do esterco de vaca) e jardim

flutuante (ornamental que trata as águas provenientes das pias (Figura 5 e 6) (INICIATIVA VERDE, 2017).

Figura 5: Jardim Flutuante e Cisterna no Assentamento Santa Helena



Fonte: <http://www.iniciativaverde.org.br/programas-e-projetos-petrobras-platando-aguas.php>

Figura 6: Jardim Flutuante no Assentamento Santa Helena.



Fonte: A autoria própria, 2018.

Projetos e Iniciativas como essas são fundamentais para que o Assentamento e os moradores consigam potencializar todos seus recursos, parcerias públicas e privadas buscando um bem coletivo, independência, crescimento e melhoria da qualidade de vida no Assentamento, o que, de maneira geral, faz com que a produção levada até os centros urbanos seja também de boa qualidade, no final, todos ganham.

Vê-se diversas relações dos assentados com a água da chuva, relações pontuais de melhoria, satisfação, medo, receio e relações a longo prazo relacionadas a iniciativas e captação, compreender essas visões se faz necessário para uma análise mais completa dessa relação com o recurso, buscando na subjetividade, perceber como a chuva altera toda a dinâmica no Assentamento.

A chuva marca o ritmo do trabalho, ao mesmo tempo que ela poupa o trabalho na horta, ela traz o medo relacionado a falta de controle, é uma relação diferente com a natureza. Para as pessoas que vivem no meio urbano, a chuva incomoda ou beneficia, alterando um pouco o ritmo de trabalho, que se baseia muito mais na energia elétrica – dado que uma queda na energia impede diversas atividades econômicas. Já para quem vive no campo, a falta de chuva é mais controlável do que o excesso, mas de qualquer modo, ela modifica a relação com os recursos ambientais e o trabalho, a dinâmica é outra.

3.3. Relação de Gestão

Na relação entre população rural e água, a maioria dos projetos de conservação, acesso e gestão dos recursos hídricos não levam em conta as culturas locais. Observando-se programas padronizados para regiões ambiental e culturalmente diferentes. Apesar de que, no Assentamento Santa Helena, os assentados buscaram essas parcerias e tiveram ajuda das universidades de São Carlos (Universidade de São Paulo – USP – e Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) para elaborarem e participarem de projetos, como a Iniciativa Verde.

Este aspecto de apoio de Universidades e órgãos públicos é muito relevante no Brasil, visto que, boa parte das nascentes de cursos d'água se localizam em áreas rurais, onde se encontra camponeses e agricultores familiares, todos com suas cultura e história de vida específicas. Como visto nas análises acima, os assentados além de terem essa visão do uso do recurso, também possuem um laço de respeito e sabedoria com ele, ou seja, são também gestores desse recurso, atuam como protecionistas e conservacionistas.

Por atuarem nessa função, é necessário que haja um envolvimento entre todos esses setores, atuando de maneira conjunta, cada um com suas atribuições buscando um bem comum, garantindo a melhoria do recurso, a melhor distribuição para os assentados e o uso adequado, influenciando na produção e na qualidade das mercadorias, melhorando a vida também das pessoas da cidade e dos córregos como um todo.

“A bomba comunitária estragou, aí estamos só com a água do poço, aí não dá pra pegar muita coisa por isso, senão acaba ou vai que dá problema no poço, que é água pra gente tomar (Assentada, 57 anos).”

A fala acima de um assentado traz essa questão da dificuldade pela falta de auxílio, houve um problema na bomba e não há recursos para arrumar, falta ainda um maior envolvimento por parte dos atores, então, por mais que hoje o Assentamento consiga produzir e distribuir a água, há ainda muito planejamento e melhorias a serem feitas, melhorias essas que os próprios moradores elencam.

Sabendo que o cuidado e manejo do recurso água se dá mais pelos assentados do que por órgãos governamentais, é preciso que essa gestão comunitária seja eficiente e consiga suprir as necessidades de todos, tanto para uso pessoal, quanto para os afazeres do trabalho no campo. Mas, por ser uma autogestão, a falta de verba acaba prejudicando essas pessoas, que não conseguem consertar a bomba com problema, com isso, falta água, sem água, as plantas não se desenvolvem e por fim, não conseguem vendê-las, ficando sem dinheiro para a bomba. Esse ciclo prejudicial é um ponto essencial a ser melhorado, e uma forma disso são as parcerias e projetos que o Assentamento conseguiu ao longo dos anos, como discutido no subcapítulo anterior.

Segundo Roberts (2012), as comunidades locais (assentados) possuem muitas informações sobre os recursos, adquiridos com sua história de vida, e pela vivência com os recursos. Conhecem também a capacidade dos diversos usos e suas diferentes simbologias, que são muito importantes para o planejamento, gestão e conservação da água.

Esses conhecimentos tradicionais não podem ser entendidos como algo absurdo, sem embasamento, pois foram sendo construídos ao longo de muito tempo, baseados na experimentação e na prática de várias gerações, sendo passadas para os filhos e netos (LÉVI-STRAUSS, 1970; POSSEY, 1987).

De acordo com Cunha e Almeida (2002, p. 12), “pressupostos são as verdades culturais, aquilo que não se discute quando se é membro de uma sociedade. São, em geral,

possibilidades e mecanismos e não inventários de conhecimento”. Conhecimento esse que atua junto às famílias da comunidade que moldam as práticas sociais. Deste modo, os projetos que lidam com água, conservação e manejo no Assentamento significam que possuirão muitos aspectos abordados, como a reciprocidade, o acesso à terra, sistemas de produção, regulação dos recursos, parentesco, pertencimento e garantias futuras. Aspectos que analisados em conjunto, visam a melhoria como um todo do ambiente.

“Mas ta bom, a gente vai levando a vida assim, mas até pela pouca água eu produzo bem, mas se quisesse aumentar precisava de mais água (Assentada, 55 anos).”

Não há desânimo ou tristeza por parte dos assentados, eles sabem das dificuldades e trabalham com o que podem, mas sempre visando melhorar e trabalhar mais, garantindo a conservação e gestão da água de maneira adequada, eles apresentam sabedoria e diversos aspectos simbólicos, um jeito diferente de se olhar para a água, uma maneira mais subjetiva. O histórico que eles têm de participar em processos comunitários é algo que facilita a própria gestão dos recursos ambientais para o melhorar o trabalho. É a luta por um recurso logo após conseguir outro (terra), há essa reorganização dos moradores em prol do novo objetivo. A retomada dessa visão é essencial para recuperar aspectos simbólicos perdidos na sociedade atual, dando novos valores à água e sua relação com os seres.

Para Leff (2010) a valorização dos saberes tradicionais significa uma mudança da relação objetiva do conhecimento, focando mais nas condições ecológicas e culturais do desenvolvimento, onde os saberes e reflexões de cada um são levados em consideração.

No último subtópico desse capítulo, será explorado a relação central da água como vida, parte principal do desenvolvimento fisiológico de cada assentado, nele, a partir das falas e percepções construídas, buscará uma análise voltada para como a água como vida e são apresentadas diversas simbologias na visão deles.

3.4. Relação de Vida

A partir de toda discussão levantada até agora, vimos que a visão da água apenas no sentido utilitarista/consumista é uma visão limitada, não traduzindo todos os significados que a água engloba. Desse modo, busca-se a retomada do encantamento da sociedade como um todo com os valores simbólicos e culturais da água, auxiliando na elaboração de uma visão multidisciplinar e subjetiva do recurso (OLIVEIRA, 2013), resgatando as diferentes dimensões

desse recurso, se aprende e absorve novos saberes e novos caminhos na busca de um melhor manejo (RIBEIRO, 2012).

Nessa busca para recuperar esses diferentes sentidos, pensar a água como algo essencial para vida se torna necessário. Os assentados construíram suas vidas dependentes da água, seja para uso próprio, para os animais ou para as plantações, esse recurso é intrínseco às suas vidas e seu desenvolvimento, assim, buscou-se retomar essas ideias e discursos, como algo vital, intercalado entre o racional e o subjetivo.

“Sem energia dá pra se virar, mas sem água não, é o fundamento de tudo (Assentada, 68 anos).”

Essa distinção entre energia e água aparece novamente nessa fala, como discutido anteriormente, a falta de acesso à água é algo muito mais prejudicial do que a falta de energia, sem a água, as plantas não crescem e não ficam com uma boa aparência para as vendas, prejudicando os assentados e sua sobrevivência, ou seja, é no trabalho que a importância da água se destaca, oposição entre acesso e não acesso define a dinâmica do trabalho dos assentados. Para eles, é possível continuar a vida sem energia, é difícil, mas possível, já sem água, é fora de questão. E isso se dá por toda a dinâmica e dependência presentes nesta relação ser humano e água. Alguns dias sem água, ou com água de má qualidade, a produção se perde, os animais não resistem e a saúde é debilitada. A água emprega então essa complexidade, que é perpassada pelo trabalho, sendo necessária para uso e possuindo uma visão mística, relacionada ao agradecimento e a vida.

Complexidade essa que pode ser explicada na fala abaixo de uma assentada, respondendo sobre o que significa a água pra ele;

“A água é vida né, sem ela não pode fazer nada, tudo tem que ter água. Sem energia dá pra se virar, sem água não. E as vezes eu fico sem água aqui, em 2008 não tinha nada, vinha a água que tinha ali embaixo (da represa), e dava problema. E não vinha aqui em casa, parava ali no meio do pasto. Usava pra lavar a roupa e também tomava, não era tratada, mas fazia tudo com ela. Era muito difícil e as vezes ainda ficava sem água. No mínimo tem que ter água (Assentada, 55 anos).”

A assentada traz em sua fala essas duas visões, sabe da importância da água, relacionando com a vida e elenca as dificuldades de sua falta, focando mais na questão de uso

e manejo. Ribeiro (2014), discorre brevemente sobre essas diferentes visões, para ele, ao focarmos mais na questão objetiva e utilitarista do recurso, vamos perdendo o lado da relação mais sensível e espiritual e isso leva a exclusão da subjetividade humana, afetando o imaginário e sagrado, correlacionando de forma integrada a percepção dos seres humanos e meio ambiente (FELIPPE, 2010).

Vê-se a importância da água na relação com os assentados a partir dessas reflexões, sendo então necessário que haja engajamento por parte deles e do poder público para melhorar essa situação da distribuição e qualidade.

“Água é tudo. A dificuldade foi aqui, mas na infância não, sempre tive água. Difícil foi aqui de ter que ir buscar. A água é tudo na vida, sem água não faz nada, tem que ter água pra fazer comida, dar banho, lavar roupa. Não adianta ter tudo se não ter água. Água é importante pra nós sim, e muito (Assentada, 68 anos).”

Nessa situação, a gestão da água é algo essencial, e para isso, é preciso que a população envolvida coloque suas expectativas (água de qualidade, melhor distribuição, concerto da bomba), garantindo que haja esse recurso ambiental essencial para a vida e produção, a partir do momento em que eles conseguem a terra. Na busca por essas melhorias, os assentados trazem as expectativas e limitações da água, atuando como gestores do ambiente, e tendo, cada um, sua percepção do recurso como um todo (DE PAULA, 2014).

“A água é tudo, a água é a fonte da vida. A água é a coisa mais abençoada que tem. Sem come você fica, eu já fiquei dois ou três dias sem comer, mas sem água não ficava. Vou subir aqui depois e mostrar pra você como é a vida da produção, lá embaixo você viu como tem caixote de banana, agora aqui em cima, aonde eu não rego, tem bem menos, e bem menor, os pés não crescem porque não tem água (Assentado, 52 anos).”

Novamente é colocada a visão da distribuição da água na plantação e seu possível sucesso e crescimento, no local onde consegue levar água em boa quantidade, o assentado fala de uma produção mais robusta, já onde não chega muita água, a produção é baixa e a aparência não é tão boa, o que influencia na hora da venda, devido a esse viés utilitarista. Desse modo, as perspectivas advindas da situação são que com mais água, a produção aumenta, pensando assim é preciso inserir essa discussão em um contexto socioambiental maior,

auxiliando a compreensão geral do meio que estão inseridos e da disponibilidade do recurso (GONÇALVES, 2014; FERREIRA, 2005).

Outro ponto interessante é o cunho sagrado que a água carrega, relembrando o passado, Oestigaard (2009) discute que, na bacia do Rio Nilo, muitas comunidades atribuíam a água ou à ciclos hidrológicos com reinos divinos, ligando os deuses aos seres humanos. Atribuir questões divinas a água pode resultar em ações de conservação e preservação desse recurso, já que as populações a tratam com respeito e recuperam as simbologias.

Nas entrevistas com os assentados esse aspecto divino não apareceu, mas por outro lado, o respeito com o recurso e conhecimento sobre preservação e conservação estavam sempre presentes, não em discursos explícitos, mas nas entrelinhas de cada fala, na emoção ao lembrar dos momentos difíceis em que faltava água e na felicidade ao mostrar as plantações e relacionando com o recurso. Como discutido anteriormente, é a recuperação da subjetividade da vida, dessas interações que pouco vimos nos dias hoje, mas que se faz muito presente para quem vivencia essa realidade.

Assim como discutido no Capítulo da Terra, garantir as gerações futuras um local adequado e sustentável é importante para os assentados, eles gostariam que seus filhos e netos continuassem envolvidos no Assentamento e nas questões agrárias. Para isso, cuidar do recurso água é de extrema importância, é algo que os motiva a buscar recursos e parcerias, aderir à projetos e estabelecer contatos, para que as futuras gerações desfrutem desse ambiente, e passem essa herança de respeito, subjetividade e conservação adiante. Por fim, a reflexão que fica é que a água desempenha um importante papel para produção, reprodução social e simbólica de um modo de vida. Vê-se diferentes valores atribuídos às águas, que são distintos dos presentes nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2007).

3.5. Reflexões Finais

Como visto no decorrer do capítulo, essas relações se conectam e se intercalam, formando a relação geral em torno da água, as citações presentes aqui buscaram esclarecer cada uma delas de modo que, ao final, fosse possível compreender como é a dinâmica com esse recurso, as funções presentes, os pares de oposições e como o trabalho se insere nessas questões. Assim, para fechar o capítulo com as reflexões finais, buscarei elencar alguns pontos importantes discutidos até aqui, de modo a refletir e alcançar o objetivo de compreender essas relações tão dinâmicas e distintas com o recurso água e como elas foram adquiridas e moldadas.

A relação do ser humano com o recurso água é complexa e dinâmica, ela não se constrói rapidamente e engloba diversos aspectos da vida social e cultural de cada um. As relações voltadas ao uso, em que eles buscam formas de melhorar a gestão e o manejo, visando uma distribuição e uso melhores. A relação da água como chuva, em que toda a dinâmica do Assentamento muda. O dia com chuva é diferente, os assentados ficam felizes e aproveitam para trabalhar mais, aproveitando a água. A questão das tecnologias, como a captação de água de chuva, conseguindo assim guardar e economizar o recurso. E a relação da água como vida, um recurso primordial para essas pessoas, a felicidade presente nas falas de cada um, impossíveis de se transcrever, mas que mostram todas essas relações simbólicas, o respeito, a fruição, o agradecimento, para eles, a água é o bem maior ali presente, sem ela, não há vida.

E como a análise de dados se baseia nos pares de oposição de Lévi Strauss, há alguns que permitem analisar as relações centrais encontradas e são importantes para se compreender o que foi trabalhado neste capítulo, o Quadro 5 a seguir traz essas relações:

Quadro 5 – Pares de oposição do Capítulo Água.

Pares de Oposição	
Acesso a água	Não Acesso
Alta produção	Baixa produção
Saúde	Doente

Fonte: Elaboração própria

A partir desses pares e das relações vistas, nota-se que o elemento central é o acesso à água, pois sem água, a produção não se viabiliza, as hortaliças não ficam bonitas, prejudicando a comercialização, além da falta de água em lotes mais distantes, causando problemas também na saúde, sem água, a saúde dos assentados e dos animais ali presentes fica debilitada.

Pelo acesso ser o elemento central, a relação com o sentido utilitarista da água (uso) se ressalta a frente dos demais nas falas dos assentados, até mesmo com a chuva, a maioria das falas exalta a felicidade na chuva, mas pensando também na produção, na captação da água para uso, na facilitação com o trabalho, esse destaque ocorre porque o Assentamento e os assentados estão inseridos na lógica capitalista, onde se visa o lucro, eles precisam focar nisso para garantir um futuro. A água é também um elemento do trabalho, bem como a terra, ambas viabilizam o trabalho, sem água não dá pra plantar, e caso isso não ocorra, não há trabalho. Essas conexões são essenciais para compreender como a relação com a água é fluída, ela perpassa por vários pontos, começando na infância dessas pessoas, no contato com o recurso,

depois mais tarde na luta pela terra, e posteriormente na luta pela água. Essa fluidez permite a produção, que é um recurso essencial para melhorar a vida e com isso, outros elementos se inserem, como o legado e a esperança no futuro. E em todos esses pontos, está o trabalho delimitando as histórias, o trabalho guia as tomadas de decisões, ele hierarquiza os recursos, é a partir dele que os assentados se apropriam do recurso.

O Assentamento é um local que abriga pessoas de diversos locais, com histórias de vida diferentes, mas, que hoje estão juntas buscando se desenvolver juntas. Para isso, pensando no recurso água, é necessário, como dito anteriormente, potencializar a ligação entre Assentamento e Universidades, órgãos públicos, ONG's, parcerias privadas e públicas, onde a partir da demanda dos moradores, haja verba e recursos para desenvolver projetos, visando a preservação e a conservação, trabalhando o racional (tecnologias) e o subjetivo (perspectivas dos moradores, o que eles buscam, o que eles sabem sobre) em conjunto, só assim é possível chegar à um desenvolvimento mais sustentável atingindo as diretrizes do PDS. Levar em conta o acesso e as dinâmicas envolvidas com a água é um ponto necessário para se começar a pensar nessas ligações, o Assentamento caminha para o crescimento, mas há pontos, como a água, que necessitam de um olhar mais amplo e diferenciado para readequar as necessidades dos assentados.

CAPÍTULO 4 - Relações Ser Humano e Plantas

Como discutido anteriormente, a relação do ser humano com as plantas passou por muitas transformações. A partir de meados do século XIX, começa na Inglaterra, a Segunda Revolução Agrícola, “e no final do século XIX e início do XX ocorre, nos Estados Unidos, a Segunda Revolução Industrial, onde foram criadas as condições para que as descobertas científicas e tecnológicas, que até então se concentravam no setor industrial, atingissem a agricultura” (HESPANHOL, 2008, p. 119). Iniciando então a fabricação e o uso de insumos de origem industrial na agricultura para aumentar a oferta de alimentos.

Segundo Ehlers (1999), houve uma série de descobertas científicas e de avanços tecnológicos, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna, que trouxeram mudanças para a produção na agricultura e no setor de insumos durante a primeira metade do século XX, alavancando esses novos métodos de produção. A produção agrícola, a partir desse momento, passa a ser subordinada aos costumes e pretensões da indústria. Este processo se intensificou ainda mais após a Segunda Guerra Mundial, quando os produtos químicos passam a ser vendidos aos agricultores.

Essa expansão de novos métodos sobre as áreas rurais deu-se, na manutenção do domínio e das desigualdades sociais já presentes, mediante aos interesses da grande propriedade agrícola, e isso convencionou-se chamar de modernização conservadora das áreas rurais (MARTINS, 2006). Por isso, essa modernização também é chamada de desenvolvimento do capitalismo no campo, a tecnologia quebra as barreiras impostas pela natureza, de tal modo que esse sistema passa a buscar fabricar uma natureza que se adeque à produção de maiores lucros (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Essas mudanças contribuíram para práticas que visassem a maximização da produção e lucro, junto com as novas tecnologias da Revolução Verde, discutidas no *Capítulo 1*, como a monocultura que tem a vantagem do aumento da taxa de produtividade, mas, em contrapartida, “provoca grandes danos na fauna, na flora e no solo, além de ter sido responsável pela dissociação entre agricultura, pecuária e extrativismo (caça, coleta e pesca) cuja consorciação, até recentemente, estava amplamente disseminada pelo mundo” (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 213). E também, segundo Altieri (2002), ela implicou na simplificação da biodiversidade, dando como resultado final, um ecossistema artificial que requer constante intervenção humana por meio do uso de insumos agroquímicos, com elevados custos ambientais e sociais não desejados.

Olhando para o local estudado, viu-se que antes de virar um Assentamento, o local era destinado à monocultura de cana, caracterizado pela agricultura convencional. O objetivo era produzir mais para vender e lucrar mais, no modo de produção capitalista, as relações ser humano e plantas (bem como terra e água) eram mediadas pela lógica de obtenção de lucro, ou seja, o ponto principal dessas produções é obter lucro, não levando em conta as questões sociais e ambientais.

É com a presença do Assentamento que isso começa a mudar. Os assentados, que passaram por muitos locais em sua vida, criaram raízes e se esforçaram para transformar o local, tanto nas formas de produzir e manejar a área, quanto na reaproximação com os recursos e reconexão da identidade. Como o Assentamento é um PDS, as formas de manejo precisaram estar adequadas a esse tipo particular de assentamento. Assim, a produção familiar, o não uso de químicos e respeito à terra, voltam a fazer parte da realidade daquele local. Como Assis (2006) discute, as inter-relações presentes no meio rural são essenciais na busca por uma real interpretação do meio, bem como na busca por melhorias e garantias.

O objetivo deste capítulo é analisar as relações dos assentados com o recurso ambiental plantas, focando nas duas relações centrais apresentadas (Tabela 3, abaixo), nas histórias dos assentados com as plantas, no processo de construção desta relação, passando pelos aspectos do passado (trabalho manual) e processos socioeconômicos e culturais como a revolução verde, as questões sociais e culturais e a retomada dessas distintas relações com o recurso e com o trabalho. Serão feitas as análises de forma analiticamente separadas devido à densidade delas, mas que se juntam no final ligando uma com a outra.

Tabela 3: Relações Centrais das Plantas e suas aparições nas falas dos entrevistados.

Relações Centrais	Quantidade de citações relacionadas às diferentes percepções do recurso plantas
Fruição	14
Uso	30

Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria.

4.1. Relação de Uso

O uso do recurso plantas pode ser visto de diversas maneiras, como o manejo das produções, a variedade, a dinâmica de produção, de consumo e de venda, as diversas relações com os outros recursos como a terra e a água, entre outros. Deste modo, esse subtópico abordará essas questões e relações, focando na fala dos assentados e nas referências estudadas, buscando compreender a construção de todas essas relações.

Como dito anteriormente, os assentados ao longo de suas vidas estiveram sempre em contato com o meio rural, então, compreender como era essa interação deles antes de conseguirem esse local é importante para o entendimento de como essas relações e visões foram sendo construídas. A fala a seguir traz a lembrança de um assentado com relação às plantações e seu modo de vida;

“Tudo o que precisava estava na fazenda, e era tudo natural, meu vô nem mexia com isso também [agrotóxico]. E a gente fala pro pessoal aqui, lá na Bahia a gente plantava, e o esterco que usava era tudo de gado, nada de veneno. E dava muita coisa lá, a terra era muito boa. Hoje, aqui, se não tem irrigação nas coisas não dá nada, é difícil. E aqui ta recuperando ainda né, o tomate e a cana só na base do veneno (Assentada, 55 anos)”

A fala desse assentado retrata o passado que ele vivenciou quando morava com o avô na Bahia, um passado sem uso de veneno (agrotóxico) e que dava muitos produtos. A terra tinha qualidade, o respeito com o solo e suas limitações era levado em conta, assim, nessa época da vida desse assentado (e de muitos outros) a experiência com o ambiente e a interpretação das dinâmicas presentes no solo, na água e nas plantas, foi a base formadora de sua relação com a natureza, uma relação de zelo e respeito. Além disso, por conta de o local ter produzido tomate e cana, anteriormente, a terra ainda está se recuperando, pois, para o cultivo de cana é necessário o uso de inseticidas para controle de insetos e herbicidas para as ervas daninhas indesejáveis, elevando o custo da produção e os danos ambientais. Estes agrotóxicos têm persistência prolongada no ambiente, podendo eliminar populações de organismos benéficos e ainda, serem carregados pelas águas a chuva, aumentando sua contaminação. Outro ponto negativo é relacionado com as queimadas da cana, que geram a destruição da matéria orgânica do solo, expondo-o a erosões; a eliminação de importantes animais que ajudam no combate a pragas; e, a eliminação de alguns microrganismos do solo (MACHADO, 2009).

As diretrizes do PDS proíbem o uso de agrotóxicos. O controle de insetos e doenças das plantas deve ser realizado com práticas alternativas e controle biológico. Além disso, grande parte da superfície dos solos está sempre coberta, seja por restos de cultura ou plantas de colonização espontâneas como as gramíneas, que evitam o processo de erosão causado por ventos e chuvas e aumentam a própria diversidade de culturas e seu consórcio, que melhoram os nutrientes e potencialidades do solo (NOBRE et al, 2012). Todos esses pontos influenciam nas tomadas de decisões e formas de trabalhar dos assentados, com foco nessas práticas alternativas.

Na adoção deste modelo de produção (com suas respectivas diretrizes), Marcon e Sorrentino (2002) destacam três aspectos que os assentados precisam seguir, que são: econômico (geração de renda), ideológico (desejo de aliar produção à conservação ambiental) e motivações subjetivas (associadas com o desejo de inclusão social, ascensão social e identidade).

A partir da história de vida de cada um, o lugar atual é aquele em que há uma experiência íntima, que cria pertencimento (TUAN, 1983). O Assentamento lhes proporcionam apreender aspectos ecológicos e experienciar o próprio local.

O que se viu nas falas dos assentados foi uma alegria ao falar do passado, felicidade ao se lembrar dos momentos com a família, as aventuras no campo, as amizades e amores. Todos sempre estiveram em contato com a terra, com as plantas, contato esse que é a base de vida de cada um deles, o meio rural é a vida deles. Essa alegria do passado pode ser vista na fala seguinte, de outro assentado;

“Nasci nesse meio né, já trabalhei na cidade, mas sempre quis voltar pra roça. Sempre tive tudo aqui, desde a infância onde o pai pegava leite, a mãe fazia queijo, os irmãos mais velhos ajudavam, aí fui aprendendo e querendo sempre estar nesse meio. Carne a gente tinha tudo também, vários animais e plantas, tinha muita diversidade. Ai conseguir esse pedaço foi uma grande alegria, poder construir tudo isso e viver assim (Assentada, 57 anos)”

O meio rural era provedor de tudo o que a família precisava. A identidade é fator essencial para que se construam laços e raízes e isso é carregado até os dias atuais, às vidas adultas (TUAN, 1980; INGOLD, 2004). Contudo, na história destas pessoas há um hiato, um período de separação com a terra de necessidade de ressignificação de elementos pela impossibilidade de ter acesso à terra. Como lembra Bauman (2005, p. 17-18),

tornamo-nos conscientes de que o "pertencimento" e a "identidade" não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age - e a determinação de se manter firme a tudo isso - são fatores cruciais tanto para o "pertencimento" quanto para a "identidade".

O pertencer ao meio rural sempre fez e fará parte da vida dessas pessoas, são suas identidades, e isso extrapola para a relação com as plantas, o uso delas e de suas potencialidades. O plantar, ou seja, o trabalho na roça, faz parte da identidade do produtor rural, as relações com a planta, com a água e com a terra perpassam pelo trabalho e fazem parte de sua vivência e experiência.

A relação com as plantas para essas pessoas está também atrelada à saúde que elas possibilitam. A reinserção de pessoas que já tinham contato com a área rural, com suas experiências particulares e coletivas, se transforma em uma barreira para o uso de monoculturas e agrotóxicos. A escolha pela diversidade produtiva é vista como essencial para a prevenção de doenças e/ou contra o agravamento de enfermidades, como visto nas falas anteriores dos assentados. E nas palavras de Moreira (2014):

sistemas alimentares e agrícolas sustentáveis e inclusivos estão intrinsecamente ligados ao modo de vida da agricultura familiar/de pequeno porte e seus meios de produção porque geram trabalho produtivo para os jovens nas comunidades rurais. Por sua vez, se as iniciativas econômicas dos agricultores familiares progredirem de acordo com os padrões do comércio justo, será possível encontrar a chave para a erradicação da pobreza rural. A agricultura familiar é uma oportunidade de promover a economia local, sobretudo quando combinada a políticas específicas de proteção social e bem-estar das comunidades

O não uso de agrotóxicos e a constante preocupação com a qualidade, por mais que garantam um produto mais “limpo”, reflete na venda e na estética do produto;

“Não tinha nada dessa preocupação, veneno, ninguém nem sabia o que era isso, e são coisas terríveis. Outro dia estava conversando comigo mesmo ali, tem umas hortas, você planta, batalha, não cobre nem a despesa, é difícil pra tocar. A pessoa que tem uma situação lá fora, toca veneno de cima, e cria um pé de alface, de couve, cabeça de repolho muito boa, bonita, e esse tem valor, tá cheio de feira aí dentro da cidade. E falta incentivo em uma produção que você pode se alimentar sossegado (Assentado, 78 anos)”

Essa fala traz a dificuldade em se trabalhar com o orgânico, pois, por um lado se tem um produto de boa qualidade, em seu aspecto natural, por outro, esse produto nem sempre

apresenta uma boa aparência em comparação com o convencional, e isso, na hora da venda faz total diferença. Ainda se julga um produto pela sua aparência na hora da compra, e isso se reflete também nos alimentos. As feiras e outros programas para direcionar a venda na cidade, que serão discutidos mais a frente, foram um vitória para o Assentamento, mas a competição com produções convencionais acaba por minimizar esses ganhos. Seriam necessárias outras políticas públicas que focassem na questão e importância da segurança alimentar, incentivando mais a produção sustentável, auxiliando na distribuição e garantindo diversos meios para venda.

“Nas hortaliças quando dá praga a gente combate com coisa orgânica né, fizemos um curso de 6 meses aqui dentro de orgânico. Mas eu mesmo aqui no lote nunca gostei de passar veneno, desde quando a gente pegou. A terra é envenenada por que aqui antes era cana e tomate. E usavam muito veneno (Assentada, 55 anos)”

Outro ponto tratado é a questão das pragas na plantação. São usados os chamados combatentes naturais, com o controle biológico, que ajudam na diminuição das pragas. Mesmo assim, por ser uma agricultura sustentável, as pragas ainda causam estragos e os assentados sabem que isso é natural e que é necessário saber conviver com os processos ecológicos.

A questão das pragas está relacionada com a modernização da agricultura, como visto anteriormente. A prática da agricultura seguia as leis da natureza, respeitando os períodos e ciclos, manejo e controle natural. Como Carson (1962, p. 20) descreve; “sob as condições agrícolas primitivas, o fazendeiro enfrentava poucos problemas relativos a insetos. Tais problemas surgiram com a intensificação da agricultura – com a entrega de imensas quilômetros quadradas a um único gênero de colheita”. A modernização causou um desequilíbrio na relação racional e subjetiva do ser humano com o recurso planta, ela potencializou as monoculturas e com isso as agriculturas convencionais, em contraposição com o modelo do assentamento, que busca a agricultura orgânica.

Esse desequilíbrio foi sendo mudado no Assentamento com a retomada por uma relação mais harmoniosa, como dito a seguir:

“A gente conseguiu bastante já desde que chegamos aqui viu, antes tinha nada, só cana, agora cada lote tem uma variedade grande, e a gente consegue vender e produzir bem até, mas impressiona o tanto mesmo né, tantas dificuldades, mas hoje tá bom, é alface, rúcula, manga, banana, almeirão, goiaba, tem de tudo, tudo crescendo junto e feliz (Assentado, 70 anos).

Aos poucos, mesmo com as dificuldades no caminho, o que antes era uma monocultura, com poucas árvores nativas, hoje vai se transformando, mudando a paisagem e a qualidade da vida, da água, do solo e de todos os envolvidos ali. Em pouco tempo os assentados modificaram a relação com o lugar e com as plantas, buscando a diversidade produtiva, como uma forma de criar raízes, de criar uma identidade com o local e o recurso. A planta e o ser humano dividem as relações.

É interessante notar estas mudanças pela ótica dos assentados, as dificuldades enfrentadas e tudo o que foi conquistado, cada lembrança carrega um peso emocional, que fica estampada na face de cada um, compreender o passado de lutas, prejuízos e angústia é essencial para entender toda a dinâmica que envolve o assentamento, os recursos e as pessoas ali presentes. As dificuldades de hoje já são encaradas com mais naturalidade e a resolução delas é motivo de alegria. Essa dicotomia entre passado e presente é ponto chave nestas análises.

No próximo relato, abaixo, o assentado retrata bem a questão das plantas, do uso à fruição, falando da diversidade, do agrotóxico, das dificuldades na venda e presença de universidades e pessoas dispostas a ajudar. O entrevistado viveu a vida toda no campo e lutou muito para chegar até onde está, então, o que se ouvia era novamente a emoção e o pertencimento, sentimentos que nunca lhe faltaram. A Figura 7 abaixo, mostra uma parte do lote desse senhor, um caminho que eles fazem diariamente e diz ser um caminho que renova sua saúde e sua esperança.

“Eu já tirei muda várias vezes desse pé de mandioca, faço tudo com isso. Nunca falta. É aquela coisa, se tu morar no meio do mato e falar que não tem comida, olha. Ó moço, aí não é lugar pra você. Mas na terra livre, tem comida. Parece que não, mas já teve muita manga, apodrece, não tem o que fazer, dá muita coisa. O campo é muito bom, mas as coisas boas não estão tendo valor, quem batalha em cima do veneno, só no veneno, chega na feira e o povo só vai ali, na mesa que ta bonita. Só vê as coisas bonitas, mas natural não é assim. Por trás disso, tem um engano. Apresenta a boniteza, mas não saúde. Coisa boa os bichos comem. Esperar que nesse meio nasce alguém que mude essas coisas, do jeito que vai não ta dando certo. Tem muita rapaziada nessas universidades, tem uma turminha boa, voltada pro campo, vieram aqui e me ajudaram também, rapaz e moça. Com força de vontade, animados (Assentado, 78 anos).”

Figura 7 – Caminho percorrido diariamente pelo assentado, Assentamento Santa Helena



Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.

Tendo em mente as dificuldades encontradas nessa readaptação do território, o recurso planta, seu uso e manejo tem um enfoque natural, ou seja, recuperação das potencialidades do local (de acordo com as diretrizes do PDS) e posterior crescimento. Vê-se, então, não apenas uma lógica utilitarista do uso da terra, mas sim uma produção mediada por outra lógica, onde o que importa não é somente a beleza e quantidade de produtos, mas todo o processo envolvido, desde uma terra saudável, passando pela captação e gotejamento de água de qualidade, até a etapa final de colheita e venda/uso dos produtos, reaproveitando os excessos e mantendo a qualidade do processo. Claro que a lógica capitalista está presente, é preciso vender esses produtos para que esse ciclo se mantenha, mas a questão é que caso haja prejuízo, o assentado não pode simplesmente abandonar ou vender a propriedade, pois como visto no *Capítulo 2 (terra)*, eles ainda estão sobre concessão de uso, então mesmo que ocorram situações com prejuízo financeiro, eles continuaram vendendo e buscando melhorar, não só pelas questões expostas aqui, mas por tudo o que eles lutaram para conseguir a terra.

Como visto nos capítulos e discussões anteriores, foi com parcerias com poder público, com as universidades e outros órgãos que possibilitaram um maior crescimento de produção e venda. No início, com retratado a seguir, as coisas eram mais complicadas:

“No início plantava mesmo só pro consumo, a gente não tinha mercado pra vender, boa parte precisava de nota fiscal pra produção, e a gente ainda não tinha, eram documentos mais demorados (Assentada, 55 anos)”

Como ainda estavam se adaptando ao local e suas particularidades, os assentados não conseguiam produzir para venda, sendo assim, viviam ali produzindo o mínimo para sobrevivência, trocando entre si os excedentes. Nos anos seguintes, foram conseguindo regularizar o Assentamento;

“E aí demorou bem mais. Saiu essas documentações lá pra 2009, aí saiu a DAP, aí já podíamos fazer contrato pra vender para secretárias, órgãos públicos, federais também (Assentada, 55 anos).”

A partir da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), a situação melhorou. Com essa melhoria, foi sendo possível a participação em diversos programas e projetos com parceiros (externos), projetos esses que levavam informações novas e conhecimentos científicos, que junto ao conhecimento tradicional e popular dos moradores, fortaleceram o conjunto para um bem maior, como observado nas falas abaixo;

“Aí agora a gente tem alguns pés de fruta plantado, que a gente fez o programa do SAF, da Iniciativa Verde, plantando águas. Aí fomos beneficiados com esse projeto, aí planto as nativas consorciadas com as frutíferas, mas quando a gente plantou não tinha um entendimento muito grande (Assentada, 55 anos).”

“Aí planta milho, abóbora, tudo no meio do SAF, as nativas estão bonitas, a manga deu bem, cítrico que ta feio. Da muita laranja por aí, mas é tudo veneno (Assentada, 57 anos)”

Esses projetos trouxeram novos conhecimentos acerca de diferentes tipos de agricultura (sustentável), estando ela de acordo com as diretrizes do PDS. Esses diferentes tipos de manejos e práticas, não significam, segundo Ehlers (1999) uma volta ao passado, mas sim uma maior diversificação do que os convencionais, melhor gestão da mão de obra e do conhecimento, tanto técnico quanto popular, o que possibilita o desenvolvimento da agricultura com as práticas destas formas.

Em todas as relações discutidas, nota-se a busca por mudanças, com a retomada da subjetividade perdida, estão mostrando um sentido diferente das relações convencionais, “ao

propugnar uma outra relação do ser humano (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo um outro modo de vida, uma outra cultura” (PORTO GONÇALVES, 1998, p. 21). De modo que, para se alcançar isso, é preciso que haja continuidade e uma maior sensibilização por essas causas, sua importância e as dinâmicas envolvidas.

O PDS Santa Helena tem como foco, a agricultura orgânica, que de acordo com o IFOAM (2013);

[...] a agricultura orgânica é um sistema de produção que mantém a saúde dos solos, dos ecossistemas e as pessoas. Baseia-se nos processos ecológicos, na biodiversidade e nos ciclos adaptados às condições locais, substituindo a utilização de insumos com efeitos adversos. A agricultura orgânica combina a tradição, a inovação e a ciência para o benefício do meio ambiente compartilhado e promover relações justas e uma boa qualidade de vida para todos os envolvidos.

Essa definição elenca muito bem o que foi discutido até o momento, é a tradição dos assentados, seu saber ambiental, sua história de vida, as inovações de projetos e programas e a ciência na melhoria das condições de vida e produção, é como destaca Indrio (1980), que isso não é apenas readaptar velhas técnicas do passado, mas reelaborar os princípios naturais e potencializá-los nas novas dinâmicas do local.

Pensando sobre a agricultura orgânica, existem os processos de certificação, que buscam garantir a qualidade dos produtos bem como as técnicas permitidas para se caracterizar os produtos como orgânicos. Segundo Medaets e Fonseca (2005), “a certificação tem como principais objetivos identificar e diferenciar o produto por intermédio de um sinal de qualidade, dar credibilidade ao mercado pela ação de um organismo certificador independente”, facilitando também o conhecimento e reconhecimento de um produto, ganhando assim a confiança dos consumidores. A certificação pode ser feita por auditoria externa; é quando a legitimidade dos produtos orgânicos é feita por uma inspeção externa, no qual a qualidade do produto não é dada pelo produtor nem pelo Estado, mas sim por organismos certificadores que verificam e avisam se o processo de produção está em conformidade com a legislação vigente (FONSECA; NOBRE, 2005). A certificação participativa; envolve os produtores para que haja qualidade geral do produto, tendo inspeção desde a produção até o consumo. Segundo o IPARDES (2007), este tipo de garantia se denomina atualmente de “conformidade social”, o qual está mais próximo do mercado das relações diretas, seja na relação com o consumidor final individual ou por programas do mercado institucional (merenda escolar, compra direta de agricultores e associações). Ou por venda direta; neste caso, o princípio de garantia da qualidade está na

relação de confiança entre as famílias de agricultores familiares e os consumidores. O agricultor (a) familiar deve participar de uma Organização de Controle Social (OCS) e ser cadastrado em um órgão fiscalizador. Por outro lado, o consumidor e o órgão fiscalizador, devem poder saber onde e como esse produto é produzido. A OCS deverá ter processo próprio de controle, estar ativa e garantir o direito de visita pelos consumidores, assim como o livre acesso do órgão fiscalizador (MDA, 2009).

Sendo assim, é a partir dessa mudança pra uma agricultura orgânica que os assentados vão melhorando a produção e buscando expandir o mercado para a malha urbana de São Carlos, isso começa na participação em feiras e varejões (Figuras 8 e 9) que costumam acontecer semanalmente em diversos pontos da cidade, assim, eles tem a oportunidade de mostrar a qualidade de seus produtos ao consumidor (Figuras 10 e 11), contar um pouco de sua história e conhecer um possível consumidor, fortalecendo o Assentamento, mas ainda não o suficiente, como visto fala seguinte de um assentado.

“Mas mesmo assim a gente não desanimava, plantava, fazia doação pro pessoal da cidade, para os parentes, para os amigos, tratava das criações com os produtos, deixava na terra, gradiava por cima o milho, melhorando o solo. Aí foi passando o tempo até que foi vindo oportunidades, então tudo o que passamos valeu e vale a pena.”



Figura 8: Feira livre na Praça XV de Novembro, Centro. Fonte: FARESIN, L (2013).



Figura 9: Feira livre na Praça Brasil, Vila Nery. Fonte: FARESIN, L (2013).



Figura 10: Plantação de um lote do Assentamento Santa Helena. Fonte: Aatoria própria, 2018.

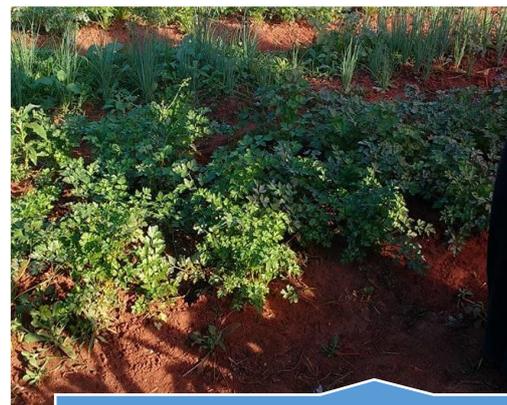


Figura 11: Plantação de um lote do Assentamento Santa Helena. Fonte: Aatoria própria, 2018.

A partir desse primeiro contato, o Assentamento começa também a participar de programas da prefeitura para disponibilizar os alimentos, um deles é o programa federal direcionado à merenda escolar, que, de acordo com a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, afirma que 30% da merenda escolar das escolas teriam que ser de agricultura familiar e orgânica. Sendo assim, grande parte dos produtores é incentivado a produzir de forma sustentável, pois já conseguem uma ótima forma de escoar a produção, além de garantir a segurança alimentar das crianças. Além disso, esse programa também garante que os produtores recebam um extra de até 30% do valor, como forma de incentivar a produção.

E mais recentemente, o Assentamento conseguiu ser escolhido para fornecer vegetais ao Restaurante Universitário (RU) da UFSCar, sendo um marco muito importante na história de vida do local e dos assentados. Essa vitória, possibilitou maior crescimento e maior renda, além de mais trabalho com a terra e as plantas. As falas a seguir mostram um pouco dessa noção das entregas e das intempéries que podem acontecer nesse caminho, a importância de ter esse conhecimento e saber administrar o conjunto de relações.

“Planta a plantinha, vem a seca, iae? Aí fez um compromisso de entrega, e atrapalha né, por que eles dependem da entrega. Você não entregou a escola ta precisando, a creche, o asilo. Aí deu certo de ter água e já estamos no segundo ano com uma produção bem avançada, tem a rede de cestas também, tem a feira. Já tamo bem avançado. Tem contrato com a UFSCar também né, já estamos entregando (Assentada, 55 anos).”

“Tudo o que é produzido é pra venda, para as feirinhas e UFSCar. Tudo pra consumo também (Assentada, 42 anos)”

“Me chamaram pra feirinha, pra participar das cestas, as cestas da USP, muita coisa conseguimos ali pela feirinha da UFSCar, precisamos sair agora por que não tava dando mais tempo (RU). Precisa trabalhar, plantar, cuidar (Assentada, 57 anos).”

A visão que eles têm com esses programas e de tudo que participam é de muita alegria e satisfação, também por saber que estão colhendo frutos de tudo o que passaram, ainda é possível aumentar a produção e garantir mais estabilidade, mas entra na questão da água, discutida no capítulo anterior, sua falta de acesso acaba impossibilitando esse crescimento e expansão da produção. A relação dos assentados com as plantas transborda para as pessoas que as consomem, a saúde ali presente, o carinho na escolha, na plantação e na colheita, reforçando a dicotomia presente entre a agricultura convencional e a orgânica, na segunda, o consumidor é um elemento dessa relação, ele vê o orgânico como algo benéfico a saúde ou como um alimento mais caro, independentemente de sua visão, essa nova relação está presente e precisa ser levada em consideração, principalmente por ser parte de uma relação que o produtor não domina.

Há também um outro programa, que é o CSA – Agricultura Sustentada pela Comunidade. Neste conceito o agricultor deixa de vender seus produtos via mercados, assim o fluxo permanece em seu próprio ciclo de negócios, organizado e financiado com a participação de seus membros consumidores. Assim os consumidores e os produtores podem juntos criar uma agricultura alimentar, compartilhando tanto as suas responsabilidades pela produção dos alimentos, quanto pela conservação da paisagem e do solo. Neste modelo os membros se comprometem a pagar adiantado, um determinado valor (mensal) pelos produtos que semanalmente irão receber. Enquanto isso, os agricultores garantem a quantidade e a qualidade dos produtos que oferecem, adaptados aos ciclos de cada produto.

Um outro ponto interessante do uso das plantas é a questão da diversidade de produtos, de acordo com dados do IBGE (2006) a agricultura familiar responde pelos principais alimentos que chegam à mesa da população nacional. São 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo, ou seja, a agricultura familiar promove a segurança alimentar e garante a diversidade na alimentação. Novamente vemos a importância das políticas públicas na manutenção desse quadro.

No Assentamento, a diversidade de produtos é grande (Figuras 12, 13 e 14), por trabalharem com os princípios da agricultura orgânica e agroecológica, o manejo permite essa

diversidade em pequenas áreas, dando ao solo mais nutrientes e otimizando o uso de água e espaço.



Figura 12:
Diversidade na
produção. Fonte:
Autoria própria, 2018.



Figura 13:
Diversidade na
produção. Fonte:
Autoria própria, 2018.



Figura 14:
Diversidade na
produção. Fonte:
Autoria própria, 2018.

Nas falas a seguir, de diferentes assentados, vemos o que cada um produz em seu lote;

“Plantamos de tudo um pouco, abobrinha, berinjela, brócolis, couve flor, banana, mamão, fruta do conde, maracujá, caju, apesar que o caju parou de dar bons frutos, foi só no começo. Fruta do conde deu uma só também, tudo feito manual (Assentada, 42 anos).”

“Tenho que planta mandioca, banana, batata, milho, feijão, um pouco de tudo. Manga, café, tem a horta, o pasto (Assentado, 52 anos).”

“Temos a criação de gado, franguinho, porquinho, planta hortaliça, só não plantamos arroz, mas to vendo uma terra ali pra começar. Então planta mandioca, milho, feijão, tudo o que precisa estamos plantando (Assentado, 78 anos).”

“Abacate, bananeira e manga misturados, consorcio de plantações, maracujá, plantava amendoim (Assentado, 78 anos).”

“Feijão a gente planta e colhe, verdura tem tudo, legumes, agora o arroz não conseguimos, já plantamos 2 vezes (Assentada, 57 anos).”

“Planta mandioca, hortaliça (orgânico) e mando pra UFSCar. Mas não peguei muito compromisso não, por que não adianta falar que vai plantar e não conseguir né. Para o RU é só couve e cheiro verde (Assentada, 55 anos).”

“Planto mandioca, feijão, milho, cana, de tudo um pouco (Assentado, 78 anos).”

“De tudo, tomatinho, almeirão, rabanete, chicória, couve, repolho, alface, espinafre. Só fruta que ta devagar, maracujá a gente tem. É difícil, pra ter em quantidade certinha, tem que ter uma quadra de plantio, um manejo diferente, a gente tem uns pézinho esparramado, mas da quando quer. Mas pra ter um cronograma certinho, tem que ter gotejo, adubação, podar e a produção demora uns 3 a 4 anos pra dar uma boa (Assentada, 55 anos).”

Fica claro a partir desses relatos como a agricultura familiar no assentamento é capaz de produzir em grande quantidade, diversidade e qualidade, mesmo sabendo que a terra ainda está em recuperação dos anos de agrotóxico e cana, e também como todos os elementos até aqui estudados aparecem, é a convivência de todos no mesmo espaço, terra, água e plantas, formando essa diversidade e dinâmica do local. Essa diversidade pode ser melhor vista no Quadro 6 abaixo. Essa alta produção está intrinsicamente ligada às questões discutidas até o momento, a garantia da terra e da água, o manejo adequado, a parceria com órgãos públicos e o apoio por parte dos envolvidos. Ao se buscar os meios corretos de produção e o respeito com o local, as coisas tendem a melhorar.

Quadro 6 – Variedades de culturas produzidas nas propriedades.

Hortaliças	Leguminosas	Cereais	Frutíferas
Rúcula	Batata	Milho	Banana
Cheiro Verde	Mandioca	Arroz	Mamão
Brócolis	Feijão		Fruta do Conde
Couve-flor	Amendoim		Maracujá
Espinafre	Ervilha		Caju
Almeirão	Cenoura		Manga
Rabanete	Beterraba		Abacate
Chicória	Cebola		Morango
Repolho			Abobrinha
Alface			Berinjela
			Tomate
			Chuchu
			Pepino

Fonte: Pesquisa de Campo e complementação com dados de CASSIMIRO (2014).

La Via Campesina (2008) traz alguns apontamentos importantes, salientando que a segurança alimentar supõe a disponibilidade de créditos públicos para que os assentados consigam produzir e vender seus produtos a um preço justo, pois de acordo com do IBGE (2006), a agricultura familiar responde pelos principais alimentos que chegam à mesa da população nacional. São 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão e 46% do milho.

Como visto em algumas falas anteriores, a aparência do produto está vinculada ao trabalho exercido e na disponibilidade dos recursos, e acaba entrando nessa equação também. É costume comprarmos os produtos mais bonitos, mesmo que a qualidade não seja a melhor, como visto na fala abaixo e exemplificado pela Figura 15:

“A gente planta bastante coisa, mas o alimento tem que estar bonito né, para conseguir vender nas feiras, o pessoal gosta de alimentos bonitos (Assentado, 70 anos)”

Figura 15 – A importância dos alimentos bonitos no Assentamento Santa Helena, como visto na fala anterior.



Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.

Desse modo, os impactos da perda da agricultura diversificada afetam diretamente a questão da alimentação dentro e fora dos Assentamentos. A base sólida da Segurança Alimentar segue outra lógica, contribuindo para a manutenção e/ou resgate de práticas socioeconômicas sustentáveis e ecologicamente viáveis.

Essa distinção de preços encontrados no mercado é, de acordo com Klaus (2013), determinada por multinacionais que o controlam, controle esse que acaba representando um risco para os pequenos agricultores e para a segurança alimentar. Então, ao ter essa maior visibilidade acerca das práticas sustentáveis, aparece uma outra visão para com a sociedade em geral, mostrando a importância da melhoria da política de Reforma Agrária, a sabedoria do campo e sua riqueza.

O que é importante elencar é que as práticas alimentares saudáveis no contexto do desenvolvimento dos Assentamentos estão intrinsecamente ligadas aos modos de vida dos agricultores. Para os moradores do assentamento, a alimentação, enquanto conceito, tem um valor maior do que apenas se alimentar, pois grande parte do que eles consomem é produto direto do trabalho desenvolvido em seus lotes. Desse modo, há uma autonomia na produção de alimentos, que se liga à saúde vinda da qualidade dos produtos, que vem da melhoria da qualidade da terra e da água. A riqueza na diversidade da produção tem como intuito a busca pelo equilíbrio nutricional dos indivíduos, uma vida digna e o pleno desenvolvimento humano, tanto do campo, quanto da cidade. Para Scopinho (2010, p. 5):

Os trabalhadores destacaram que a qualidade dos alimentos produzida no assentamento é boa porque eles não estão contaminados por agrotóxicos, hormônios e outros produtos químicos que a agroindústria utiliza para aumentar a produtividade e diminuir o tempo de produção. Nas cidades, além da escassez, que para eles está diretamente relacionada à impossibilidade de consumir devido ao alto custo, os alimentos disponíveis não têm boa qualidade por que não se pode confiar nos métodos de produção e nos prazos de validade dos produtos.

Vê-se então essa distinção no Brasil, há uma busca pela retomada dessas agriculturas mais sustentáveis, auxílios, programas e projetos visando isso, mas há por outro lado um crescimento de agrotóxicos no Brasil e aumento no uso de sementes transgênicas. O dano causado por isso se dá a partir do momento em que os trabalhadores se tornam reféns destes produtos modificados, além de influenciar na organização sócio-espacial do assentamento ou de outros locais, mudando a dinâmica do solo e das plantas (LIMA, 2014).

O grande diferencial do PDS Santa Helena é a não utilização desses “defensivos agrícolas”, o que se vê lá é uma junção do saber popular, que traz técnicas antigas de manejo e preservação e as novas tecnologias (fossa séptica, jardins flutuantes) que atuam em conjunto na

melhoria do local, respeitando os princípios da agricultura orgânica, o que auxilia na maximização da produção, na manutenção da dinâmica do local e na qualidade e saúde dos alimentos (segurança alimentar) e das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente.

4.2. Relação de Fruição

A relação de fruição com o recurso planta ocorre a partir das lembranças e falas nas quais os assentados mostram o prazer, a alegria em se trabalhar com a plantação, a felicidade do dia a dia de poder ter um espacinho pra cuidar e ir mexendo em sua terra, fazendo seu trabalho, cuidando da plantação e das criações. Essa relação engloba questões de uso, bem como a terra e a água, são visões e sensações que são vistas como um todo, a análise de uma, ajuda a entender o todo.

A fruição com as plantas passa também pelas questões discutidas de identidade (BAUMAN), de pertencimento ao lugar (TUAN, 1980) e das raízes criadas no lugar (LIMA e ROSA, 2013). Todos esses pontos são vistos na fala a seguir;

“Minha filha fez agronomia, terminou ano passado, demorou por conta das dificuldades, falta de verba, deslocamento, a verba federal tinha que passar pro INCRA pra passar aos órgãos responsáveis, ai agora com isso ela tem esse conhecimento da produção, das plantações, por que quanto mais aprendizado, melhor, ai ela ja teve esse ensinamento, como lidar com orgânicos, que é a nossa vontade mesmo, não usar esses veneno (Assentada, 55 anos).”

Nessa fala, a assentada conta de sua filha, que se formou recentemente em Agronomia e agora, formada, vai trazer diferentes conhecimentos da universidade para o Assentamento. A filha foi criada nesse meio, ela tem um carinho, ela passou pelas dificuldades de se conseguir esse pedaço de terra, ela criou laços e raízes com o local.

“É então, ela foi criada assim, ai agora com esses conhecimentos ela vai poder fazer um uso bem melhor, ela sempre gostou também de mexer com a terra, de ter sua hortinha, e esteve sempre junto com a gente, mesmo nas horas difíceis, estudando e batalhando, agora é expandir isso né, buscar ajudar todos e ela crescer também (Assentada, 55 anos)”

A filha da entrevistada tem a visão da agricultura sustentável, e do manejo e das técnicas da agricultura orgânica. De acordo com a entrevistada, a filha pretende continuar neste caminho, já que ela tem fruição pelas plantas.

Essa sensação de identidade e fruição estão muito ligadas aos assentados, ao mostrarem suas plantações (uso) sempre carregavam uma emoção ao contar delas, de como começou, do que plantou e das melhorias com o tempo.

“Mas a gente vai plantando, tem as dificuldades, mas continuamos, uma hora melhora né, era tudo cana, agora passou 12 anos e ta melhorando. Olha aqui os pézinhos de almeirão que eu plantei, essa mandioca aqui, foi a primeira que plantei e deu, dá até emoção de ver grande assim (Assentado, 52 anos)”

A cada caminhada pelo lote mostrando as plantações (Figura 16), o que se via era muita emoção e felicidade na fala e no olhar, saber das dificuldades que passaram e como está melhor agora traz um certo alívio para eles. A ideia do plantar, o trabalho exercido nas hortas, tudo é uma aposta no futuro, na esperança de que as coisas vão melhorar, a vida toda essas pessoas buscaram estar em contato com a terra, de modo a ligar isso à qualidade de vida e boa saúde, então ao conseguirem tudo isso a emoção toma conta, a felicidade pelas conquistas e a esperança no futuro vem disso, do trabalho do plantar.

Figura 16 – Pés de almeirão da plantação no Assentamento Santa Helena.



Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018

Ao ver a plantação de mandioca, a primeira que cresceu no lote, o assentado relembra tudo isso e fica feliz ao ver a situação atual, há muito orgulho no que conseguiram, há alegria em pertencer a esse lugar e dali conseguirem tirar seu sustento pelas plantações.

Interessante notar também os gostos pessoais de cada um dos moradores com relação às plantas, alguns deles preferem a horta, outras plantas mais exóticas, algumas árvores e por aí vai, essa diferença nos gostos é essencial para a maior diversidade do Assentamento e também para caracterizar cada lote, com o que deixa os moradores dali felizes;

“Eu gosto de plantar viú (plantou um cedro na entrada do lote), mas gosto de plantar mais é fruta viú, pé manga, de laranja, limão, qualquer coisa que seja fruta. Árvore não sou muito chegado não, é minha mulher que planta (Assentado, 52 anos).”

Essa diversidade de gostos está ligada a fruição com o recurso planta, cada um tem algo em que fica mais feliz em trabalhar, ou as vezes plantar e cuidar apenas para relaxar e descontrair um pouco. A partir do momento em que se tem essa propriedade de terra, o assentado pode se expressar pelos seus gostos e preferências, não precisando viver com algo que não goste. Isto está relacionado com a liberdade e autonomia de ser dono da terra, na realização pessoal de poder produzir e ter seu ‘pedaço de chão’, a identidade vinda do campo e a fruição pelo recurso ambiental. Por outro lado, o assentado precisa se comprometer a produzir uma determinada quantidade de hortaliças para venda, para programas da prefeitura, entre outras coisas, ele tem essa autonomia, mas ainda depende da venda.

No uso de sua propriedade, a fruição, vinculada ao trabalho, passa por esses elementos, o pertencimento ao lugar engloba as experiências do passado, as vivências, o trabalho exercido, a luta pela terra, pela água e pelas plantas e a esperança no futuro. Para os moradores de agora e, também, seus filhos e netos, isto se traduz na possibilidade de mobilidade social, com ascensão na pirâmide de renda, reorganizando essas pessoas como seres sociais em suas relações com a sociedade.

Essa relação de fruição está também ligada como uma espécie de lazer para os assentados. Outro ponto que apareceu nas falas foi com relação a mudas de espécies, visto a seguir;

“Compramos mudas também, pra plantar mais, quando sobra um dinheirinho já compro. Ali no horto também as vezes a gente passa e pega, eles dão um monte. Muda de fruta, de nativa (Assentada, 55 anos).”

Mesmo sabendo que as plantações já garantem mudas e sementes, há uma busca por espécies novas por parte de alguns moradores, essa ida ao horto florestal pegar novas mudas, tanto de frutíferas quanto nativas, mostra essa alegria e poder conhecer espécies novas, por poder retomar alguma outra que plantou e não foi. Plantar e ver a planta germinar e crescer é uma revisitação ao passado, uma satisfação para com o presente, é as diferentes percepções da vida e do local (DEL RIO, 1996).

Por fim, a fala a seguir traz um pouco dessa questão da felicidade e se relaciona com os recursos anteriores trabalhados também;

“Olha, eu queria não poder ser dona de casa, por que meu objetivo é estar lá no meio da terra, quando chove eu estou que nem um tatu, lá pro meio, sempre mexendo com as minhas terras, com as plantas, é a minha saúde, eu amo a terra, amo plantar, amo mexer. É nós dois (ela e marido) o dia inteiro, as vezes tem que lavar roupa, fazer comida. Hoje tá difícil também né, não tem mais idade (Assentada, 68 anos).”

A alegria com a terra, com a chuva e com as plantas está presente nessa fala e nas lembranças dos assentados. A questão da saúde é retomada, a saúde em viver no e para o campo e produções. Ela até se compara a um animal, o tatu, que mexe muito com a terra e gosta da chuva. Todos esses pontos carregam uma simbologia muito densa, que é complicado de elucidar, mas que é notável a partir do momento em que o assentado, ao falar sobre, muda sua entonação, ou da leves suspiros e risadas, demonstrando sua felicidade ao se lembrar e ver as coisas como estão, mais do que palavras, o peso da fala de uma pessoa, ou seu olhar, transmitem muitas informações.

As plantas, então, trazem junto de si a memória do passado dessas pessoas, de convívio e aprendizado com suas famílias, o alento do presente, de ter uma terra própria, onde conseguem produzir e sobreviver dela e boas perspectivas para o futuro, onde veem seus filhos e netos, buscando conhecimento fora dali, mas também praticando os ensinamentos ali aprendidos e seguindo com esse modo de vida.

4.3. Reflexões Finais

Como visto no decorrer do capítulo, essas relações se conectam e se intercalam, formando a relação geral em torno das plantas, as citações presentes aqui buscaram esclarecer

cada uma delas de modo que, ao final, fosse possível compreender como é a dinâmica com esse recurso, as funções presentes, os pares de oposições e como o trabalho se insere nessas questões. Assim, para fechar o capítulo com as reflexões finais, buscarei elencar alguns pontos importantes discutidos até aqui, de modo a refletir e alcançar o objetivo de compreender essas relações tão dinâmicas e distintas com o recurso plantas e como elas foram adquiridas e moldadas.

A relação do ser humano com as plantas foi construída desde os primórdios da espécie humana, em que para conseguir sobreviver, era preciso entender quais tipos podiam ser consumidas, quais eram boas pra saúde, entre outras coisas. Com as revoluções industriais, verde e a mecanização da agricultura, ocorre um processo de distanciamento na relação do ser humano com as plantas. A produção de alimentos passa a ser mercadoria, com foco na obtenção de grandes quantidades para venda, sem muita preocupação para com a saúde e bem-estar das espécies. Felizmente vemos uma retomada dos moldes antigos, em parceria com as tecnologias e técnicas atuais, que buscam viabilizar a agricultura familiar, voltada para a saúde e alegria, retomando a harmonia de antes e recuperando a subjetividade das relações dos seres com a natureza, em especial com as plantas. A modernização da agricultura não eliminou a agricultura camponesa. De acordo com Oliveira (1982), a agricultura camponesa e familiar, mesmo com todas as dificuldades não deixará de existir. Pelo contrário, ela se reproduz e se fortalece na luta pela permanência na terra e pela reforma agrária.

Na realidade do Assentamento o que se vê é exatamente isso, uma produção familiar, respeitando a natureza, os ciclos dos alimentos, recuperação do solo e manejo adequado da água, utilizando os aprendizados de vida, os assentados estão em cooperação, entre eles e entre o ambiente, garantindo o futuro deles e das próximas gerações, bem como do local onde vivem.

As relações de uso começam a se desenvolver no passado dessas pessoas, a lembrança de como eram as coisas, tudo o que precisava estava ali no território, a vivência com os pais e irmãos, desde muito jovem já participando dessa agricultura familiar, ajudando na criação dos animais e plantações. Um ponto bem elencado nesse capítulo foi a questão dos agrotóxicos, mesmo sendo um PDS e por definição não poder usar esse tipo de coisa, os moradores tem uma noção muito grande do prejuízo que o uso desenfreado desses produtos trazem, para os alimentos, para a água, para a terra, para os animais e para a saúde de todos. Desde crianças eles tiveram contato com o natural, não havia uso de algum produto que “melhorasse” a situação, desse modo, ao crescerem, esses princípios prevaleceram com eles,

afunilando até os dias atuais, em que estão juntos, com histórias de vida distintas, mas praticantes e felizes em busca de um mesmo ideal. As falas ligadas ao uso também são mais presentes aqui, isso se dá por que esse uso está ligado à agricultura, que se liga com o trabalho, as formas de manejo, ao uso da água e a presença de terra, há esse destaque por causa desses aspectos vinculados a terra como trabalho.

O ideal visto acima, começa a ser alcançado pela possibilidade de o Assentamento fornecer grande parte de sua produção para políticas públicas, feiras, restaurante universitário e outros pontos de venda na cidade de São Carlos. Esses pontos de escoamento são essenciais para que as pessoas dali consigam ter uma renda e continuem seu trabalho, para isso, o apoio de diferentes órgãos é também essencial nessa caminhada, é preciso que haja uma junção entre o Assentamento e a prefeitura para que essas oportunidades se concretizem e continuem aparecendo, o que se vê hoje é um bom crescimento dessas oportunidades, mas ainda falta apoio por parte de técnicos auxiliando no manejo, nas plantações e nas diretrizes para escoamento e venda, e também na questão com a água, como retratado no capítulo anterior, para que se consiga tirar todo o proveito dessa terra.

A agricultura familiar como forma de abastecer as escolas, universidades, asilos, entre outros pontos é um ponto positivo principalmente na questão da saúde, ao saber o que estamos comendo, de onde vem esse alimento, retomando essa percepção que perdemos com o tempo. O alimento dessa agricultura carrega esse peso também, retomamos a simbologia presente nos alimentos, entender como é produzido, as estações para cada alimento, bem como aproximar as pessoas da cidade com o Assentamento, criando novas relações e laços, importantes nos dias de hoje.

Outro ponto aqui discutido foi a diversidade dos alimentos, como visto, o Assentamento produz uma variedade imensa de alimentos, isso tudo em um espaço de mais ou menos três hectares, o que é uma característica da agricultura familiar aliada à técnicas de manejo e cultivo corretas, é um ecossistema sustentável, onde um período se produz algo que por exemplo, retira nutrientes do solo, no próximo, entra um alimento que traz nutrientes para o solo, deixando o ambiente em harmonia e potencializando as produções. Ao falar dessas produções, os assentados sempre lembravam do passado, onde era parecido, diversidade de alimentos, solos potentes que ajudavam as plantações e sabedoria popular. Vê se também que nessa questão, o PDS é um sucesso, ao utilizar práticas ecologicamente corretas, recuperando o ambiente e garantindo a produção.

A relação de fruição está ligada a tudo isso também, a alegria de lembrar do passado nas plantações com a família, a alegria de ter esse novo local onde conseguem morar e

produzir seus alimentos e reproduzir esse estilo de vida. A principal felicidade deles vêm ao olharem para o que conseguiram com tanta luta, ver que as coisas estão se ajeitando, a diversidade das plantações e os contatos que estão fazendo, os anos de luta e dificuldades estão sendo compensados. Ao falar das plantações, foi possível notar toda a emoção com elas, alegria em poder passar o dia fazendo o que gosta, a lembrança das primeiras mudas e árvores, que serviram de inspiração para continuarem se esforçando.

E como a análise de dados se baseia nos pares de oposição de Lévi Strauss, há alguns muito importantes para se compreender o que foi trabalhado no capítulo, o Quadro 7 a seguir traz essas relações:

Quadro 7 – Pares de oposição do Capítulo Plantas.

Pares de Oposição	
Lucro	Prejuízo
Policultura	Monocultura
Minifúndio	Latifúndio
Produção Orgânica	Produção convencional

Fonte: Elaboração própria

A partir das análises feitas e na presença dos pares de oposição, vê-se essas dualidades, onde o trabalho perpassa por todas. As distinções entre a monocultura antiga e a policultura atual, diversidade de alimentos, a produção orgânica como molde ao invés da convencional, as grandes extensões de terras para produção antigas e agora vários lotes menores, em todas essas dualidades, o que se vê presente é o trabalho, e é a partir da execução dele que se têm lucro ou prejuízo, que estão ligados à terra e a água, para se conseguir produzir é necessário que se tenha terra, e de qualidade, bem como a água, como visto nos capítulos anteriores, ter esses recursos e poder usufruí-los em sua totalidade, transforma o ser social. Essa questão do lucro e prejuízo está um pouco camuflado, pois os assentados plantam para obter lucro e poderem continuar a produzir, mas como visto, há vários aspectos que influenciam nesse “plantar” e em sua posterior comercialização, desse modo, nem sempre o lucro é possível, sem as garantias de escoamento e de recursos para plantar, o plantar vira um trabalho capitalista sujeito à riscos, riscos esses que como visto ao longo do capítulo, influenciam na dinâmica com o recurso e na dinâmica do Assentamento.

Desse modo, ao buscar melhorias para o trabalho no campo, o que os assentados buscam é essa reorganização como ser social, ter a possibilidade de alavancar na pirâmide social, garantindo um futuro ali dentro, é novamente o trabalho como agente hierarquizador dos

recursos, ele dita as decisões acerca do manejo e das produções do local. Para alavancar na produção de modo sustentável de acordo com as diretrizes do PDS, vê-se novamente a questão da necessidade do poder público estar presente garantindo a infraestrutura condizente com o local, houve a mobilização para Reforma Agrária, houve a conquista do território, mas apenas isto não basta, é preciso apoio público para garantir o básico, água para todos, energia elétrica, estradas de qualidade, desse modo, e apoio para vendas, de modo que os assentados consigam produzir com boa qualidade, atendendo aos padrões do mercado e garantindo o futuro deles e de seus descendentes, perpetuando a identidade com o local e as relações até aqui trabalhadas.

CAPÍTULO 5 - Relações Ser Humano e Animais

A relação do ser humano com os animais é a última analisada nessa dissertação, ela se relacionará com outros recursos e também buscará compreender como essa relação foi construída na vida dos assentados e como ela se dá nos dias atuais. De acordo com Dal Farra (2003), há várias representações dos animais, tais como; silvestre, de companhia ou de produção, e essas, evocam lembranças e narrativas saudosas. Dal Farra também explica que a relação entre os animais e nós mesmos, também animais, é dada por oposição e aproximação, há uma surpresa por parte dos seres humanos ao observar a inteligência entre os animais, os sentimentos que eles demonstram e como compartilhamos nossas vidas. Os animais ocuparam e ocupam diferentes lugares em nossa vida cultural, sendo contemplados com atos de sensibilidade, mas também de falta dela. É preciso lembrar que os animais estão presentes em nossas vidas não só como companhia, ou belezas da natureza para serem admiradas. Eles também se encontram modificados e embalados em nossas geladeiras, no que comemos e vestimos. Ter essa visão do todo é essencial para compreender as pequenas interações entre os seres humanos e os animais e a dinâmica no campo.

Ainda segundo Dal Farra (2003), foi o abandono da vida nômade e início das grandes aglomerações de pessoas que serviu para elevar a vida humana acima de outras espécies, ocasionando mudanças nas relações de trabalho e modificando as relações com os animais, principalmente os domésticos. Com a chegada da revolução agrícola houve novos tipos de relações econômicas que justificavam a exploração dos animais visando a produção em massa, afastando dessa relação mais pessoal e subjetiva para com os animais (HARARI, 2015)

A necessidade sempre caminhou em união com a oportunidade nestes casos. Sob esse aspecto, o animal passou a ser doméstico, mas, também, e desde as civilizações mais antigas, possui um fim utilitário. Isso se dá pelo histórico construído ao longo dos tempos, retratando a mudança de visão dos seres humanos para com esses animais, desde o uso para caça, chegando aos dias onde lhes eram permitidos a presença dentro das residências, histórico esse muito bem trabalhado e explicado por Thomas (2010). Na modernidade, os animais estão mais representados na forma de um recurso para o “progresso” humano. A destruição de seu habitat e seu uso para fins utilitários à humanidade, transformam os animais num bem a serviço desta, não apenas como alimento, mas, também, como objetos exóticos e de entretenimento como na pesca, na caça, no turismo e nas apresentações circenses (DAL FARRA, 2003). Tragicamente, a revolução agrícola conferiu aos humanos o poder de assegurar a sobrevivência

e a reprodução de animais domesticados enquanto ignora suas necessidades subjetivas (HARARI, 2015).

Desse modo, o objetivo deste capítulo é compreender o entendimento que os assentados têm dos animais. Como a metodologia utilizada extrai uma grande quantidade de informações, será feita uma divisão em subtópicos, que existem como elementos de análises. Mas é importante levar em consideração que as falas estão todas ligadas, bem como os recursos (terra, água, plantas e animais), muitas vezes essas ligações aparecem, o que mostra a complexidade dos recursos e sua ligação com a natureza e o ser humano. São analisadas cinco relações centrais da relação homem e animais (ver Tabela 4, abaixo).

Tabela 4: Relações Centrais dos animais e suas aparições nas falas dos entrevistados.

Relações Centrais	Quantidade de citações relacionadas às diferentes percepções do recurso animais
Afeto	11
Criação	14
Perigo/Prejuízo	12
Proximidade	8
Uso	9

Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria.

5.1. Relação de Criação

A primeira relação a ser abordada será a relação de criação, dando ênfase maior aos animais de criação presentes no Assentamento, as relações que os assentados têm com esses animais, como ela foi sendo moldada e as percepções em geral dos animais de criação, nas relações de afeto e tensões.

Ao se falar de animais de criação, é preciso primeiro definir o que é este termo na visão dos assentados. São vistos como animais de criação os que propiciam produtos que podem ser comercializados ou consumidos, como os frangos, bois e vacas. Porém, mesmo os animais que não oferecem esses serviços, mas estão sempre presentes e próximos aos assentados, oferecendo outras funções, como a caça de pragas ou companhia, são também considerados como criação. O que difere esses dois tipos, é a questão da proximidade, os que estão mais próximos, são os familiares, considerados parte da família, já os mais distantes, são os não familiares, mas é importante frisar que nem por isso não exista uma relação de amizade

e alegria com esse segundo tipo, como será mostrado mais a frente. Há alguns assentados que tem essa relação de amizade tanto com os familiares como os não familiares, cada pessoa tem sua relação com base na sua identidade e trajetória.

Há tensão e conflitos na relação do ser humano com os animais, desde a produção animal e de alimentos, passando pelos animais de estimação e, nos dias atuais, as mudanças na utilização de animais como alimento. Essa mudança se deve, principalmente, ao aumento de uma relação de proximidade com os animais. Outro elemento de tensão está relacionado às formas de criação de animais que servem de alimento, existe uma lógica do nosso sistema de produção em que quanto menos gastar nesta produção, melhor. Nessa lógica, gastar com o animal de criação é um custo, e quanto maior o custo, menor o lucro, então, o que se visa é evitar gastos “desnecessários” com esses animais (DAL FARRA, 2003).

Com o passar dos anos, quatro temas chaves serviram para caracterizar a relação do ser humano com os animais: a sentimentalização; o papel do Estado, regulando esta relação; demanda pelos direitos dos animais; e a importância dos animais nas atividades de lazer e fruição com os humanos (FRANKLIN, 1999, p. 34 apud DAL FARRA, p. 31).

Essas mudanças foram importantes por definir essa nova visão para com os animais, com eles exercendo e participando mais da vida dos seres humanos, era natural que os direitos deles também fossem alterados, garantindo vida digna aos animais domésticos e regulamentando as criações, de modo que não fosse possível criar animais de maneira inadequada.

A partir dessas novas regulações, a noção da importância dos animais foi crescendo, e para os assentados, que sempre estiveram em contato com eles, tanto no lazer, como na criação, quando perguntado sobre o que significam os animais para eles, as respostas se deram em duas palavras: fartura e alegria. A fartura está ligada aos animais não familiares, que produzem os alimentos. A alegria está ligada aos familiares (mas podendo ser, também, não familiares), em que os animais oferecem companheirismo e realizam também um trabalho (função) de caça a pragas, como os gatos fazem (caçando ratos), e os cachorros auxiliando na segurança e aviso.

Ao perguntar os diferentes tipos de criações encontrados no Assentamento, o seguinte foi respondido;

“Aqui tem frango, galinha, tem pato, tinha galinha de angola mais sumiram (Assentada, 42 anos).”

“Aqui boi temos pouco, pra ter bastante tem que ter uma cerca boa, por que senão escapam, perturbam vizinho, ai não dá. Tem uma vaca só pra leite e pra fazer queijo (Assentada, 68 anos).”

“Tem porco, suíno, bovino e ave (Assentada, 55 anos).”

“Tem gado, carneiro e frango. Tem um tanquinho de peixe também, as vezes eu pego e vendo (Assentado, 52 anos).”

“Aqui tem minhas galinhas, porquinho pra comer, tem leite né e tem carneiro (Assentado, 70 anos).”

“Tem cachorro, gato e as galinha, não crio porco por que nao com a carne de porco. Tenho um garrote ali do lado também (Assentada, 55 anos).”

Na grande maioria dos lotes o normal de se encontrar é porco, boi, vaca e frango, em pequenas quantidades, mas que garantem uma boa alimentação e produtos derivados também. É, novamente, a relação de respeito com os animais, a criação também é tratada como parte importante da família, não há excessos nem exageros na produção. Há também algumas especificidades de alguns assentados, como o que não cria porco pois não come a carne, devido a religião, a que tentou criar galinhas da angola, mas que acabou não dando certo, e um lote onde há uma pequena criação de peixes, que acaba sendo consumida, vendida na cidade ou trocada por outros alimentos no próprio Assentamento. Essa pequena quantidade de animais de criação se dá pelo tamanho do lote e por não haver também um mercado formal para os produtos de origem animal, sendo uma estratégia produtiva focada no autoconsumo.

Esse sistema de produção do Assentamento não segue à risca a lógica capitalista atual de que quanto menos gastar melhor, por mais que o lucro seja importante para que os assentados consigam se manter e produzir mais, eles buscam dar as melhores condições para os animais, bons alimentos e cuidados. A lógica vista ali é, quanto maior o bem-estar e felicidade do animal, melhor é, o animal ali não é apenas um número provedor de recursos, mas sim um ser com emoções e particularidades, em que o apego e a amizade influenciam muito nesse outro tipo de relação. Os dois, seres humanos e animais, estão em pé de igualdade nessa relação, um depende do outro.

Historicamente, a criação de animais foi muito importante na vida dos assentados, desde quando criança, quando viviam com suas famílias cuidando dos animais e construindo essas relações.

“Sempre tive esse contato, morava na fazenda e com 7 anos já comecei a trabalhar na roça, ai meu vô tinha animal de criação, ai eu já ajudava (Assentada, 55 anos).”

Até a vida adulta, em que passaram por diversos trabalhos, locais e acampamentos, mas sempre buscando ter alguns animais de produção, até o dia em que foram assentados. Os animais auxiliaram no início para o crescimento do Assentamento, pois as plantações levaram tempo até se estabilizarem com o solo empobrecido e até a chegada da água. Neste tempo, ter uma criação era importante para se manter e prosperar, como visto a seguir:

“Antes como a terra não tava tão boa, não tinha certeza que ia colher, ai era bom ter os animais pra criar (Assentado, 52 anos).”

Desde o início os animais foram importantes, e isso se reflete na visão que eles têm hoje, com os animais ocupando um espaço produtivo e uma função na dinâmica social do local. Como o Assentamento é caracterizado pela produção de orgânicos, a criação de animais é menor, como visto acima, mas ainda sim influencia em outros aspectos da dinâmica no campo, abrangendo várias questões;

“Tem suínos, tem um pouco de frango, agora o foco é mais em produção pra mercado, feiras, aí não queremos misturar muito sabe? Então deixou um pouco só pra consumo mesmo. Mas futuramente eu vou ser obrigada a voltar com mais frangos, pra ajudar no insumo pro plantio, o esterco de frango, aí vai que não encontra mais na cidade, tem que ter as matérias primas de tudo que vai usar, semente a gente já produz aqui, a do milho é crioula. A maioria agora é tudo transgênico, aí não da pra usar mais (Assentada, 55 anos).”

A influência aqui vista é nos insumos, o frango, assim como os bovinos, oferecem uma boa matéria prima para ser usada nas plantações, não necessitando da compra desse produto. É um ciclo de relações, passando por todos os recursos estudados, a produtividade na terra depende de nutrientes, matérias primas obtidas dos animais e água, influenciando na diversidade e crescimento dos alimentos. Como visto também no capítulo

sobre plantas, a produção das próprias sementes acontece em paralelo a tudo isso e com a possibilidade da perda das características originais com a inserção dos transgênicos.

A relação de criação e sua compreensão se fazem importante por trazer essas visões, às vezes distintas, às vezes iguais entre os assentados, mostrando como eles lidam com as diversas situações envolvendo os animais, as peculiaridades de cada espécie e sua interação com o meio, bem como as diferentes visões para o que seria um animal de criação e a lógica ali presente. Além de garantir alimentos saudáveis e continuar contribuindo com esse modo de vida vindo das gerações passadas. Contribuição essa que não acontece pela entrega de um conjunto e informações que adquiriu autonomia em relação ao mundo da experiência, mas sim pela criação, envolvidos em suas atividades e inseridos em contextos ambientais característicos, as gerações do presente desenvolvem suas próprias habilidades (INGOLD,2010).

5.2. Relação de Afeto

Agora, a relação que será abordada é a de afeto, nesse subtópico, buscará se trabalhar e discutir como os seres humanos criam laços com os animais e como isso reflete no afeto, no apreço que é criado. Como discutido nos capítulos anteriores, a história de vida, a criação no campo e em fazendas fez com que essas relações fossem sendo construídas e moldadas a muito tempo atrás, compreender essa dinâmica também é importante.

Esse afeto está relacionado com as particularidades da vida no campo, como visto a seguir;

“A gente levanta cedo, é de um lado pro outro, fazendo as coisinhas da gente, e a gente se sente feliz. Não dá tempo de pensar em coisa ruim. Tem que estar focado pra cuidar das plantas, vai tratar de uma vaquinha tem que estar ali, conversando com a criação, a mente tá ali, não tá lembrando da porteira pra fora. Igual o campo não tem, pra quem quiser viver sossegado é o campo (Assentado, 78 anos).”

A particularidade vista aqui é o sossego do campo, mesmo sendo trabalhoso ter que levantar cedo e cuidar das plantações, esse assentado enxerga como uma coisa boa, principalmente por limpar a mente, não sobra tempo pra pensar em coisas ruins, ou seja, o trabalho melhora a saúde, como visto em capítulos anteriores. Isso se liga ao fato dele comentar que conversa com a criação, conversar é um sinal de proximidade e afeição. Por ser um trabalho constante e que requer tempo e cuidado, as criações ganham um significado maior do que

apenas animais, ao conversar com elas, elas se tornam também sujeitos impactantes no modo de vida do assentado e do assentamento. A relação aqui presente é hierarquizada pelo trabalho, há afeição genuína pelos animais, mas o trabalho perpassa isso como um elemento de cura e manutenção da saúde humana.

Por outro lado, os assentados também têm animais para criação (não familiares), que precisam ser adquiridos, recebem cuidado e alimentação para depois serem abatidos e servirem como alimento. Nesse ponto, o que se observou foi que alguns animais são mais difíceis de abater do que outros, principalmente animais maiores como boi e vaca;

“O boi se eu tivesse comprado pra matar, até comeria, mas como eu criei aqui, não consigo. Tem até nome, já nasce com nome, é parte da família já (Assentado, 70 anos).”

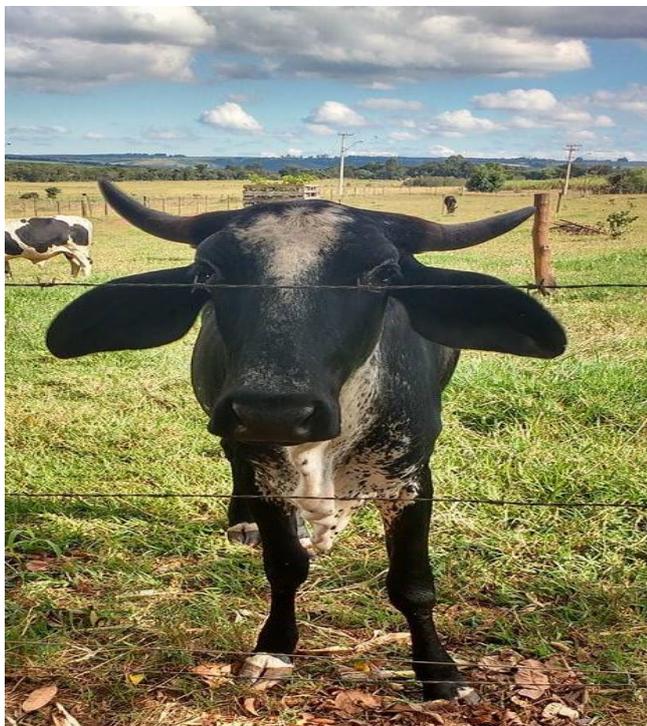
“Só não cheguei a matar aqui ainda o boi, a gente tem dó, cria uma amizade. Frango não, já acho natural. Vaca também não, é maior, a gente fica com dó (Assentada, 42 anos).”

Então, como visto no subcapítulo anterior, mesmo os animais não familiares também acabam desenvolvendo essa relação de proximidade e amizade, de modo que o abate do animal se torne algo impensável. Ter uma criação envolve responsabilidade relacionada ao bem-estar e desenvolvimento do animal, o que ocasiona, para algumas pessoas, uma grande dificuldade em se distanciar disso, dessas novas relações adquiridas.

Na visão desses assentados o sentimento de compaixão exerce uma grande força para impedir que eles abatem esses animais. Existe outro sentimento para além da compaixão, o que se vê é a criação de uma amizade, de um laço entre o ser humano e o animal, ter o contato com eles desde pequenos e vendo crescerem é um fator essencial nessa visão, dar nomes aos animais também faz parte dessa mudança, a partir disso, os animais são vistos como membros da família, tendo ali seu papel para desempenhar. Interessante notar que isso se dá com os animais de grande porte como o boi (Figura 17) e a vaca, já com os frangos, o abate é algo normal, essa distinção ocorre também com os animais silvestres, que se ligam ao perigo e prejuízo, onde o abate desses animais não é visto como algo ruim ou difícil, mas essa questão será melhor discutida no próximo subcapítulo. Quase todos os assentados lembraram de momentos em que algum de seus familiares abatia um frango e ensinava aos mais novos a técnica de abate. Talvez isso seja um sinal do por que isso parece mais normal a eles, ligando-se a teoria da aprendizagem social (BANDURA, 1977) e do saber ambiental (LEFF, 2002), em

que um indivíduo aprende um comportamento por meio da observação do comportamento de outros indivíduos.

Figura 17 – Boi no lote do Assentamento Santa Helena, São Carlos



Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.

Para Bandura (1977), são as influências estruturais de nossas percepções do ambiente que explicam nosso comportamento frente à natureza e a outros seres. Assim, são nas interações sociais que nos estabelecemos como indivíduos com a natureza e que a aprendizagem social e o saber ambiental se fazem presentes, no entendimento do conjunto de regras e normas que regulam nossas práticas e relações.

Embora essas ideias fossem focadas na compreensão da aprendizagem do indivíduo, ao se analisar as interações sociais desse indivíduo, o que se via era um contexto sociocultural, com mais indivíduos. Desse modo, essa ideia ganhou força nos estudos das formas coletivas de aprendizagem, a aprendizagem social de diversos indivíduos, reflete no coletivo (ELKJAER, 2003).

Além da presença desses animais para criação, que acabam criando laços e mudando a forma de ver o animal, há/houve no Assentamento outras espécies, espécies que foram trazidas pelos próprios assentados, pois em algum momento de suas vidas eles já tinham criado e trabalhado com elas, desse modo, resolveram resgatar um pouco disso;

“Ah, é uma distração os bichinhos, a gente gosta também né. Gosta de criar. Tinha demais aqui, tinha ganso, teve época que teve 250 patos, tinha galinha da angola. Ai foi acabando, dá muito trabalho, muito serviço (Assentado, 52 anos).”

A alegria de poder criar os animais foi outro ponto que fez com que eles buscassem essas espécies citadas (ganso, pato e galinha da angola), em contrapartida, o aumento das despesas e o próprio crescimento da produção de alimentos (*Capítulo 4 (Plantas)*) do Assentamento, fez com que o tempo para cuidar dessas criações não fosse suficiente. Deste modo, optou-se por não dar continuidade, sobrando hoje alguns indivíduos dessas espécies, mas nada que se caracterize como uma criação.

A relação com os animais é muito forte para os assentados, mesmo os que não veem eles como parte da família, ou como amigos, sabem da importância que eles representam, tanto para a economia, para o social e para o meio ambiente, há respeito para com os animais, mas caso algum ofereça perigo ou prejuízo, os assentados sabem que é preciso tomar alguma providência. Respeito esse que se traduz em sonhos e obrigações, como visto a seguir;

“Eu gosto muito dos animais, se eu tivesse uma renda a mais isso aqui ja ia ter virado zoológico. É que cada um tem um tipo de comida né, e as vacina? É caro, mas é tudo vacinado (Assentada, 68 anos).”

Sonhos de poder ter vários animais no lote, de diferentes espécies, convivendo em forma harmoniosa, e a obrigação de vacinar os que tem ali, garantindo uma vida melhor a eles e entendendo a fragilidade em que eles acabam sendo expostos sem cuidados. São muitos pontos importantes a se levar em consideração ao se ter uma criação ou apenas animais domésticos (familiar e não familiar), é preciso garantir a saúde deles, o bem-estar, para assim viverem mais, fornecer o afeto e caso sejam de produção, oferecer produtos com melhor qualidade.

Desse modo, o que se vê no Assentamento é basicamente isso, animais domésticos familiares (gatos e cachorros – Figura 18) são parte constante da vida dessas pessoas, são tratados como membros da família, como discutido por THOMAS (2010), são animais que estão ali pelo afeto, pelo carinho, pela alegria e para avisos também;

“Gato tem, tem 5, deu cria. Gosto mais do cachorro. Toda propriedade tem um cachorro, aí já vem latindo, anuncia se ta vindo alguém, se tem um bicho (Assentada, 42 anos).”

Figura 18: Cachorro e gato de uma propriedade, convivência em harmonia no Assentamento



Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.

Cada um tem seu gosto pessoal, mas de modo geral os assentados têm muito afeto e prazer em conviver com os animais, no tempo que passei fazendo as entrevistas, a todo momento algum gato ou cachorro aparecia, e sempre era tratado com muito respeito e carinho. A importância desses animais, como visto acima, é também informar sobre perigo ou alguém vindo, ao adentrar um lote, o primeiro barulho era sempre de latidos, o que faz com que o assentado saiba que tem alguém ali. Além de histórias contadas do passado e do presente, onde cachorros e até mesmo gatos ajudaram as pessoas ao ficarem latindo ou em cima de algum animal peçonhento/perigoso, alertando sobre o perigo e colocando a própria vida em risco para proteger as pessoas, esse afeto e carinho aparece nos dois lados. Essa distinção que aparece novamente, será discutida no próximo subcapítulo, trazendo as diferenças na relação entre os domésticos e silvestres.

Tanto os gatos como os cachorros costumam acompanhar os assentados nas tarefas diárias, fazendo até mesmo uma função de trabalho, servindo de companhia para os trabalhos pesados, a presença deles no campo ajuda na saúde, na conversa, como visto anteriormente e na própria disposição e alegria das pessoas, eles são como pessoas ajudando, não na manutenção das plantações ou em trabalhos braçais, mas na simples presença no momento, ao estar junto dando forças e garantindo um trabalho mais feliz;

“Eles são companheiros. Alguns ai, todo lugar que eu vou ele vai comigo, andando. É um companheiro, ta sempre junto. E ele (gato) come chuchu e abóbora (Assentado, 52 anos).”

Além de retratar o que foi discutido, essa fala traz um outro aspecto dessa relação com os animais, ao participar das atividades diárias e até lembrar que o gato come chuchu e abóbora, há uma transformação desse animal em ser humano, reconhecendo essas características humanas no gato, e de modo que eles existam no mesmo local e compartilhem de experiências iguais, fazendo com que tenhamos essa visão do animal como um ser humano, em suas atividades rotineiras e se alimentando como nós, comparamos o animal como humano, bem como as vezes o humano com o animal.

Essa equivalência pode funcionar de ambos os modos. Comparar o animal com o humano não é mais antropomórfico do que comparar o humano com o animal, pois em ambos os casos, essa comparação só se dá pois ambos compartilham um status existencial comum (TANNER, 1979), no caso aqui estudado, o Assentamento Santa Helena. E como Scott (1989, p. 198) diz:

Pode-se observar que uma consequência do tipo de pensamento analógico que eu venho descrevendo seria antropomorfizar animais, mas isso seria assumir a primazia do termo humano. O termo animal reage, talvez, com força igual com o termo humano, de modo que o comportamento animal pode se tornar um modelo para as relações humanas.

Ao se pensar nessa antropomorfização, o animal é visto como um humano, tem suas maneiras, seus gostos e princípios, mas, o humano, ao compreender algumas relações dos animais, também pode aprender com elas, a questão é, há ganhos dos dois lados, a relação ser humano e animal é complexa e subjetiva, compreender como o afeto influencia na vida dos dois se mostra importante na busca pelo todo, as relações humanas passam, conseqüentemente, pelas relações animais, onde há influência de ambos os lados. O afeto influencia na criação e essa se liga ao trabalho, com a ideia de realização, de um futuro, os animais propiciam essa ideia.

5.3. Relação de Perigo e Prejuízo

Nesse item, a temática discutida é a relação do ser humano com os animais baseada no perigo e no prejuízo que alguns animais podem causar, pensando nos peçonhentos e nos que consomem a produção. É importante salientar que o perigo e prejuízo aqui discutidos

são a partir da percepção do ser humano e como esses animais podem causar um incômodo e perda para com os assentados.

Como visto nas relações centrais anteriores, há dentro dos animais domésticos uma oposição, relacionada aos animais familiares e as criações. Já na relação de perigo/prejuízo, a oposição se dá entre os animais domésticos (familiares e criações) e os animais silvestres. Os animais silvestres podem ser não peçonhentos e não perigosos (preá, tatu), ou peçonhentos e perigosos (cobra, escorpião). A análise realizada nesta seção buscará elucidar estes dois tipos, mostrando as tais diferenças e como elas afetam a dinâmica do assentamento, tanto para os seres humanos quanto para os animais de criação.

O primeiro ponto a ser levantado, é a presença de animais silvestres no Assentamento, presença causada pela busca de alimentos e diversidade da agricultura encontrada. No período de monocultura de tomate e cana, não havia tal biodiversidade, pelo fato de serem produções únicas e também pelo alto uso de agrotóxicos. Agora, com a recuperação do solo, da água e plantações diversas sem agrotóxicos, há também a volta de diversas espécies que buscam ali alimento e abrigo, algo natural das relações entre ser humano e ambiente e da natureza como um todo.

As falas a seguir, retratam um pouco essa realidade da presença desses animais nos lotes:

“Pessoal aqui ta tendo problema com preá, que ta atacando a horta do pessoal, aí tem que cercar a horta, colocar uma tela fina. E tem tatu também, planta batata doce e mandioca não sobra, eles comem tudo, coisa de raiz eles comem tudo (Assentada, 42 anos).”

“E aqui dá bastante problema com formiga viu (Assentada, 55 anos).”

“Pesquisador – aqui tem problema com animal na plantação?”

Assentado – É mais preá, mas o gato acostumou a ir na horta, ai cata eles, o que não cata, espanta. Então tem problema com formiga, tatu, preá (Assentada, 57 anos).”

Formiga, preá e tatu são os mais lembrados pelos assentados, não há sentimentos negativos no relato dessas pessoas ao falar sobre tais animais (e insetos), eles sabem que eles precisam se alimentar também, o que eles buscam é conseguir viver em harmonia, garantindo que suas plantações não sejam prejudicadas, mas sem tomar medidas extremas para isso, o que se vê é a proteção da horta com cercas, impedindo a entrada desses animais. E os próprios

animais domésticos, pela presença constante no campo (Figura 19), acabam auxiliando os assentados espantando esses animais. Há um trabalho em conjunto entre eles, os animais domésticos exercem um controle sobre os silvestres, com as funções discutidas anteriormente, tanto da companhia, da segurança e da caça.

Figura 19: Animal doméstico (gato) presente na horta, companhia para o trabalho.



Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.

Além desses animais, um assentado em particular trouxe também a lembrança dos insetos nas plantações. Aqui, como os assentados se ligam a eles e os tratam como animais, a análise partirá de que os insetos se enquadram como animais peçonhentos que podem trazer perigo/prejuízo tanto para os animais, os seres humanos e para a agricultura.

“Pesquisador – Algum animal que da problema?”

Assentado – Preá, tatu, seriema, cobra tem muito, coelhinho do mato e nas hortaliças quando da praga a gente combate com coisa orgânica né (Assentada, 57 anos).”

Essas “pragas” não são impedidas de consumir as plantações construindo uma cerca, é preciso algo mais, e a solução encontrada pelos assentados é utilizar um composto orgânico. O uso do composto não contamina ou prejudica o solo, as plantas e nem a água, e ainda consegue combater esses insetos, de modo que o alimento se mantenha saudável, além de potencializar esses conhecimentos tradicionais.

Esse mesmo assentado, fala sobre a presença de cobras, algo até que comum no Assentamento e diferente dos preás, formigas e tatus, as cobras carregam essa sensação de perigo e despertam medo nas pessoas, desse modo, a relação acaba não sendo tão amigável de apenas espantá-las. Aqui, a convivência pacífica acaba, esses animais não carregam a carga de sentimentos e afeições vista anteriormente.

“Duas pessoas já foram picadas por cobras, e animal também. Perdemos muita criação por picada de cobra (Assentado, 52 anos).”

Aparece rato, preá, cobra, lobo, ja chegou a aparecer uma onça ali perto, tamanduá, tatu, veado do mato. Mas nem pensa em mata, só as cobras, não perdo não. Cobra e escorpião eu mato. Já perdi um cachorro e um garrote por picada de cobra. É um animal peçonhento, é a defesa dela né, não tem o que fazer. Se o bicho for perigoso eu mato (Assentado, 70 anos).”

Pelo fato das cobras e escorpiões serem peçonhentas e perigosas e prejudicarem o trabalho, expondo pessoas e animais ao risco de picada, e com isso alterando a dinâmica do campo e as relações com os recursos, os assentados não consideram prudente deixar elas escaparem, mesmo sabendo que é algo natural do animal. Não há maldade nessa decisão, há um senso de proteção para com seus bens, algo que faz parte de como fomos socialmente criados, garantindo a proteção aos semelhantes ou aos que tenham a afeição, e também, até pelo histórico do local onde já houve perda de animais de criação e até pessoas picadas. Um dos assentados, lembrando das histórias do passado, contou que quando estava trabalhando no campo foi picado por uma cobra e teve que utilizar conhecimentos tradicionais sobre ervas medicinais para retirar o veneno e diminuir o inchaço, o que demonstra a importância desse tipo de conhecimento. Outro assentado relembra a história de quando um parceiro do assentamento foi picado, da correria que foi, e das picadas que os animais de criação sofrem e que por isso ele mata as cobras. Esse mesmo assentado já participou de um curso sobre cobras, de como lidar com elas e de maneiras de prevenção de ofídios.

“Ah a gente já passou por várias situações, teve uma vez que um amigo foi picado, ai foi correria pra levar pra hospital pra cuidar, mas deu tudo certo Animal também, sempre acaba sendo picado, ai se não vê na hora já era, é tarde demais depois, ai por isso eu mato, é melhor não arriscar né, mesmo sabendo que é algo natural, mas fazer o que (Assentado, 78 anos).

Ao falar das cobras, grande parte dos assentados visitou seu passado para lembrar de situações que passaram;

“Ah tem muita cobra aqui, teve uma época que [eu] tava quebrando o milho aqui, ai uma cascavel tava mordendo minha bota, tomei um susto, mas nunca tomei picada. E não gosto de matar, por que eu trabalhei na Itaipu e trabalhei no zoológico do meio ambiente, ai eu cuidei de vários bixos, ai eu não gosto de matar não (Assentado, 52 anos).”

A história de vida do entrevistado, com o trabalho relacionado ao meio ambiente cuidando dos animais, fez com que esse ele criasse uma outra visão sobre os animais, mesmo os peçonhentos, ele não os mata, acha importante deixar eles irem embora e seguirem suas vidas, ou seja, mesmo nessas situações há contrapontos entre as decisões tomadas, isso torna essa relação complexa e distante de soluções simplistas. As experiências que passamos ao decorrer de nossas vidas, guiam as decisões que tomamos no futuro.

Por fim, ao se discutir o perigo que esses animais causam, um ponto interessante é como eles veem essa questão dos domésticos com os peçonhentos, ou seja, na visão deles, ao buscar proteger seus animais, que fazem parte da família, desses outros animais, que não são bem vindos, há uma troca de favores, os animais da família, cumprindo com a função deles, avisam sobre esses possíveis perigos;

“Tive que matar uma cascavel já, mas só vi por que o cachorro latiu, aí ficou olhando. Se não tem o cachorro pra avisar tinha entrado pra dentro. Já entrou coral dentro de casa, passando pelo pé. Já teve escorpião debaixo da cama (Assentada, 57 anos).”

“Da até medo só de ouvir falar de ser picado. É muito perigoso. As galinhas ficam soltas aqui, mas elas têm medo. Se é pequena a cobra elas catam, se é grande elas ficam rodeando e avisa (Assentada, 55 anos).”

Cachorros, gatos e até mesmo as galinhas auxiliam nessa percepção do perigo sobre os animais peçonhentos, a dinâmica da vida no campo é composta por todos esses elementos discutidos até aqui, a melhoria do local faz com que mais espécies apareçam, entre eles os perigosos. O afeto e carinho com os animais domésticos faz com que se crie uma relação de amizade entre ser humano e animal e por fim, essa amizade faz com que surja um senso de proteção entre eles, criando importantes laços e ligações subjetivas, tornando essa ligação mais

do que algo racional, algo que pode ser quantificado em produção ou alimento. Tanner (1979), em sua discussão sobre caçadores e animais, afirma que há uma relação pessoal entre os dois, o caçador paga respeito ao animal, e com isso o animal “se entrega”, assumindo uma posição de igualdade ou inferioridade em relação ao caçador. No contexto aqui estudado, essa relação pessoal existe, há uma relação de igualdade entre os assentados e os animais, os dois sabem da importância de cada um e a busca por um convívio harmônico é o essencial.

5.4. Relação de Uso e Proximidade

Nesse último subtópico, será trabalhada a relação de uso e proximidade com os animais, por apresentarem falas e sentidos parecidos, elas serão analisadas em conjunto. O uso dos animais está ligado com a relação de proximidade, relação essa construída ao longo da vida dos assentados e mostra como eles estiveram próximos aos animais, e como eles auxiliam em suas funções e na dinâmica do trabalho, assim, essa análise separada funciona para uma compreensão melhor do todo.

Essa proximidade está ligada à identidade ao campo, como discutido por Ingold (2002) e Lima e Rosa (2013) no *Capítulo 1*, a construção da identidade, das raízes do indivíduo que exerce grande força nas tomadas de decisões do futuro, e isso é visto nas falas dos assentados, apresentadas a seguir:

“Sempre, desde criança, eu comecei com 9 anos a tira leite de vaca na minha vida. Até hoje. Eu vivia na terra e na cidade, aí quando tava injuriado da cidade ia pra terra, no meio do mato. Na cidade é muita violência, aqui tem bastante coisa pra ocupar a cabeça, tem nem tempo de pensar em coisa ruim. Só pensa em plantar, colher e cuidar dos animais (Assentado, 78 anos).”

“Pra gente é simples, é a terra que a gente gosta, nascemos e fomos criados no meio do mato, trabalhamos sempre no mato. Eu ia no meio do mato trabalhar com os animais. Tinha esse contato desde cedo com a mata, animais e terra (Assentado, 70 anos).”

A infância dessas pessoas foi pautada pela vida do campo, o contato com a terra, com a água, com as plantas e com os animais e isso se reflete aos dias atuais, a vontade de manter este contato é o que move essas pessoas, poder trabalhar com isso é uma alegria para

eles. E por estarem sempre nesse meio, a proximidade e uso com os animais foi sendo construída. E a percepção, de acordo com Gonçalves (2014), se atribui a vida social e a interação com os animais, as visões dos assentados foram sendo elaboradas e passadas as próximas gerações que ali vivem.

Todas essas concepções se ligam às relações de afeto, a proximidade faz com que haja afeto também, em uma outra conversa, um assentado contava dos gatos de sua propriedade, falando o nome deles, seguindo ele nas plantações, a esperteza e alegria e estar ali com eles, a presença desses animais, as brincadeiras que eles fazem (Figura 20 e 21), faz com que o trabalho fique mais agradável.



Figura 20: Gato brincando pela propriedade. Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.



Figura 21: Gato brincando pela propriedade. Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.

Essa presença constante dos animais é o que Ducos (1978) chama de domesticação, que é quando animais vivos são integrados como objetos na organização socioeconômica da comunidade. Essa integração é vista como uma apropriação social da natureza, os seres humanos, como seres sociais, podem possuir, já os animais são adquiridos e nesse processo, as relações vão se moldando e o processo de adquirir se transforma em pertencer.

Esse pertencimento também faz com que as relações de uso sejam vistas de diferentes maneiras, ligadas à história de vida e situações em que ocorra benefícios, como vistos na fala a seguir:

“Eu tinha dois cavalos, um morreu picado de cobra e o outro por falta de comida, pasto acabou, não teve como trazer mais. Ai até agora não deu pra comprar. E o cavalo é por que eu fui criado montado né, em lombo de animal, aí eu gostava mesmo, tinha

essa vontade. Ou as vezes escapa algum bicho aqui, aí pra correr atrás é duro, montado no cavalo é mais fácil, ajuda. Um dia ainda vou comprar um (Assentado, 52 anos).”

Ou seja, ter o cavalo passa por relações de afeto/pertencimento e se liga ao uso, ao usá-lo como meio de locomoção. Essas relações foram construídas ao longo da vida do assentado, ao ser criado no campo, sempre esteve ao lado desses animais, usando-os e se conectando a eles. As diferentes percepções encontradas no local ao se lembrar de momentos da vida com os diferentes animais trazem um grande peso nestas conexões.

Com outro assentado, ao se lembrar quando trabalhou no zoológico e tirava veneno de cobras, ao contar essa história, a fala ficava emotiva e cheias de significações, como alegria, felicidade ao aprender e poder contar suas lembranças, a relação que ele tem com as cobras não é só de perigo, mas de gratidão ao poder trabalhar com elas. Há um sentido diferente ao perigo/prejuízo presente em relação às cobras. Essa significação distinta se deu devido ao trabalho que esse assentado teve, o trabalho exercido naquele momento mudou a percepção e a relação para com esse animal, se distanciando das vistas por parte dos outros assentados.

Por fim, a proximidade com os animais é um fator que agrega tanto aos assentados, quanto aos animais, há uma troca entre os dois, troca que nem sempre envolve algo racional, mas sim ligado às emoções humanas e animais.

“Sempre gostei de animais, sempre tive junto comigo. Gosto bastante de cachorro que quando vou lá pra cima (horta) eles vão tudo atrás, esses gatinhos também, vai tudo atrás no meio do mato. Faz tudo parte da família já, a gente cuida né. Eles querem brincar, comer e dormir (Assentada, 68 anos).”

É assim, com a presença desses animais no trabalho do campo (Figura 22) que essas relações são moldadas e estimuladas, os animais tem a possibilidade de influenciar os seres humanos, entendendo a importância deles nesse meio, mudando nosso modo de olhar para o ambiente e buscando formas de garantir qualidade à esses animais, tanto para os não familiares e alguns silvestres, quanto para os mais próximos da vida cotidiana e do trabalho.

Figura 22: Animal doméstico (gato) participando do trabalho no campo, relações vão sendo moldadas.



Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.

5.5. Reflexões Finais

Como visto no decorrer do capítulo, essas relações se conectam e se intercalam, formando a relação geral em torno dos animais, as citações presentes aqui buscaram esclarecer cada uma delas de modo que, ao final, fosse possível compreender como é a dinâmica com esse recurso, as funções presentes, os pares de oposições e como o trabalho se insere nessas questões. Assim, para fechar o capítulo com as reflexões finais, buscarei elencar alguns pontos importantes discutidos até aqui, de modo a refletir e alcançar o objetivo de compreender essas relações tão dinâmicas e distintas com o recurso animal e como elas foram adquiridas e moldadas.

A relação dos seres humanos com os animais é construída a partir de diversas perspectivas como vistas até aqui, apresentam grandes emoções e o animal como companheiro abrange dimensões como a educação, idade e história de vida, isso se evidencia com as respostas aqui obtidas, como a inclusão dos animais como membros da família e sobre a contribuição destes para a saúde humana, trazendo alegria e felicidade para os humanos.

Ao tratar o animal como um membro da família, há uma mudança nas relações entre eles, considerando que no passado os animais eram ferramentas para produção e proteção. Assim, as relações de afeto vão crescendo e mais do que proteção, esses animais são membros importantes em toda a dinâmica e interações com o ambiente. Necessário também pensar que essas novas relações são características do passado dessas pessoas, onde a presença constante com os animais, sejam eles de uso ou domésticos, esteve sempre ligado à alimentos e fruição.

Ao pensarmos no afeto, liga-se a questão da domesticação, esses animais foram domesticados para servir aos propósitos humanos, pensando no passado como se fossemos superiores, hoje, ligado às novas relações e dinâmicas da cidade e do campo, esses animais têm tanto direitos quanto nós. O mundo natural dos animais passa a necessitar de cuidados especiais e apreço por parte dos humanos, e isso se dá nessas relações de proximidade, uso e afeto, onde passa-se a enxergá-los como parte da família, comendo a mesma comida (Figura 23), vivendo no mesmo espaço, dormindo no mesmo cômodo e participando das atividades diárias.

Figura 23 – Gata comendo restos do almoço enquanto amamenta seus filhotes, Assentamento Santa Helena, São Carlos.



Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria, 2018.

De todo modo, a domesticação (que ocasiona as relações aqui apresentadas), a intervenção na natureza, apresenta dois lados, um é a transcendência da humanidade sobre o mundo natural, ao buscar a produção, os seres buscam o domínio sobre a natureza, modificando a superfície terrestre. Assim, "quanto mais os homens são afastados de animais, . . . mais seu efeito na natureza assume o caráter de ação premeditada e planejada direcionada a fins pré-concebidos definitivos "(ENGELS, 1934, p. 178). Nesse pensamento, a própria natureza passa a ser matéria prima para o desenvolvimento humano, criando uma natureza “natural” e a natureza transformada, assim, o campo, o arado e o boi, mesmo pertencendo ao mundo físico e natural, acabam fazendo parte desses projetos, buscando satisfazer a necessidade dos seres humanos. O outro lado é a humanidade em igualdade com o mundo natural, como é muito visto

na fala dos assentados. Nessa situação, por mais que haja transformação da natureza, os animais, assim como as plantas e outros recursos não são vistos como meros objetos que visam o desenvolvimento, mas sim, como seres importantes na vida de toda comunidade, os recursos são trabalhados de maneira subjetiva, não focando apenas em seu uso. Desse modo, o desenvolvimento é de todos, de maneira mais justa possível. Essa quase amizade com o animal é um processo de subjetivação do próprio, trazendo essas novas características para as relações sociais entre eles, indo ao oposto da objetivação deles, onde se leva em conta apenas aspectos produtivos.

Isso afeta também os animais de criação, por mais que eles estejam nas propriedades como forma de garantir uma melhor alimentação e venda ou troca de excedentes, seu modo de criação é focado em qualidade, não quantidade. No Assentamento não há grandes criações, as poucas que têm são de bovinos, suínos e frangos, esse menor número se dá, pois, os próprios assentados não conseguem dar conta de muitos animais e pelo próprio tamanho do lote, bem como mercados para realizar a venda. Além de que a alimentação desses animais é feita com restos da horta e outras plantações, sendo também uma alimentação saudável. O importante aqui visto é que esses animais comam bem, vivam bem, para que no futuro, ao serem abatidos e consumidos, tenha boa qualidade. Grande parte desse modo de produção era o que esses assentados passaram em suas infâncias, ao conviverem com suas famílias e animais de criação, é um reflexo do passado.

Por fim, a última relação visto é relacionada aos animais selvagens, que oferecem perigo e/ou prejuízo ao assentado, suas plantações e outros animais. Nos resultados obtidos, o que se viu é que o maior problema é relacionado ao perigo, que vem das cobras e escorpiões, pois coloca em risco a saúde e vida dos moradores e dos animais que eles possuem. Essa relação com esses animais também é distinta, alguns optam por matá-los, visando a segurança e outros, devido a experiências passadas, optam por apenas espanta-los, ou seja, há um dinamismo, que foi observado até aqui em diversos aspectos, se mostra mais uma vez presente, moldado a partir da história e experiências vividas de cada um.

Aos animais silvestres que oferecem prejuízo, mas não perigo, como os preás, coelhos do mato entre outros, que acabam comendo parte das plantações, é algo que os assentados encaram como natural, faz parte da vida desses animais se alimentar. E a recuperação da área, agora com diversidade e solo de qualidade, faz com que esses animais voltem, para eles, não é necessário mata-los, apenas fazendo algumas proteções nas plantações já serve como barreira, além da presença dos domésticos, que espantam esses animais, de todo

modo, há novamente o auxílio entre humanos e animais, um dos pontos centrais aqui compreendidos.

E como a análise de dados se baseia nos pares de oposição de Lévi Strauss, há alguns muito importantes para se compreender o que foi trabalhado no capítulo, o Quadro 8 a seguir traz essas relações:

Quadro 8 – Pares de oposição do Capítulo Animais.

Pares de Oposição	
Animais Domésticos	Animais Silvestres/Perigosos
Criação (Familiar)	Criação (Não Familiar)

Fonte: Elaboração própria

O que se viu aqui é essa distinção na forma de classificar os animais, os domésticos, que fazem parte da vida dos assentados, passando pelas relações de fruição e amizade, a subjetivação desses animais, que também oferecem funções para a dinâmica do campo, como avisar sobre perigos, caçar e fazer companhia para o trabalho. Sensações de amizade que também englobam outros animais, mesmo os que são mais focados para a produção, podem exercer essa capacidade de amizade. A relação com os animais é complexa, cada assentado tem sua visão acerca de determinado animal, de como lidar com os perigos, de como cuidar, de como “domesticar”, de modo que os pares de oposição aqui vistos funcionem como uma forma de classificar essas relações, mas tendo em mente a complexidade e subjetividade das relações presentes. Novamente, o trabalho exerce hierarquia nessas relações, é a partir dele que as relações com os animais são construídas, se algum animal prejudica ou auxilia no trabalho, há distintas tomadas de decisões, buscando otimizar a atividade no campo e garantir a segurança a todos. Os animais fazem parte dessa conquista da terra, eles estiveram presentes na vida dessas pessoas desde sempre, nos momentos bons e nos difíceis, dividir a atenção com eles, cuidar deles, zelar por eles é uma forma dessas pessoas retribuírem o carinho e companheirismo recebido.

A fala a seguir de Dal Farra (2003, p.5) traz essa visão complexa acerca dos animais, e ao final, corrobora com a análise de dados aqui feita, trazendo os pares de oposição presentes nessa relação:

Os animais se inserem em nossas vidas de forma complexa, pois alguns são criados com o máximo de zelo, como se fossem membros da família, outros são apenas tolerados diante da sua importância para o ecossistema, assim como há aqueles animais que exterminamos por serem fruto do desequilíbrio que criamos ao

transformar o cenário urbano com nossas construções e devastações, e ainda temos aqueles que desenvolvemos exclusivamente para nossos fins, e que são destinados para o abastecimento da nossa população. Em meio às diferentes possibilidades de inserção dos animais em nossas vidas, fazemos as nossas escolhas: defendemos o cuidado dos animais que são importantes para nós, olhamos para alguns com maior interesse do que para outros e, fundamentalmente, absorvemos as representações cuja ressonância com nossos valores proporcionam maior engajamento com os discursos que circulam no tecido cultural, inclusive a necessidade que temos em utilizar produtos de origem animal para nossa alimentação. Diante da profusão de significados e representações de animal veiculados nos discursos aos quais estamos submetidos, escolhemos aquilo que mais nos faz sentido, aquilo que tem ressonância em nossos valores e na nossa história, incluindo as narrativas que ouvimos desde criança a respeito dos animais, assim como as atividades escolares, e as representações locais/regionais de onde crescemos e de onde estamos. Muitas vezes, os atributos que conferimos aos animais deslizam entre o dócil e o perigoso, entre o que deve ser cuidado e o que deve ser eliminado, colocando o ser humano em posições distintas deste embate, conforme a espécie e o significado atribuído a ela no contexto cultural em questão.

CAPÍTULO 6 - Interações entre os Recursos e suas Relações

Este capítulo analisa as inter-relações entre os recursos ambientais estudados neste trabalho. Como demonstra Lévi-Strauss (1970), comparar dados diferentes, diferentes percepções e ligações, apesar de apresentarem dificuldades inerentes, podem auxiliar ao revelar trajetórias e visões peculiares à alguns grupos sociais, e até mesmo revelar princípios universais que servem de base para compreender as relações entre esses grupos sociais e os recursos ambientais.

Assim, utilizando pares de oposição e as diferentes relações descritas e analisadas nos capítulos anteriores, o objetivo deste capítulo é compreender como os quatro recursos ambientais (terra, água, plantas e animais) se intercalam e se conectam, compondo um quadro geral, que ao longo da dissertação manteve-se separado. Ao longo das análises das falas dos assentados é possível compreender a hierarquização entre os recursos e como o trabalho se insere neste quadro, pontos que foram vislumbrados ao longo dos capítulos anteriores e agora serão melhor discutidos.

6.1. Relações Centrais e Pares de Oposição dos Recursos Ambientais Terra, Água, Plantas e Animais

Ao se trabalhar com recursos ambientais, já está presente a característica de inter-relação entre eles. A opção por separar os recursos em capítulos foi para estudar suas especificidades, mas a realidade socioambiental da população estudada demonstra que os recursos se relacionam e se interinfluenciam em diversos momentos e de formas diferentes. As informações qualitativas reunidas neste capítulo buscam trazer uma interpretação integradora da relação dos assentados com os recursos ambientais terra, água, plantas e animais.

Nos capítulos anteriores foram apresentadas as relações centrais sobre os recursos ambientais estudados neste trabalho, a partir das falas dos assentados. Ao se pensar em um contexto mais geral, tais falas traziam a presença de mais de um recurso ambiental, ou seja, há uma imbricação entre os recursos ambientais. Quando analisamos a relação de fruição com um recurso, o assentado fala da terra, da alegria em poder conseguir a terra, mas nisto está implícito a importância da água, das plantas e dos animais. Os recursos ambientais estudados são vistos como complementares e constituem relações dinâmicas com os assentados em

diferentes composições dos recursos. Estas relações dinâmicas são perpassadas pela identidade dos assentados e motivam ações e transformações do território.

A compreensão destas interações se mostra como um ponto a mais para se levar em conta ao se buscar melhorias no local, ao se pensar em projetos de desenvolvimento, em novos cultivos e produção animal. É necessário que essas interações estejam bem entendidas e tematizadas.

Há alguns pontos centrais vistos, como o trabalho, a família, a esperança e a liberdade gerada pela conquista da terra e da produção que são construções culturais que norteiam a obtenção dos recursos ambientais. Como bem propõe Woortmann (1986), a cultura é o universo das representações de um determinado grupo, é nela que se vocaliza as relações e suas interpretações acerca de determinado recurso. Estas inter-relações entre os recursos ambientais como criações da cultura, podem ser entendidas como um sistema em que diferentes núcleos de representações e os recursos ambientais estão se comunicando uns com os outros, formando uma rede de significações. Essas diferentes representações ao se articularem em conjunto, permitem uma interpretação da realidade local.

Como visto na dissertação, há pontos em comum nos aspectos culturais do rural, como a terra, o trabalho e a família, em que, neste meio, um não existe sem o outro, os aspectos estudados estão atrelados uns aos outros. Nas culturas, na história de vida e na construção da identidade dos assentados, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Ao mesmo tempo em que essas categorias, assim como os recursos, se vinculam a valores construídos e históricos e a princípios organizacionais, como é visto no recurso ambiental terra em sua relação com o trabalho (WOORTMANN, K. 1990).

Outro aspecto dos assentamentos (e dos assentados), é que hoje eles fazem parte de um sistema de Assentados por Reforma Agrária, com vínculos sociais e econômicos com diferentes instituições (vide *Capítulos 1 e 2*), em que há processos ativos de criação de identidade, mas também de preconceito social. O Estado, por exemplo, via INCRA vincula o uso da terra do Assentamento Santa Helena aos termos do PDS. Na relação dos assentados com o Estado, é preciso entender as tensões e confrontos entre os movimentos sociais (Sem Terra e depois assentados) e o Estado para que a formulação de mudanças na estrutura das políticas de Reforma Agrária vise, de fato, a resolução da concentração fundiária no país (LEITE, 2004).

Nas discussões até aqui levantadas, os pares de oposição apareceram como uma forma de análise essencial dos dados, facilitando a separação por recursos e suas análises de

forma singular. Desse modo, o Quadro 9 abaixo, apresenta todos os pares até aqui discutidos, pares esses que surgiram a partir das falas contidas nas relações centrais, como a fruição, identidade e uso, buscando neste momento, retomar um pouco do que foi discutido nos capítulos anteriores, mas levando em consideração as inter-relações que estão presentes nas análises dos recursos, a ligação entre cada um deles e a complexidade desses pontos. Os discursos vistos até aqui foram separados, agora essa junção das partes, faz com que seja possível a visualização do todo, compreendendo melhor as relações envolvidas, a cultura, a identidade e o trabalho na presença dos recursos.

Quadro 9: Pares de Oposição presentes na Dissertação.

Recurso	Pares de Oposição		Referências
TERRA	Concessionário	Sem Terra	54
	Trabalhador	Desempregado	54-55
	Ascensão Social	Estagnação Social	55
	Campo	Cidade	55; 64
ÁGUA	Acesso a água	Não Acesso	76; 85
	Alta Produção	Baixa produção	89
	Saúde	Doente	80 – 81
PLANTAS	Lucro	Prejuízo	103; 109
	Policultura	Monocultura	99
	Minifúndio	Latifúndio	99; 105
	Produção Orgânica	Produção Convencional	64;70;107;112
ANIMAIS	Domésticos	Silvestre-Perigosos	130; 132
	Criação (Familiar)	Criação (Não familiar)	121 – 122; 125

6.2. Hierarquização do Trabalho na Relação com os Recursos

Ao longo das discussões apresentadas nos capítulos anteriores, a separação de cada recurso foi feita pela densidade de informações, de modo a realizar essa análise geral feita aqui neste capítulo, separando, para recompor. As relações centrais de cada capítulo também trouxeram uma gama muito densa de informações e análises, cada recurso apresentava suas particularidades e percepções a partir da vivência e identidade dos assentados.

O que ficou implícito ao longo da discussão, é que há uma hierarquização desses recursos, ou seja, cada recurso é importante e essencial por si só, mas ao fazer essa análise em conjunto, notou-se que há certa prioridade entre eles. A conquista de um, seu manejo adequado e uso acaba sendo priorizado para, no momento seguinte, a partir da conquista do recurso

O trabalho é o que se estrutura como elemento principal de toda a discussão, ele é a chave de análise para entender as relações com os recursos, como visto acima, é a partir do trabalho que eles puderam se apropriar do recurso, e no passado, o trabalho também estava presente nas dinâmicas da vida do campo, é um elemento essencial.

Desse modo, a ligação entre os recursos terra, água, plantas e animais é feita pelo trabalho, e a partir dele, os outros recursos vão se ligando a partir de determinadas relações. Como visto ao longo da dissertação, todos esses pontos estão conectados, a luta pela terra se dá para conseguir trabalho, para ser proprietário, e a partir disso, buscar a água para produzir, buscar o lucro para garantir o futuro e alimentos para família e animais. A figura acima traz esse destaque, da complexidade vista na dissertação, nas diferentes relações elencadas a partir das falas dos assentados, da identidade e da vivência de cada um, toda a organização deles, como seres sociais, parte dessas ligações, a subjetividade de suas necessidades é pautada nas relações encontradas, ouvir e entender isso é essencial na tomada de decisões para o futuro de cada um. De modo a clarificar essas ligações, o próximo subtópico tratará sobre os conjuntos de ligações dos recursos a partir dos pares de oposição.

6.3. Conjunto com os recursos ambientais e pares de oposição

Como visto no subtópico acima, o trabalho apresenta a característica de priorizar temporalmente os recursos ambientais, de modo que é a partir dele, que as subseqüentes relações se desenvolvem. Mas como dito ao longo da dissertação, há também a relação entre os recursos ambientais. Ao longo das falas dos assentados, essas ligações foram aparecendo, ao falar da produção, aparecia a importância da água, de uma terra de qualidade e dos animais, desse modo, este subcapítulo vai trabalhar de forma a trazer esses conjuntos de relações, dando um passo a mais do que foi explorado até o momento, recompondo as informações encontradas e fazendo as ligações entre todas, a partir dos pares de oposições vistos acima.

As figuras 25 e 26 abaixo trazem os dois primeiros conjuntos vistos:

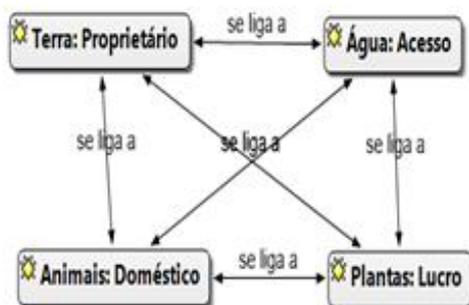


Figura 25: conjunto de relação 1

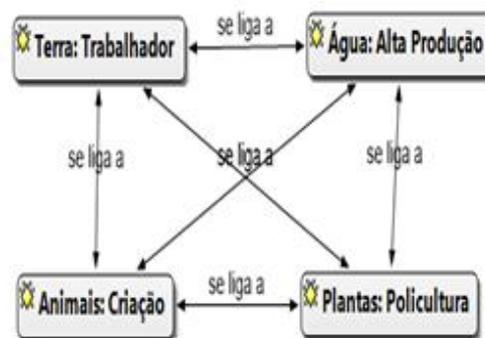


Figura 26: Conjunto de relação 2

Vê-se então, com a figura 25 como a partir de um recurso, ocorre a ligação para com os outros, ligação que agrega sentidos correspondentes a esta cadeia lógica, vinculada à produção e à subsistência. Ao conseguir a terra, o assentado se vê como um proprietário dessa terra, podendo então realizar suas aspirações e vontades, vontades que passam a se tornar realidade a partir do acesso a água, a garantia desse outro recurso, tão essencial quanto à terra também é necessário para o futuro. Sendo proprietário e tendo acesso a água, o assentado começa sua produção de hortaliças, pensando na subsistência, mas também participando de políticas públicas, vendas em feiras e outros pontos, isso porque, o lucro está atrelado a essa produção, o lucro advém desses dois recursos e de suas ligações. E a partir dessa produção e do lucro, os assentados buscam também os animais domésticos, que auxiliam na produção e na alegria pessoal, ou seja, ocorre essa integração entre os elementos desse conjunto, cada relação com o recurso é importante para a outra, uma precisa existir para a outra ocorrer, a complexidade dessas ligações é que torna o Assentamento e os assentados tão únicos.

Na figura 26, o recurso terra traz como ligação a relação de trabalhador, ao conseguir se fixar no Assentamento, o assentado se enxerga como trabalhador, podendo então produzir seus alimentos, e para que isso ocorra, é necessário também a água, que nesse conjunto traz a relação de alta produção, ou seja, ao obter a água, o assentado a utiliza para conseguir uma alta produção de alimentos, a qualidade e quantidade de água são também essenciais nessa relação. Essa alta produção está ligada à relação de policultura com as plantas, a grande diversidade vista no Assentamento está relacionada a tudo isso, ao se trabalhar na terra, ao se ter água é possível produzir mais, e por terem esse saber ambiental, gostos pessoais e seguirem

as diretrizes do PDS, essa diversidade é encontrada no local. A presença dos animais de criação perpassa por esses outros recursos também, é na lembrança do passado da vida de cada um, no trabalhar a terra, na alta produção e diversidade que os animais de criação aparecem, o trabalho na terra sempre teve a presença desses animais, a necessidade de alimentos e água para sobrevivência deles também está ligada, novamente, a importância e complexidade dessas relações e ligações se faz presente.

As próximas duas figuras mostram mais dois conjuntos de relações.

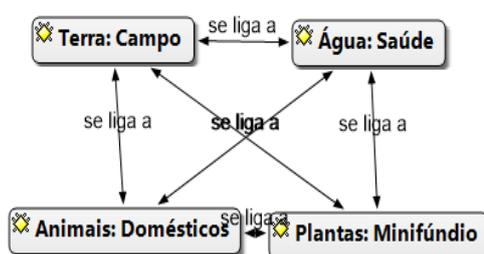


Figura 27: Conjunto de relação 3

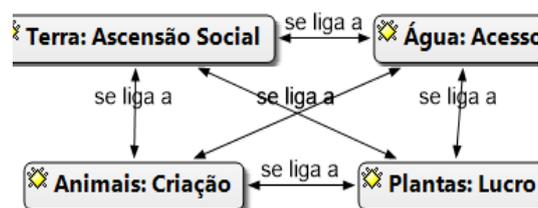


Figura 28: Conjunto de relação 4

Na figura 27, o recurso terra está relacionado com o campo, nesse conjunto, ao conseguir a terra, o assentado consegue reconstituir e recomeçar uma vida no campo, como ocorrido na infância e em outros momentos de sua vida. Ter a terra, então, é rememorar o passado, retomar essa alegria e inspiração, e conseqüentemente, a saúde. Saúde que se vincula ao recurso água, ao viver no campo e conseguir a água, o assentado se vê com saúde, sendo ela familiar, na produção (regar os alimentos) e para os animais, a relação de saúde com a água flui por todos esses recursos. Já com relação as plantas, o que se vê é essa questão do minifúndio, pois como o Assentamento se caracteriza por uma agricultura familiar, o espaço para produção é reduzido, mas isso para eles é algo normal, em suas vidas buscaram um pequeno lote para poder produzir e garantir a saúde, ter esse minifúndio então se liga a vida no campo, a saúde das águas e aos animais domésticos, exatamente por ter esse espaço reduzido. Os animais ali presentes são como companheiros, seres que auxiliam nos trabalhos do campo e trazem alegria, diversão e companheirismo em outros momentos, cada um desses recursos se liga um ao outro exercendo diversos aspectos das relações dos assentados para com eles.

Já na figura 28, o recurso terra se relaciona com ascensão social, ao se obter o recurso terra, o assentado consegue um local para produzir, agora ele se enxerga como quem tem um local para garantir sua subsistência e para sua família, ascendendo socialmente. Essa

ascensão está vinculada também ao acesso a água, é a partir desse outro recurso e essa ligação que o assentado vai conseguir produzir alimentos de qualidade, alguns poucos animais para criação e ascender socialmente. Vê-se aqui já todas essas ligações do conjunto, o lucro possibilita garantir futuro para os familiares e para o local, aumentando a produção, conseguindo cuidar melhor dos animais e a ascensão de cada assentado. Tanto esse, quanto os conjuntos anteriores elencados e discutidos mostram toda a complexidade e a subjetividade presente no Assentamento, bem como a importância de cada um desses recursos, recursos que ao se integrarem elencam toda essa gama de informações e detalhes das relações, destacando ainda mais a importância de se estudar essas questões e compreendê-las de modo geral.

6.4. Reflexões Finais

O atual capítulo buscou trazer as considerações de como os quatro recursos ambientais (terra, água, plantas e animais) se intercalam e se conectam, como ao longo dos capítulos anteriores cada recurso foi trabalhado de forma única, esse último trouxe os pares de oposições bem como as relações de todos os recursos. Entender cada recurso é muito importante ao se buscar compreender as percepções dos assentados, porém, é ao olhar os quatro, de forma integrada e entender como o trabalho atua nessas relações, que se consegue uma visão mais ampla das percepções, como cada recurso está conectado um com outro, na falta de um, o outro se compromete. Em toda essa teia de relações, o trabalho atua como aglutinador com e entre os recursos ambientais. Esta compreensão é essencial nas análises subjetivas e também nos processos de tomada de decisões a partir das lógicas sociais existentes no assentamento. Assim, o entendimento acerca das relações com os recursos ambientais é necessário quando existir o planejamento e gestão destes recursos (da terra, da água, de plantações, animais), bem como o manejo de todo o local, das políticas públicas e outras questões sobre o uso e conservação ambiental do território.

Essas conexões perpassam as histórias de vida de cada um dos assentados entrevistados. Dar voz, respeitar conhecimentos é uma forma de se compreender a dinâmica das relações socioambientais no assentamento. É o encontro entre a vida e o conhecimento, entre as identidades e saberes, entre a busca pela terra, pela água, por plantas e animais. É o vivido vinculado à todas as percepções estudadas.

CONCLUSÃO

A percepção dos assentados com relação aos recursos ambientais é algo complexo, a história de vida de cada um, as vivências únicas e singulares e as teias de conexões de cada um, moldou e molda esta relação. O saber ambiental, bem como a identidade dessas pessoas são características inerentes a cada ser, desse modo, o Assentamento é um local em que tudo isso se conecta, o coletivo ganha força em busca de um bem comum, a terra para produzir.

A presente dissertação, ao investigar esses pontos, buscou então descrever e analisar as relações entre os assentados do Assentamento Santa Helena, em São Carlos/SP, e os recursos ambientais terra, água, plantas e animais. Objetivo este que foi alcançado, ao estudar cada relação com os recursos ambientais selecionados, e ao fim, dialogar sobre as conexões entre eles, como cada um está ligado ao outro e como é importante compreender essas conexões, visando a melhoria do local, a tomada de decisões e a subjetividade dos seres.

Como os objetivos foram alcançados, a metodologia também foi eficiente, ela contribuiu para abordar temas centrais das relações entre os assentados e os recursos ambientais por meio de dados empíricos que comprovam uma percepção muitas vezes pautadas nas lógicas de mercado, em função dos lucros e prejuízos das famílias, lógica essa atrelada ao nosso modelo de consumo e produção, os assentados tem uma visão mais sustentável e subjetiva, mas compreendem que é necessário lucrar, pois só assim vão conseguir garantir um futuro para a família, bem como o crescimento e divulgação do Assentamento.

O Assentamento Santa Helena se caracteriza por ser um PDS, um Assentamento criado com o intuito de preservação ambiental e recuperação da área - antes monocultura de cana - com bases na agroecologia e na diversificação de espécies, nesse local a percepção ambiental é fruto da reconstrução de um modo de vida na terra, mas não qualquer terra, pois é um determinado Assentamento PDS. Vê-se que no papel este modelo de Assentamento é diferenciado e com muito potencial, porém, ao longo da revisão bibliográfica e das próprias falas dos assentados, a realidade é outra, falta apoio por parte dos órgãos públicos para garantir as mínimas condições para o instalamento e subsistência nesses locais destinados à Reforma Agrária. As famílias lutam muito para conseguir a terra, vivendo em condições precárias, e ao conseguir, são colocadas no local, mas com poucas condições de tirarem seu sustento, sendo os primeiros anos do Assentamento, como relatado pelos assentados, um período complicado. A terra não estava com boa qualidade, a captação de água era precária, a diversidade e quantidade de hortaliças era mínima, e os animais eram alguns domésticos e poucos para criação, apenas

para subsistência. Então, uma crítica constante e que precisa ser reforçada é com relação a atuação desses órgãos, nos procedimentos iniciais, na presença de técnicos especializados que possam auxiliar nessa mudança, na recomposição do solo para plantio orgânico e na ampliação e divulgação de técnicas de cultivo e manejo.

Os assentados têm um longo histórico de produção no campo, o conhecimento tradicional é muito presente ali e deve ser respeitado e levado em consideração nas tomadas de decisões, nas conversas com técnicos e especialistas, esse saber inerente a cada um, a cultura popular é um ponto que deve ser mais estudado e compreendido. A ligação com as universidades (USP e UFSCar), bem como ONG's da cidade e da região, são também parcerias que buscam dar esse suporte ao Assentamento, eles acabam por desenvolver projetos de economia e armazenamento de água, tratamento de esgoto, fossas sépticas, entre outras coisas. Essas parcerias são essenciais na manutenção do Assentamento, bem como nessa troca de saberes entre a academia e o popular, uma troca enriquecedora para ambos os lados.

Nesse local, onde as relações aparecem, o trabalho age como um ponto inicial, é na busca pelo trabalho que os assentados buscaram a terra, ter a oportunidade de trabalhar com o que gostam, com o que sempre tiveram contato, é o que move essas pessoas, é na busca pelo trabalho que as teias de relações e conexões vão aparecendo e se ligando. Retomar um modo de vida da infância, produzir alimentos saudáveis, ter água para consumir, para plantar e cuidar dos animais são pontos essenciais na vida dessas pessoas, é o que eles querem para suas vidas, garantindo um futuro para seus descendentes, uma herança.

A percepção dos recursos ambientais está organizada e responde a prioridades estabelecidas pela junção dos recursos seguindo uma ótica ligada à esfera produtiva sem, contudo, ser uma ótica produtivista – de produção acima de qualquer outro valor social. A produção aqui é mediada por critérios ambientais, baseada em preceitos de produção orgânica e alinhada com a vocação estabelecida exogenamente no PDS. Um exemplo disto, é o orgulho por produzir alimentos vistos como saudáveis e, desta forma, contribuir socialmente para a saúde da população. Isto demonstra uma sensibilidade ambiental que reconhece os agroquímicos como elementos que comprometem o ambiente e a saúde humana.

Sendo o assentamento o resultado da luta pelo acesso à terra, os recursos ambientais são valorizados. Houve a recomposição de árvores e também o aumento da biodiversidade, favorecida com a policultura. Ainda há espaço para melhora nesta relação com os recursos ambientais, pensando no aspecto de sensibilidade ambiental, mas observa-se no

assentamento a abertura e a intenção de aprender e melhorar em todos os aspectos, incluso o ambiental.

É por meio dos assentamentos que essa população que já vivia no meio rural conseguiu, por meio da redistribuição fundiária, o acesso à terra. Mesmo assim a concentração fundiária a nível regional não muda, dado o baixo volume de assentamentos em área e número de famílias assentadas. Deste modo, não se pode considerar a política de assentamentos rurais como um profundo processo positivo de reforma agrária. Porém, ao se olhar localmente, essas alterações são mais visíveis e significativas. Ao retomar as experiências da luta pela terra por parte dos assentados, olhar esses locais como referências para políticas públicas, entender o porquê e de quem é a responsabilidade por garantir infraestrutura adequada, pode-se fazer com que os assentamentos se tornem pontos de partida de ações, dando voz às pessoas, em busca de um futuro com qualidade de vida.

A presente dissertação possibilitou uma grande reflexão por parte do pesquisador, compreender os aspectos da vida dessas pessoas, a força do coletivo, a identidade e saber de cada um, bem como as críticas aos modos de desenvolvimento, a política de Reforma Agrária e ao PDS como “salvação” dessa política. Todos esses pontos enriqueceram a discussão e mostram que, para se compreender a realidade de um Assentamento e a trajetória das pessoas, é necessário esse estudo mais subjetivo, das percepções e relações dos seres. Desse modo, como perspectivas futuras deste trabalho, ficam alguns apontamentos, como: Fazer uma comparação dessas relações com outro PDS, como foi o início desse outro Assentamento? As trajetórias e dinâmicas são parecidas? As críticas também são vistas? Como age o INCRA e outros órgãos nesses outros locais? Qual a visão deles para com essa questão do PDS e da sustentabilidade? Há então, várias perguntas a serem feitas e muitos pontos a serem abordados em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. P. **A extinção do arco-íris: ecologia e história**. Campinas: Papirus, 1988. 62p.
- ALTIERI, M. A. **Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas**. Porto Alegre: EMATER – RS, 2002, 60 p.
- ALVES FILHO, J. P. A. **Dinâmicas dos modos de vida e saúde ambiental no campo: os projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no Estado de São Paulo**. 2012. 243 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ASSIS, R. L. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na Agroecologia. **Revista de Economia Aplicada**, nº10 (1): p. 75-89, jan-mar, 2006.
- BANDURA, A. **Social learning theory**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977. 247 p.
- BARONE, L.; A. FERRANTE, V.; L.; S. Assentamento Rurais em São Paulo: Estratégias e Mediações para o Desenvolvimento. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 755-785, 2012.
- BAUMAN, Z. **Identidade: Entrevista a Benedetto Ecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2005, 109 p.
- BONNES, M; SECCHIAROLI, G. **Environmental psychology: a psycho-social introduction**. London: Sage Publications Ltd, 1995. 230 p.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. MDA/INCRA. Brasília, 2005. 40 p.
- _____. **Lei nº 4504**, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em: 28 set. 2017.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 set. 2017.
- _____. **Lei nº 8629**, de 25 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- _____. Ministério da Saúde. **Portaria no 518, de 25 de março de 2004**. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. 2004.
- _____. Ministério das cidades. **Gasto Público em Saneamento Básico – 2014**. Brasília, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Ministério das cidades. 2016.

_____. **Portaria INCRA/P/Nº 477**, 4 de Novembro de 1999. Cria a modalidade de projeto de desenvolvimento sustentável. Disponível em:<
http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1999/portaria_incra_p477_041199.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Portaria INCRA nº 1.040**, 11 de Dezembro de 2002. Dispõe sobre as alterações do Art. 3º da Portaria INCRA/P nº 477/99, e dá outras providências. Disponível em:<
<http://www.ipef.br/legislacao/bdlegislacao/detalhes.asp?Id=14782>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, 1994. não paginado. Disponível em:<
http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2018.

BUTTEL, F. New directions in environmental sociology. **Annual Review Sociology**, n. 13, p. 465-488, 1987.

_____. Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis. **Rural Sociology Society**, Institute for Environmental Studies. University of Illinois, v. 61, n. 1, 1996.

CABRAL, D. de C. Águas passadas: sociedade e natureza no rio de janeiro oitocentista. **RA E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 23, p 159 – 190, 2011.

CASTELLO, L. A percepção em análises ambientais: o projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre. In: **Percepção Ambiental: A experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. 1999. 23 – 38 p.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 1997

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento**. Ensaios de Interpretação Sociológica. Guanabara, 1970.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Porticos, 1962, 305 p.

CASSIMIRO, M. O. **A Agricultura Sustentável no Município De São Carlos/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

CARVALHO, H. M. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista NERA** – v. 7, n. 5 – Ago./Dez., 2004

CASALDÁLIGA, P In: MAUÉS, F.; AZEVEDO, R. (Orgs.). **Rememória**. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 1997, 394 p.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 179 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 166 p.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236. 2003

CORTEZ, A. T. C. O lugar do homem na natureza. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 22, p. 29-44, 2011.

COUTINHO, A. **Introdução à Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. B. (orgs) **Enciclopédia da floresta**. SP, Companhia das Letras, 2002, 784 p.

DAL-FARRA, R. A. **Representações de animal na contemporaneidade**: uma análise na mídia impressa. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003

DELGADO, L. DE A. N. **História oral**: memória, tempo, identidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEL RIO, V. **Cidade da mente, cidade real** – Percepção Ambiental da Área Portuária do RJ. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Lívia de (org). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DEL RIO, V; OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DE PAULA, E. M. S.; SILVA, E. V. da.; GORAYEB, A. Percepção Ambiental e dinâmica geocológica: premissas para o planejamento e gestão ambiental. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 511 – 518. 2014.

DESCOLA, P. **Claude Lévi-Strauss un parcours dans le siècle**. Paris: Odile Jacob, 2012.

DICTORO, V. P.; HANAI, F. . Análise da relação homem-água: a percepção ambiental dos moradores locais de cachoeira de Emas – sp, bacia hidrográfica do rio mogi-guaçu. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 36, p. 92-120, abr. 2016.

DICTORO, V. P.; GALVÃO, D. F.; HANAI, F. Y. O Estudo das representações sociais e da percepção ambiental como instrumentos de análise das relações humanas com a água. **AMBIENTE & EDUCAÇÃO**. Rio Grande, v. 21, n.1, p. 232-251, 2016.

DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. Simbolismos da Água: Valores, saberes e tradições dos moradores de Pirapora-MG nas margens do Rio São Francisco. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 487-503, abr./set. 2017.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica aos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 06, n. 2, p. 22-29, jan/jun. 1992.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, NUPAUB/USP, 2004

DIEGUES, A. C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/simbolagua.pdf>> . Acesso em: nov. 2017.

DUCOS, P. 'Domestication' defined and methodological approaches to its recognition in faunal assemblages. In: **Approaches to faunal analysis in the Middle East**. Eds R. H. MEADOW.; M. A. ZEDER. Harvard University: Peabody Museum Bulletin 2, pp. 6-53, 1978.

DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Revista Agricultura em São Paulo**: São Paulo, v. 51, n.2, p. 15-26. Jul/Dez. 2004.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. São Paulo: Livraria e Editora Agropecuária, 1999. 157 p.

EL CALLEJJO, I. BUSTAMANTE, R. **Introducción a lá gestión de sistemas de riego**. Centro AGUA. Programa de Formación en Elaboración y Evaluación de proyectos de micro-riego. Módulo IV. Cochabamba, Bolívia. P. Irreg, 2004.

ELKJAER, B. Social learning theory: learning as participation in social process. In: EASTERBY- SMITH, M.; LYLES, M. A. (Eds.). **The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management**. Oxford: Blackwell Publishing, p. 38-53, 2003.

ENGELS, F. **Dialectics of nature**. Moscow: Progress, 1934. 112 p.

FARESin, L. Et al. **Agricultura Familiar**. Associação dos pequenos agricultores de São Carlos. São Carlos, 2013.

FELIPPE, M. L. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 299 – 308. 2010.

FERNANDES, B. M. **A Modernidade no Campo e a Luta dos Sem Terra**. Revista De Cultura Vozes, Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

FERREIRA, C. P. **Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FINNERAN, N. Holy Waters: Pre-Christian and Christian Water Association in Ethiopia. In: OESTIGAARD, T. **Water, Culture and Identity: Comparing past and present traditions in the Nile Basin region**. Bergen: BRIC Press, 165 – 188 p, 2009.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, M. F. A. C.; NOBRE, F. G .A. Tensões, negociações e desafios dos processos de certificação na agricultura orgânica. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma**

agricultura orgânica sustentável. AQUINO, A.M.; ASSIS, R. L. Brasília – DF, EMBRAPA, informação Tecnológica, 2005, p. 215-236.

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANKLIN, A. **Animals & modern cultures**. A sociology of Human-Animal Relations in Modernity. London. Sage, 1999. 224 p.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FUSCH, P. I.; NESS, L. R. Are we there yet? Data saturation in qualitative research. **The Qualitative Report**, Fort-Lauderdale, v. 20, n. 9, p. 1408-1416, 2015.

GALIZONI, F. M. **Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas , Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GERBRANDY, G.; HOOGENAM, P. **Aguas y acequias: Los derechos al agua y la gestión campesina de riego en loas Andes Bolivianos**. PEIRAV-PLURAL. Cochabamba, Bol, 1998, 397 p.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 4.ed. Campinas, SP: Alínea, 2007. 79 p.

GONÇALVES, J. C. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. 186 p.

GONÇALVES, B. V.; GOMES, L. J. Percepção ambiental de produtores rurais na recuperação florestal da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim – Sergipe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 29, p. 127 – 138, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas – São Paulo: UNICAMP, 1996.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa, Instituto Piaget, 1995. 270 p.

HARARI, Y. N. **Homo Deus: Uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 443 p.

HESPANHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. L. Z. P. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão popular, p. 117-136, 2008.

HOEFFEL, J. L.; FADINI, A. A. B. **Percepção Ambiental**. In: ENCONTROS E CAMINHOS: FORMAÇÃO DE EDUCADORAS(ES) AMBIENTAIS E COLETIVOS EDUCADORES, 2.,

2007, Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2007. P. 253 – 262.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT (HDR), 2016. Human Development for Everyone. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

IBGE. 2006. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: out. 2017.

IFOAM.; FIBL – Research Institute of Organic Agriculture. **Organic world. Global organic farming statistics and news**. Data tables FiBL-IFOAM, 2013. Disponível em: <<http://ww.organic-world.net/statistics-fao.html>>. Acesso em: nov. 2017.

INDRIO, F. **Agricultura Biológica**. Publicações Europa-América. Coleção Euroagro, 1980, 128 p.

INGOLD, T. **The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations**. Manchester: Manchester University Press, 1986. 277 p.

INGOLD, T. **The perception of the environment**. Essays on livelihood, dwelling and skill. Routledge: London. Taylor & Francis e-Library, 2002. 480 p.

INGOLD, T. A evolução da sociedade. In: FABIAN, A. C. (Org.). **Evolução: sociedade, ciência e universo**. Bauru: Edusc, p. 107-131, 2003.

INGOLD, T. Beyond biology and culture. The meaning of evolution in a relational world. **Social Anthropology**, v. 12, n. 2, p. 209-221, 2004.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**. Porto Alegre. v.33, n.1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

INICIATIVA VERDE. **Plantando Águas**. Disponível em: <<http://www.iniciativaverde.org.br/programas-e-projetos-petrobras-plantandoaguas.php>>. Acesso em: nov. 2017.

IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônômico do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2007.

JACOBI, P. R. Org: Sinisgalli, P. A. **Governança da água na América Latina e Europa: atores sociais, conflitos e territorialidade**. – São Paulo: Annablume (Coleção Cidadania e Meio Ambiente), 2009, 226 p.

JUSTIÇA FEDERAL, **Processo nº 0000138-91.2004.403.6115**, Segunda Vara, São Carlos, 2004.

KANDIR, A. **A instabilidade do mercado habitacional**. 1983. 193 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

LA VIA CAMPESINA. Movimento Campesino Internacional (Brasil). **Movimentos dos Pequenos Agricultores**. As políticas da Via Campesina. 2010. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>>. Acesso em: nov. 2017.

LAS CASAS, B. **Obra indigenista**. Madrid: Alianza Editorial, 1985, 480 p.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Editora da FYRB, 2000.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, ed. 2, p, 2002, 240 p.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010, 296 p.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

LEITE, S. P. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Miranda, C. Tiburcio, B. (org). Brasília: IICA, 2011, 236 p. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

LENZI, C, L. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**, Bauru/SP, Edusc, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Totemismo Hoje**. Editora: Vozes, 1962/1975.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: **O pensamento selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 331 p.

LÉVI-STRAUSS, C. **A Oleira Ciumenta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Lisboa, Edições 70, 1986.

LIMA, A.; L.; F. A importância da soberania alimentar para a promoção da saúde nos assentamentos da reforma agrária. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde - HYGEIA.**, v. 10, n. 18, p. 273-281, jun. 2014.

LIMA, P. V. P. S.; KHAN, A. S.; CASIMIRO, F.; VIANA, J. J. Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável: a realidade dos assentamentos de reforma agrária no Ceará. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 15, n. 1, P. 85-97, jan./jun. 2011

LIMA, O. R. de; ROSA, O. (2013) – Percepção e topofilia: relações e sentimentos sobre a paisagem da cidade de Catalão (GO). **II Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço**. Brasil: SEURB, Paraná-Campo Mourão.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre el gobierno civil**. Barcelona: Ediciones Altaya, 1994.

LOPES, P. R.; SARAVALLE, C. Y.; FRANCESCHINI, G.; FREIRE L.; CAMARGO, R. A. L.; SILVA, R. C. Problematização participativa da realidade local do assentamento agroecológico PDS Santa Helena – São Carlos/SP. In: AGROECOL, 19-21 nov, 2014, Dourados, MS. **Cadernos de Agroecologia – ISSN**, 2014, p. 1-12.

LOPES, P.R.; FRANCESCHINI, G.; FREIRE, L.; SARAVALLE, C. Y.; SOUZA-ESQUERDO, V.F. Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena – São Carlos/SP: Uma problematização das oportunidades, fraquezas, ameaças e fortalezas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 99-115, 2016.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Ed. EPU, 1986. 112 p.

MACHADO, L.A.; HABIB, M. **Perspectivas e impactos da cultura de cana-de-açúcar no Brasil**. 2009. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2009_2/Cana/index.htm>. Acesso em: fev. 2018

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCON, M. & SORRENTINO, M. Fatores relacionados a sensibilização de agricultores de Barra da Turvo/SP na adoção de agroflorestas. **IV Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais – IV CBSAF**, 22 a 26/10/2002, Ilhéus/BA.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003, 140 p.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981, 185 p.

_____. **A sociedade vista do Abismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003, 232 p.

MARTINS, R.; C. Modernização e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 4, p. 165 - 184, 2006

MARTINS, R.; C. Utilitarismo, política e cultura na agenda das águas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 203 – 211, 2007.

MARX, K. **O Capital**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, Livro 1, 1985. 473 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p

MELO, T.; G. SCOPINHO, R.; A. GONÇALVES, J.; C. Entre o legal e o real: Assentamentos Rurais do tipo PDS na Macrorregião de Ribeirão Preto. **Retratos de Assentamento**. v.19, n.1, p. 41-67, 2016

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. 408 p.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Orgânicos na alimentação escolar**: A agricultura familiar alimentando o saber. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

MONTIBELLER, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. 1999. 266 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1999.

MOREIRA, C. **Agricultura familiar comunitária**: uma aliada na soberania alimentar e na luta contra a fome. 2014. Disponível em <http://www.fao.org/family-farming-2014/news/news/details-press-room/pt/c/213471/>. Acesso: fev. 2018

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond 2000.

MOSCARDI, J.P.; NOBRE, M.F. O saneamento ambiental nos assentamentos rurais: o caso do município de Areia Branca – RN. In: **III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, 19 a 22 de novembro de 2012, Goiânia – GO, 2012.

NOBRE, H. G.; JUNQUEIRA, A. C.; SOUZA, T. J. M.; RAMOS-FILHO, L. O.; CANUTO, J. C. Utilização de práticas agroecológicas na construção de projetos sustentáveis para a reforma agrária: um estudo de caso no assentamento Sepé Tiaraju. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 1, p. 3-13, mar. 2012.

NOGUEIRA, T.; J.; A.; M. Memória, História Oral E Narrativa: O Encontro Do Possível Na Multiplicidade De Pontos De Vista. **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT. 20 a 23 de maio de 2013.

OESTIGAARD, T. **Water, Culture and Identity**: Comparing past and present traditions in the Nile Basin region. Bergen: BRIC Press, 2009, 272 p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1982.

OLIVEIRA, S. C. de. Gerenciamento de bacias hidrográficas, qualidade da água e saneamento ambiental. In: Org. por SANTOS, S. A. M. dos.; OLIVEIRA, H. T. de.; DOMINGUEZ, I. G. P.; KUNIEDA, E. **Metodologias e temas socioambientais na formação de educadoras(es) ambientais** (2007-2008). São Carlos: Gráfica e Editora Futura, p. 111 – 123. 2011.

OLIVEIRA, C. J. Por uma ética ecológica. **Sustentabilidade em debate**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 149 – 167, 2013.

PALMA, R.; L. **Liberdade sob Tensão**: negros e relações interpessoais na São Carlos pós-abolição. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 256 p, 2014.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 22, p. 37 – 50, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POSEY, D.A. "Manejo de florestas secundárias" IN RIBEIRO, B. **Suma Etnológica Brasileira**. Volume 1. Etnobiologia. 2a edição. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987.

QUEIROZ, R. S. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. In: REBOUÇAS, A. da. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil** – Capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras Editora, v. 22, p. 719-737, 2006.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, 1997.

RAMOS FILHO, L.; O. **Reforma agraria y transición agroecológica en una zona de grandes monocultivos de caña de azúcar**: el caso del Asentamiento Sepé Tiaraju, región de Ribeirão Preto, Brasil. 2013. 381p. Tese (Doutorado em Agroecologia), Universidade de Córdoba, Córdoba, 2013.

REYDON, B. P. **Mercado de terras e determinantes de seus preços no Brasil**: um estudo de casos. 1992. 320. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

REYDON, B. P.; ROMEIRO, A. **O mercado de Terras**. Brasília: IPEA, 1994 (Série Estudos de Política Agrícola, Relatório de Pesquisa n. 13).

RIBEIRO, S. A. de M. **Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade na Mudança do Paradigma Instrumental do Uso da Água**. 2012, 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2012.

RIBEIRO, S. A.; CATALÃO, V.; FONTELES, B. (Orgs). **Água e cooperação**: reflexões, experiências e alianças em favor da vida. Brasília: Ararazul – Organização para a paz mundial, 2014.

ROBERTS, C. **Indigenous knowledge in water planning, management and policy** – Cape York Peninsula, Qld. Case Studies. NAILSMA Knowledge Series 10/2012. North Australian Indigenous Land and Sea Management Alliance Ltd. Darwin, 2012.

SACK, R. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge : Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 124p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record 2008.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322. Maio/Ago. 2005.

SCOPINHO, R. A. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. v. 15, n. 1, p. 1575-1585, 2010.

SCOTT, C. Knowledge construction among Cree hunters: metaphors and literal understanding. **Journal de la Société des Américanistes**, n. 75, p. 193–208, 1989.

SILVA, R. V. da.; SOUZA, C. A. de.; BAMPI, A. C. Os olhares dos pescadores profissionais e proprietários comerciais, sobre o Rio Paraguai em Cáceres, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, São Paulo, n. 32, p. 24 – 41, 2014.

SINGER, P. O uso do solo urbano na Economia Capitalista. In: MARIGATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SINISGALLI, P. A. A. **Valoração dos danos ambientais de hidrelétricas**: estudos de caso. 2005. 226 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 2005.

SPADOTTO, C.A.; MORAES, D.A.C.; BALLARIN, A.W.; LAPERUTA FILHO, J.; COLENCI, R.A. **Araquá**: software para avaliação de risco ambiental de agrotóxico. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2010.

TANNER, A. **Bringing home animals**: religious ideology and mode of production of the Mistassini Cree hunters. New York: St Martin's Press; London: Hurst, 1979. 223 p.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 454 p.

THROUP, M. A simbologia religiosa da água nas mitologias do Antigo Oriente Próximo: da mitocrítica à mitanálise. **Revista Religare**. João Pessoa – PB, n. 8, v. 2, p. 193 – 200. 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, altitudes e valores do meio ambiente. Trad: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TUNDISI, J. G.; BRAGA, B.; REBOUÇAS, A. da C. Os recursos hídricos e o futuro: síntese. In: REBOUÇAS, A. da. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil** – Capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. 23, p 739 – 746.

VIERTLER, R. B. V. **Ecologia Cultural**: uma antropologia da mudança. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988. 64p.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil Moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: _____ **Uma nova ruralidade na América Latina?** Norma

Giarraca. Buenos Aires, Argentina: CLACSO; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

WEIR, J. Our Understanding of water and how they translate into our decision making. **Paper prepared for the ACT Government workshop, Planning for our Future** – Securing Canberra's Water. The Australian National University. 2009.

WHYTE, A. **Guidelines for Field Studies in Environmental Perception**. Technical Notes 5. Paris: UNESCO, 1977.

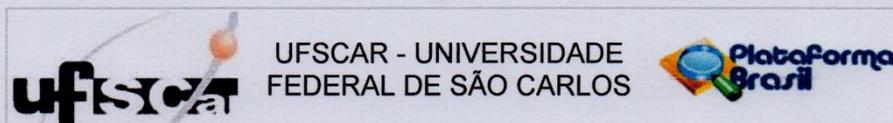
WOORTMANN, K. **Um Único Filho Não É Filho**. Humanidades, Vol. 10, 1986.

_____. **Com parentes não se negocia: o campesinato como ordem moral**. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001. 290 p.

ANEXOS

Anexo A – Aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Relação dos produtores rurais em minifúndios com os recursos ambientais terra, água, plantas e animais

Pesquisador: MURILO OTAVIO CASSIMIRO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 65684217.7.0000.5504

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.134.510

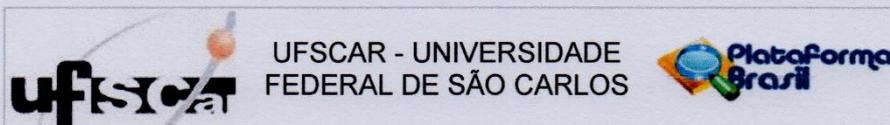
Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa emprega o conjunto de duas etapas com procedimentos sistemáticos para a obtenção de dados e resultados e a análise das relações do ser humano com os recursos ambientais terra, água, plantas e animais. Utilizando o método de pesquisa bibliográfica, com levantamento de dados sobre o tema e pesquisa qualitativa em forma de entrevistas. Será feito uma conversa com os entrevistados (produtores rurais) buscando compreender como essa relação com os recursos ambientais foi sendo moldada/mudada ao passar do tempo na vida de cada um. Os produtores rurais entrevistados se caracterizam por serem homens e mulheres, sem restrições de origem e com idade superior à 45 anos, para assim abranger a maioria das legislações ambientais recentes. Os entrevistados residem em um Assentamento na cidade de São Carlos, que recebe diversos estudantes para pesquisa, assim, o contato com eles será por meio de visitas agendadas via e-mail/telefone, de modo a conversar e realizar as entrevistas com até 20 pessoas.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da pesquisa é descrever e analisar as relações entre produtores rurais em minifúndios e recursos ambientais terra, água, plantas e animais, numa perspectiva histórica da década de 1960 até os dias atuais.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.134.510

Objetivo Secundário:

- A. Entender como o conhecimento sobre os recursos ambientais terra, água, plantas e animais foi aprendido pelos produtores rurais.
- B. Analisar como as mudanças tecnológicas no processo produtivo e as alterações de legislação alteram a relação com os recursos ambientais terra, água, plantas e animais.
- C. Identificar, a partir das entrevistas, a diferença de idade dos produtores e como essa diferença afeta na sua percepção da legislação e da relação com os recursos ambientais. D. Conhecer a vida das pessoas e como elas se relacionam com os recursos, bem como qual era essa relação antes, o que mudou e os fatores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Na pesquisa qualitativa por meio de entrevistas não são conhecidos riscos físicos. Entretanto o desconforto que o participante poderá sentir é o de compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que ele possa se sentir incômodo em falar, bem como o tempo exigido.

Sendo assim, de acordo com a resolução 466/12, o participante não precisa responder a qualquer pergunta ou parte de informações obtidas em debate/entrevista/pesquisa, se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar.

Benefícios:

Os benefícios para o participante se dará pelo auxílio na pesquisa em questão, e após finalizada, será devolvida aos participantes, de modo que a participação deles seja algo importante na compreensão de como as mudanças na legislação e o tempo afetam nossa percepção com os recursos, bem como a questão da identidade que temos com o local que estamos/estivemos. Sendo eles partes de uma área de estudo que busca avaliar essas questões e propor novos debates relacionados à questão ambiental, social e o desenvolvimento das sociedades como um todo.

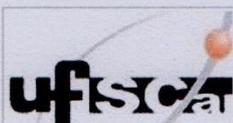
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- O projeto de pesquisa é pertinente e tem caráter científico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Foram anexados os seguintes documentos obrigatórios: folha de rosto assinada, TCLE do participante, projeto de pesquisa e Informações básicas.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 2.134.510

Recomendações:

Sem novas recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As alterações no TCLE solicitadas no parecer anterior foram integralmente atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_879095.pdf	11/05/2017 16:51:07		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Projeto_Mestrado_Murilo_Modificado2.doc	11/05/2017 16:50:16	MURILO OTAVIO CASSIMIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Mestrado_PPGCam_Murilo_Cassimiro_Modificado2.docx	11/05/2017 16:50:02	MURILO OTAVIO CASSIMIRO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	11/03/2017 13:03:50	MURILO OTAVIO CASSIMIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 23 de Junho de 2017

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista aplicado aos moradores do Assentamento Santa Helena – São Carlos/SP

Questões guias para as entrevistas

- ✓ O comportamento em relação aos recursos ambientais (terra, água, plantas e animais) mudou ao longo dos anos na sua trajetória pessoal? Por quê?
- ✓ O que significa esses recursos para você? Qual a relação? E as possibilidades de mudança? E se mudou, o que mudou? (buscando elementos temporais).
- ✓ Há também uma grande quantidade de pessoas que não trabalhavam na terra, que saíram das periferias (volta ao campo) para o MST, ou seja, não tem esse relacionamento ancestral com a terra. Entender essa construção da relação dentro do movimento, o porque de estarem saindo das periferias para o campo. Com a trajetória de vida é possível descobrir se há alguma mudança nessa relação das pessoas com os recursos.

A – Família (ou não)

1. Nome, idade, casado ou solteiro, filhos, escolaridade
2. Local de origem e como foi parar aqui (resgatar a trajetória)
3. A família toda mora aqui? Em quantos?

B – TERRA (mais focado no acesso à terra, questão agrária)

4. Como você adquiriu a terra? (proprietário) qual o tamanho?
5. Qual sua relação com esse local? (acampamento – engajamento com a terra, luta pela Reforma Agrária)
6. Como é a visão que você tem da terra? O que ela significa para você?
7. Tem conhecimento das legislações que restringem os usos na terra? Quais? O que acha dessas leis? Desde a infância, como se deu essa relação com as leis?
8. Relação com o passar do tempo

C – ÁGUA

9. Usos da água
10. Relações com a água (utilitária, mística, religiosa etc)

11. “Divisão” da água por territórios e usos (de acordo com a legislação)
12. Relação com o passar do tempo.

D – PLANTAS (link com a terra, mas focado mais no uso)

13. O que você planta em seu terreno? (produtores e acampamento)
14. Como é feito o plantio?
15. Os produtos gerados, são pra venda ou consumo próprio?
16. Qual o conhecimento sobre defensivos agrícolas? Faz uso?
17. Há áreas de vegetação nativa? Sabe da importância dessas áreas? E das legislações vigentes nessa questão?
18. Como era antes essa questão com a terra e as plantações?

E – ANIMAIS

19. Para você o que significa os animais? Quais os animais que você convive?
20. Relação com os domesticados e com os silvestres/selvagens.
21. Como essa relação foi sendo mudada/moldada ao passar do tempo? (aspecto relacional associado).
 - Transferimos significados para outros animais como se fosse um ser humano, colocando significados humanos.

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre.

Termo de Consentimento Livre

Mestrando em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos.

Pesquisador Responsável: Murilo Otávio Cassimiro

End: Avenida das Gardêneas, Nº 251, Cidade Jardim, São Carlos-SP.

Fone: (19) 9 9813 6131

Email: murilo_295@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Murilo Otávio Cassimiro, estudante do Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, o(a) convido a participar da pesquisa “Relação dos produtores rurais em minifúndios com os recursos ambientais terra, água, plantas e animais” orientado pelo Prof^a Dr^a Juliano Costa Gonçalves.

Nesse estudo, estamos buscando o resgate histórico e cultural da relação ser humano-recursos ambientais, compreendendo as mudanças com o passar do tempo e como o tempo e as legislações ambientais influenciam nas relações pessoais e em comunidade.

Sua participação nessa pesquisa beneficiará na descrição e análise das relações entre produtores rurais em minifúndios e recursos ambientais terra, água, plantas e animais, numa perspectiva histórica da década de 1960 até os dias atuais, auxiliando na compreensão de como as mudanças na legislação e o tempo afetam nossa percepção com os recursos, bem como a questão da identidade que temos com o local que estamos/estivemos

Sua participação é voluntaria e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento, caso sinta algum desconforto (físico ou emocional) em compartilhar alguma informação, o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo, seja em sua relação ao pesquisador ou à Universidade Federal de São Carlos.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações

realizadas durante a entrevista serão transcritas pelo pesquisador, garantindo que se mantenha o mais fiel possível.

Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcida no dia da coleta. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: _____

Endereço: _____

Contato telefônico: _____ e-mail: _____

Local e data:

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

Assinatura do Participante